Instituto de Arquitetura e Urbanismo

Universidade de São Paulo

Os japoneses no bairro da Liberdade - SP na primeira metade do século XX.

Jader Tadeu Fantin
Dissertação de Mestrado

São Carlos, 2013

Jader Tadeu Fantin

Os japoneses no bairro da Liberdade-SP na primeira metade do século XX

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo

Orientadora:
Profª. Dra. Sarah Feldman

Versão Corrigida

São Carlos, 2013.

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

F216o Fantin, Jader Tadeu
Os japoneses no bairro da Liberdade-SP na primeira
metade do século XX / Jader Tadeu Fantin; orientadora
Sarah Feldman. São Carlos, 2013.

Dissertação (Mestrado) - Programa de e Área de
Concentração em -- Escola de Engenharia de São Carlos
da Universidade de São Paulo, 2013.

1. Bairro da Liberdade em São Paulo (SP). 2.
Japoneses. 3. Atividades Econômicas. 4. Diversidade de
atividades econômicas. 5. Instituições e associações
japonesas. 6. Estrangeiros. I. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato: Licenciado em Ciências Sociais Jader Tadeu Fantin

Título da dissertação: "Os japoneses no bairro da Liberdade-SP na primeira metade do século XX".

Data da defesa: 28/05/2013.

Comissão Julgadora:

Resultado:

Profa. Associada **Sarah Feldman (orientadora)**
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo - IAU/USP)

aprovado

Profa. Associada **Telma de Barros Correia**
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo - IAU/USP)

aprovado

Prof. Dr. **Paulo César Garcez Marins**
(Museu Paulista - USP)

aprovado

Presidente e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura Urbanismo: Professor Titular **Renato Luiz Sobral Anelli**

Agradecimentos

À orientação recebida da Profa. Dra. Sarah Feldman, que sempre acreditou no meu trabalho e dedicou-se a ponto de me ensinar detalhes tão preciosos para o refinamento da pesquisa.

Às professoras Célia Sakurai e Telma de Barros Correia, pelas observações feitas no exame de qualificação.

Às pessoas responsáveis pelos arquivos do Museu Paulista-USP, da biblioteca do Museu Histórico da Imigração Japonesa para o Brasil, do Museu do Telefone, do Cartório do Primeiro Oficial de São Paulo e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que estiveram sempre presentes para dirimir dúvidas e facilitar o acesso às informações. Aos funcionários e professores do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP de São Carlos.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP pela bolsa de mestrado concedida.

Aos amigos pós-graduandos, pelo incentivo e apoio em todas as horas: Éder Simêncio, Luis Otávio, Adriana Almeida, Fabrícia Mitiko e Hamilton Vieira.

Aos amigos que não estão no universo acadêmico e sempre entenderam e respeitaram o meu trabalho: Marcos, Elielton, João, Bruno, Luana, Danilo, Rafael, Denis, Thamiris, Wagner, Douglas, Erlon, Heverton e tantos outros.

Ao amigo de república e professor Murilo Nagliati pela revisão textual.

Aos meus alunos.

À minha família que soube me perdoar por estar ausente em datas tão significativas, principalmente aos meus avós Neuza e Nelson, que, com simplicidade, sempre me apoiaram em tudo. Este trabalho eu dedico a vocês.

A todos que porventura eu tenha esquecido, mas agradeço sempre por terem me ajudado a concluir mais essa etapa.

Resumo

O objetivo desta pesquisa é o estudo da presença dos imigrantes japoneses na Liberdade, bairro central de São Paulo, no período anterior ao bairro ser oficialmente caracterizado pelo poder público como Bairro Oriental, o que ocorre na metade da década de 1970. O estudo aborda a instalação dos primeiros japoneses na Liberdade, as atividades econômicas que desenvolveram, as instituições japonesas de auxílio presentes e os setores do bairro que ocuparam de 1908 até a metade da década de 1960, período em que se envolveram em grande diversidade de atividades econômicas.

Palavras-chave: Bairro da Liberdade em São Paulo (SP). Japoneses. Atividades econômicas. Diversidade de atividades econômicas. Estrangeiros.

Abstract

The objective of this research is to study the presence of Japanese immigrants in neighborhood of Liberdade, central district of São Paulo, in the period before the district was officially characterized by the government as Eastern District, which happens in the middle of the 1970s. The research shows the installation of the first Japanese in the neighborhood of Liberdade, the economic activities they have developed, the Japanese institutions of assistance and the sectors of the district they occupied from 1908 until the middle of the 1960s, a period when they have engaged in wide range of economic activities.

Key-words: Neighborhood of Liberdade (SP). Japanese. Economic activities. Diversity of economic activities. Foreigners.

Sumário

Agradecimentos	5
Resumo	6
Índice de Figuras	8
Índice de Quadros	9
Introdução	10
Capítulo I - O bairro da Liberdade e a relação com o centro de São Paulo	18
A expansão do centro e a formação dos bairros centrais	18
Do Distrito Sul da Sé ao Distrito da Liberdade	23
A atuação do poder público para a urbanização do distrito da Liberdade	33
A dinâmica imobiliária nas principais vias da Liberdade do final do século XIX até a década de 1940	41
Capítulo II – Os japoneses na Liberdade	60
A imigração japonesa: uma complexa teia de interesses	60
Os japoneses no interior do Estado de São Paulo	71
A chegada no bairro da Liberdade e a formação da colônia japonesa: de 1908 a 1940	74
Os anos após 1940 e o esplendor da colônia japonesa	81
Capítulo III – As atividades econômicas dos japoneses no bairro da Liberdade	93
A primeira década do século XX: as atividades econômicas próximas à Sé	93
Décadas de 1920 e 1930: pulverização e diversificação das atividades econômicas	100
A diversificação das atividades econômicas próximas da Sé	100
A pulverização das atividades pelo bairro e a evidência dos eixos viários Liberdade-Vergueiro e Glória-Lavapés	102
A concentração dos japoneses nas proximidades da Sé	105
De 1940 até 1965 – especialização e expansão das atividades para o sul	111
A instalação de novas atividades nas proximidades da Sé	111
Diversidade no eixo Liberdade-Vergueiro, especialização no eixo Glória-Lavapés e expansão das atividades econômicas para a porção sul do bairro	112
Os japoneses: diversificação de atividades nas proximidades da Sé e conquista de novas localizações no bairro da Liberdade	117
Conclusões	129
Bibliografia	132
Anuários, documentos e outras publicações	136
Jornais	136
Referências da Internet	137
Arquivos e instituições pesquisadas	138

Índice de Figuras

Figura 1: Demarcação do centro de São Paulo em 1881 com destaque para o Triângulo	19
Figura 2: Expansão urbana da cidade de São Paulo até 1895	21
Figura 3: Localização das chácaras ao redor do centro de São Paulo desde o século XVIII – 1, destaque para a área onde se estruturou o distrito da Liberdade	26
Figura 4: Localização das chácaras ao redor do centro de São Paulo desde o século XVIII – 2, destaque para as chácaras que deram origem ao distrito da Liberdade	27
Figura 5: Lei nº 975 de 1905 que institui a denominação da Liberdade	28
Figura 6: Perímetro do bairro da Liberdade em 1920	30
Figura 7: Planta de terrenos do bairro da Glória – 1894	32
Figura 8: Planta de loteamento da Chácara da Glória – 1894	33
Figura 9: Declaração de utilidade pública de terras adjacentes ao rio Tamanduateí	34
Figura 10: Cadastro de prédios servidos de esgoto no bairro da Liberdade em 1894 – folha 1	35
Figura 11: Cadastro de prédios servidos de esgoto no bairro da Liberdade em 1894 – folha 2	36
Figura 12: Área urbanizada do distrito da Liberdade até 1962	39
Figura 13: Localização das ruas da Glória, Lavapés, Conde de Sarzedas, Conselheiro Furtado, Galvão Bueno, Vergueiro e Avenida da Liberdade	43
Figura 14: Planta do lote n.º 30 na rua da Liberdade – 1892	45
Figura 15: Terrenos na rua Vergueiro pertencentes à Joaquim Eugênio de Lima s/d	49
Figura 16: As regiões e províncias do Japão moderno	67
Figura 17: Anúncio da KKKK	70
Figura 18: Anúncio da KKKK no interior	70
Figura 19: Anúncio da Sociedade Colonizadora do Brasil	70
Figura 20: Jornal editado em Bauru – SP	71
Figura 21: Estabelecimentos no interior de SP	71
Figura 22: Encarregado da companhia de colonização no interior de SP	72
Figura 23: Clube e bar japonês	72
Figura 24: Casa Bancária Imigratória	72
Figura 25: Comercial Fujisaki	76
Figura 26: Igreja japonesa	76
Figura 27: K. Nakaya	78
Figura 28: Y. Segui	78
Figura 29: Ladeira da rua Conde de Sarzedas em 1937	78
Figura 30: Nippaku Cinema Sha	81
Figura 31: Centro Japonês de Agricultura	81
Figura 32: Confeitaria Nishinaka	81
Figura 33: Casa Hase	81
Figura 34: Anúncio da Casa Kuniy	81
Figura 35: Chamada para anúncios	81
Figura 36: Anúncio da Casa Nakaia	84
Figura 37: Jornal Diário Nippak	85
Figura 38: Consultórios médicos	85
Figura 39: Cartaz de Divulgação do Cine Niterói	87
Figura 40: Fachada do Cine Jóia fundado em 1952	87
Figura 41: Candidato a vereador pela colônia	88
Figura 42: Candidato a vereador pela colônia	88
Figura 43: Localização das vias onde se instalaram as primeiras atividades no bairro da Liberdade	96
Figura 44: Atividades econômicas de imigrantes italianos, portugueses e brasileiros no bairro da Liberdade na década de 1910	99
Figura 45: Atividades econômicas de não-japoneses no bairro da Liberdade nas décadas de 1920 e 1930	104
Figura 46: Atividades dos japoneses no bairro da Liberdade nas décadas de 1920 - 1930	109

Figura 47: Atividades econômicas de não-japoneses no bairro da Liberdade na década de 1940.	115
Figura 48: Atividades econômicas de não-japoneses no bairro da Liberdade entre 1950-1965.	116
Figura 49: Atividades dos japoneses no bairro da Liberdade na década de 1940.	120
Figura 50: Atividades dos japoneses no bairro da Liberdade nas décadas de 1950 – 1960.	123

Índice de Quadros

Quadro 1: Número de prédios por distrito de São Paulo em 1911 - 1918.	37
Quadro 2: Número de domicílios nos bairros centrais por pavimentos em 1920.	40
Quadro 3: População da área central de São Paulo.	41
Quadro 4: Leis aprovadas para o melhoramento da rua da Liberdade.	44
Quadro 5: Leis aprovadas para o melhoramento da rua Vergueiro.	47
Quadro 6: Cobrança de Impostos na rua Vergueiro por terreno - 1933.	50
Quadro 7: Leis aprovadas para o melhoramento da rua Conselheiro Furtado.	51
Quadro 8: Leis aprovadas para o melhoramento da rua Conde de Sarzedas.	52
Quadro 9: População total e estrangeira no Estado e município de São Paulo entre 1920-1980.	62
Quadro 10: Brasileiros e Estrangeiros em Sta. Ifigênia, Sé, Liberdade e Bom Retiro - 1934.	63
Quadro 11: Grupos de estrangeiros no Estado e município de São Paulo.	65
Quadro 12: Japoneses no Estado e no Município de São Paulo entre 1920 - 1980.	68
Quadro 13: Regiões de concentração de imigrantes japoneses entre 1908 e 1958.	69
Quadro 14: Vias do bairro da Liberdade em que os japoneses se concentravam entre 1931 - 1933.	79
Quadro 15: Associações de Províncias dos Japoneses no bairro da Liberdade.	86
Quadro 16: Atividades dos japoneses nos bairros da Consolação e República – década de 1930.	91
Quadro 17: Atividades econômicas dos japoneses nas décadas de 1920 e 1930 na Sé.	105
Quadro 18: Atividades dos japoneses nas décadas de 1920 e 1930 no bairro da Liberdade.	110
Quadro 19: Atividades dos japoneses na década de 1940 no bairro da Liberdade.	119
Quadro 20: Atividades dos japoneses nas décadas de 1950 – 1960 no bairro da Liberdade.	124
Quadro 21: Atividades econômicas dos japoneses no período de 1940 – 1960 na Sé e República.	126
Quadro 22: Transações imobiliárias encontradas para o bairro da Liberdade envolvendo japoneses.	127

Introdução

Este trabalho de mestrado vincula-se à linha de pesquisa “A transformação dos bairros centrais, a construção de territórios, redes e identidades”, do projeto temático financiado pela FAPESP - “São Paulo: os estrangeiros e a construção da cidade.”¹ O estudo da constituição dos espaços dos estrangeiros, das características que distinguem os bairros em que estão localizados, das redes e agentes estabelecidos na cidade para a compra e a venda de imóveis pelos estrangeiros, e das evidências da presença desses grupos são objetivos dessa linha de pesquisa.

O projeto Temático envolve pesquisadores de quatro unidades da Universidade de São Paulo: Instituto de Arquitetura e de Urbanismo – IAU, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – FFLCH, e Museu Paulista, e tem como objetivo central estudar a presença estrangeira na cidade de São Paulo, fundamental nos processos de transformação e permanência física, demográfica, econômica, social e cultural da cidade.

O objetivo desta pesquisa é o estudo da presença dos imigrantes japoneses na Liberdade, bairro central de São Paulo, no período anterior ao bairro ser oficialmente caracterizado pelo poder público como bairro oriental, o que ocorre em 9 de novembro de 1974. Aborda, ainda, a instalação dos primeiros japoneses na Liberdade, os setores do bairro que ocuparam, as atividades econômicas que desenvolveram e as instituições japonesas de auxílio presentes, no período de 1908 até a metade da década de 1960. O período abordado também é anterior ao crescimento da presença de outros grupos de estrangeiros no bairro, como chineses e coreanos.

Dentre os trabalhos que tratam da população japonesa no Brasil, há aqueles que priorizam o movimento migratório e fazem uma análise da situação dos japoneses em São Paulo, como os de Sakurai (1998; 2000; 2008), Hashimoto (2008) e Maejima (2005). Esses trabalhos mostram o quadro dos japoneses de um modo bastante amplo, tratando das articulações feitas pelos governos do Japão e do Brasil para darem início ao movimento migratório, com intenções bastante claras de ambos, das regiões onde se concentram no Estado de São Paulo e das relações com a produção de café, no interior. Questões como a conquista de direitos e o desenvolvimento da cidadania, as formas de sociabilidade e inserção na sociedade brasileira também são abordadas. O trabalho de Saito (1973) trata da assimilação e da integração dos japoneses na sociedade brasileira,

¹ Ver Projeto Temático USP/FAPESP, 2006.

e o de Carneiro (2010) traz análises quanto a trajetória, o imaginário e a memória dos imigrantes japoneses. Os trabalhos de Negawa (2000) e Kishimoto (2009) abordam os japoneses no bairro da Liberdade, a chegada e a concentração próxima da Sé, com destaque para as ruas Conde de Sarzedas e Galvão Bueno, a formação e a transformação do bairro oriental, e a experiência com os cinemas japoneses. Por fim, o trabalho de Handa (1987) levanta aspectos da vida privada dos japoneses, tanto no interior do Estado de São Paulo, quanto ao redor da capital e no bairro da Liberdade.

Ao abordarem o tema da imigração japonesa com enfoques diferentes, os referidos estudos foram de suma importância ao fornecerem elementos e indicações para estruturar esta pesquisa, que se concentra no estudo das atividades iniciadas pelos japoneses, em que períodos e em quais localizações na Liberdade, até o momento em que se consolidam no bairro, tornando-se inclusive proprietários de imóveis.

Mostramos a diversidade de atividades assumidas, as instituições de auxílio criadas e o seu envolvimento nas transações imobiliárias no bairro. A proximidade do bairro da Liberdade com o centro de São Paulo foi imperativa para o estabelecimento dos primeiros grupos de japoneses, como o primeiro local de moradia, e para a pluralidade das suas atividades econômicas, o que caracteriza as demais atividades econômicas encontradas próximas à Sé. A pesquisa também mostra o momento da expansão da ocupação por vias do bairro mais distante, ao sul. Além do envolvimento dos japoneses no setor de móveis de madeira, o que já havia sido apontado por Handa (1987). Mostramos, ainda, a importância de outros ramos nos quais atuam, como o de atividades gráficas e impressão, que ganham expressão nas décadas de 1940 e 1950.

O trabalho desenvolveu-se com base nos métodos e materiais empregados na pesquisa sobre o Bom Retiro, do Projeto Temático, cujos resultados apontaram para o papel fundamental da cadeia produtiva instalada no bairro pelos judeus, que o consolidou como um centro de indústria e comércio de confecções (FELDMAN, 2008). Além disso, apontou para o processo de transformação do bairro por meio de adaptações, reformas e aumentos, que acomodam nas edificações estabelecimentos comerciais, industriais, cortiços e pequenos negócios (MANGILI, 2009).

Para alcançar os objetivos da pesquisa foram realizadas consultas em instituições e acervos da colônia japonesa em São Paulo e levantamento de fontes em bibliotecas e arquivos públicos e privados. Além da pesquisa documental, foram consultadas as fontes bibliográficas que tratam da história da cidade de São Paulo, da história do bairro da Liberdade, dos bairros centrais, e do desenvolvimento do centro e da área central.

Além dessas, foram utilizadas as referências sobre a imigração japonesa para o Brasil e acervos e informações disponíveis *on line*.

A metodologia, os materiais e as formas de análise utilizadas abrangeram:

- pesquisa em catálogos, cadastros e censos do IBGE. Três publicações importantes foram o Guia e Cadastro Comercial do Município de São Paulo para o ano de 1911, o Catálogo das Indústrias do Município da Capital de 1947, e o Cadastro Industrial do IBGE de 1965. Por meio dessas obras foi possível elaborar listagens com os dados de endereço, tipo de atividade e nome da empresa ou do proprietário. Assim foi possível observar o desenvolvimento de um bairro de comércio, serviços e pequenas indústrias, identificando o caráter das atividades. Essas listas foram filtradas, selecionando os dados para análise de acordo com os objetivos, e ajudaram a realizar um mapeamento do distrito que pode mostrar: em quais áreas as atividades estavam concentradas, se houve especialização de algumas áreas na oferta de produtos ou serviços, quais atividades os japoneses desenvolveram etc. Esses resultados estão expostos no capítulo III.

- coleta de informações sobre as transações imobiliárias ocorridas no distrito da Liberdade constantes no Arquivo Aguirra do Museu Paulista da USP, no Índice do Cartório do Terceiro Tabelião – Livro dos Outorgados (1884-1893) e Livro dos Outorgantes (1884-1893), nas fichas cadastrais por rua, transações de 1827-1940, e no arquivo do Cartório do Primeiro Oficial de São Paulo, no Indicador Pessoal A - Z. Estas duas fontes foram fundamentais para tecer considerações sobre a dinâmica fundiária no distrito. Tanto no Aguirra quanto no Indicador Pessoal, foi possível encontrar livros de registros e fichas que contêm as transações imobiliárias efetuadas no distrito da Liberdade desde o final do século XIX; o Arquivo Aguirra fornece dados muito completos do final do século XIX até a década de 1930, enquanto que o Cartório do Primeiro Oficial alcança as décadas posteriores, para o nosso interesse, até a década de 1960. Nos livros constam as datas, as partes envolvidas, o caráter das transações (hipoteca, compra, venda, arrendamento) e os endereços. A partir da seleção dos dados referentes ao distrito da Liberdade foram elaboradas listas que podem fornecer informações como: quem são os moradores do distrito em diferentes momentos e que tipo de transações imobiliárias efetuam, se houve concentração fundiária etc. Pelos nomes dos envolvidos, foi possível inferir as nacionalidades, que em um primeiro momento foram protagonizadas por imigrantes europeus, e, nos dados de 1950, pelos japoneses. Os dados encontrados nos dois arquivos certamente não correspondem ao

total de transações efetuadas no distrito. Isso se deve aos recortes efetuados, direcionando para o período que a pesquisa cobriu, e também pela mudança dos locais de registros das transações imobiliárias na época. Durante alguns períodos houve a mudança de cartórios que atendiam diferentes bairros ou partes de bairros. Por exemplo, o distrito da Liberdade, que tinha seus imóveis registrados no Cartório do Primeiro Oficial, durante alguns anos passou a ser atendido por outro estabelecimento na capital²;

- seleção e análise de mapas em diferentes períodos e situações, e reelaboração dos mapas para demonstrar o desenvolvimento do distrito e da área central de São Paulo – loteamento, vias, infraestrutura, construções, concentração de população, concentração das atividades econômicas -, a localização das principais vias do distrito etc. Os mapas foram localizados no Museu Paulista-USP e no acervo digital do Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC, da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento;

- pesquisa de anúncios comerciais em jornais japoneses na biblioteca do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil em busca de propagandas de estabelecimentos comerciais e outras atividades no bairro. Com a busca de anúncios de estabelecimentos japoneses nos jornais, que circulavam desde a década de 1920, foi possível elaborar listas que reúnem endereços, tipo de atividade e a data do anúncio. Os principais jornais japoneses e períodos pesquisados compreendem: *Semanário de São Paulo* (1923, 1924 e 1928), *Nippon Shimbun* (1932, 1933), *Notícias de São Paulo* (1935, 1940), *Notícias do Brasil* (1940), *São Paulo Shimbun* (1956, 1958, 1959, 1967), *Diário Nippak* (1958, 1964) e *Jornal Paulista* (1959).

Esse material ajudou na elaboração dos capítulos II e III, na medida em que os jornais revelam a trajetória feita pelo grupo dos japoneses, a ida para o interior e a posterior instalação na capital (observadas pelos endereços dos estabelecimentos), e ajudaram a dimensionar e a qualificar as atividades, pois mostram sua grande diversidade. Foram pesquisados diferentes jornais para o período de estudo, ou seja, até a década de 1960, buscando as diferenças entre as publicações. A importância dessa fonte, repete-se, está na possibilidade de vislumbrar a complexidade das atividades desenvolvidas pelos japoneses e onde se localizavam;

- pesquisa em publicações japonesas como o Indicador Profissional e Comercial de 1933 e os anúários comemorativos do 25º e do 40º aniversários da imigração nipônica ao Brasil. Tais obras possibilitaram complementar a pesquisa nas outras fontes

² De acordo com as informações passadas por funcionários do Cartório do Primeiro Oficial.

e aprimorar as listas de atividades desenvolvidas pelos japoneses em diferentes momentos. Com o Indicador Profissional e Comercial foram feitas listas que contemplam o endereço, o nome e as profissões ocupadas pelos membros da colônia japonesa em São Paulo. A análise possibilitou implementar os capítulos II e III por meio das profissões e pelo endereços dos colonos japoneses - permitindo apontar em quais ruas do distrito estavam residindo.

- pesquisa em listas telefônicas: a pesquisa na Lista de Assinantes de São Paulo de 1950 da Companhia Telefônica Brasileira e no Guia dos Telefones de 1966 de São Paulo, disponíveis no acervo do Museu do Telefone, em São Paulo, permitiram localizar as atividades encontradas em todas as demais publicações, pois essas listas, principalmente a de 1966, trazem os endereços completos com a numeração dos prédios no período estudado, o que tornou possível criar os mapas com a localização das atividades comerciais no distrito da Liberdade mais próxima do real, apresentados no capítulo III.

- pesquisa na internet: muitas informações sobre os japoneses estão acessíveis na internet devido à organização da colônia e a preocupação com a reunião de informações. Foram utilizados os sites da Federação das Associações de Província do Japão no Brasil e o site da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social. Os sites reúnem informações sobre diversas instituições e ações efetuadas pelos japoneses para o desenvolvimento da colônia;

- pesquisa no Arquivo Público do Estado em edições do jornal “O Estado de São Paulo” para buscar transações imobiliárias efetuadas no bairro a Liberdade (período de 1935-1942);

- pesquisa na biblioteca do Arquivo Municipal Washington Luís em obras que concentram estatísticas sobre a cidade de São Paulo no período que a pesquisa compreende.

- sistematização das obras bibliográficas que englobam a história da cidade de São Paulo, dos bairros centrais e da área central, além da bibliografia sobre a imigração japonesa para o Brasil e o estabelecimento em São Paulo e no bairro da Liberdade – que ajudou a elaborar os capítulos I e II. Sempre que era realizada uma leitura, havia a captura de elementos centrais para ajudar a compor as respostas aqui trazidas. Os elementos vão desde mapas, tabelas, quadros e citações importantes.

Há uma distinção a ser feita entre distrito e bairro; o primeiro compreende a divisão oficial e administrativa feita pelo poder público para melhor desenvolver

políticas e executar ações por meio de divisões setoriais de seu interesse, e o segundo compreende uma percepção local, uma divisão não oficial dos habitantes pertencentes a localidade; o bairro pode ser definido e nomeado tradicionalmente pelo uso informal dos moradores segundo qualidades geográficas, históricas, econômicas, sociais etc.³

O Distrito da Liberdade compreende, além do bairro da Liberdade, o bairro da Aclimação. Nessa pesquisa, adotou-se como perímetro de estudo somente o bairro da Liberdade, sobretudo pelas características históricas e sociais peculiares, delimitado ao norte pela rua da Tabatinguera, ao oeste pela Avenida Brigadeiro Luis Antônio, ao sul até as proximidades da praça Oswaldo Cruz, a leste/nordeste pelas ruas Pires da Mota e Scuvero, em que segue esta linha para o norte até encontrar a avenida do Estado na altura da rua da Tabatinguera. Nessa área estão presentes as vias mais tradicionais da Liberdade. Ali existe a maior movimentação dos japoneses desde que se fixaram no bairro, e corresponde ao local em que iniciam seus negócios, efetuam os primeiros deslocamentos e aparecem com as primeiras aquisições de imóveis. Também é nessa área que o poder público realiza as primeiras intervenções para instalar os melhoramentos urbanos no distrito.

O estudo está estruturado segundo eixos norteadores que estão presentes nos capítulos elaborados, cada qual buscando trabalhar as fontes pesquisadas e apontar respostas para as perguntas colocadas. São eles: as relações entre a transformação do centro principal da cidade e o desenvolvimento do bairro da Liberdade; a dinâmica fundiária e a caracterização das principais vias; o papel do grupo dos japoneses para o desenvolvimento e a caracterização do distrito; e, por fim, a identificação de períodos e localizações das atividades assumidas pelos japoneses no bairro.

A dissertação está estruturada em três capítulos, além da Introdução e Conclusões. O Capítulo I trata de uma parte da história da cidade de São Paulo buscando apresentar a estruturação e o desenvolvimento do centro da cidade. São pontuados o surgimento e a estruturação do distrito da Liberdade e a sua relação com as mudanças na área central ocorridas do final do século XIX até a década de 1950. Por fim, são abordadas as principais vias que compõem o distrito em que são desvendadas as primeiras atividades imobiliárias ocorridas, bem como seus envolvidos, notadamente os europeus – italianos, portugueses e espanhóis. Dessa forma colocamos um panorama

³ O trabalho de José Donizete Cazzolato desenvolve uma importante metodologia para se discutir território, bairro e distrito na cidade de São Paulo e ajuda a entender melhor esses conceitos da geografia. Ver Cazzolato, 2005.

para situar o distrito, entender a sua localização e os processos pelos quais passou, na medida em que a Liberdade faz parte da área central de São Paulo.

O Capítulo II mostra os grupos de estrangeiros que passaram pela Liberdade, desde os europeus no final do século XIX até os japoneses no século XX. Mostra o movimento de imigração dos japoneses, a sua marcante presença no interior do Estado de São Paulo e em outros estados, a instalação no bairro da Liberdade, os meios utilizados pelos imigrantes para facilitar a instalação, o porquê se concentram nessa localidade, quais as instituições de auxílio fundadas e de que forma atuam. Antes de ser caracterizado como bairro oriental pelo poder público em 1974, os japoneses já haviam criado uma série de instituições de auxílio e atividades econômicas, o que torna o bairro uma referência para essa população.

No Capítulo III são caracterizadas as atividades que haviam no centro por volta do final do século XIX e início do século XX, e as atividades que os japoneses desenvolveram, desde os primeiros grupos a se estabelecerem na Liberdade até a metade da década de 1960. São pontuadas as principais vias do distrito para se efetuar um mapeamento das atividades e revelar a sua concentração ou dispersão através das décadas, o que delineia o desenvolvimento dos nipônicos no bairro da Liberdade, culminando em uma periodização que destaca três momentos diferenciados do processo analisado: a primeira década do século XX, que mostra a evidência da porção norte do bairro, próxima a Sé; as décadas de 1920 e 1930, que revelam a pulverização e a diversificação das atividades pelo bairro; e o momento a partir da década de 1940, em que acontece a expansão das atividades comerciais para o sul e a especialização de atividades como madeira e metal em algumas vias.

Por último, nas conclusões, são apresentados os resultados do trabalho quanto às singularidades no desenvolvimento do distrito da Liberdade e qual a importância da presença dos japoneses, revelando o papel que desempenharam e os processos que participaram.

O bairro da Liberdade possui estreita ligação com o centro de São Paulo. Esse trabalho busca desvendar a relação de proximidade e apontar a diversidade de atividades econômicas que se desenvolveram na área que compreende a Liberdade. É inegável a contribuição dos japoneses no processo de desenvolvimento do distrito, visto que desde a primeira década do século XX já figuram com atividades econômicas, algumas instituições de auxílio, além de escolas e clubes instalados. A participação dos japoneses com o início de diferentes atividades acompanha o processo de transformação

pelo qual passa o centro de São Paulo e ajuda a diversificar comércio e serviços no bairro. A dinâmica com que o centro se transforma tem implicações na Liberdade devido a sua localização junto ao distrito da Sé.

Capítulo I - O bairro da Liberdade e a relação com o centro de São Paulo

A expansão do centro e a formação dos bairros centrais

Até o ano de 1872, São Paulo era apenas o décimo município brasileiro em importância. O final do século XIX foi ímpar na sua história, quando passou a ser majoritariamente urbano. Em 1836, 40% da população paulistana era rural; em 1860, 54% residia em áreas urbanas; e, em 1872, esta porcentagem elevou-se para 60%. Nesse período São Paulo exercia a função de entreposto comercial da colônia e fazia a ligação entre as diversas regiões econômicas que compunham o Brasil. Além disso, no início do século XIX, o açúcar passou a ser produzido nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, o que influiu a agricultura local e trouxe senhores de engenho para morar na capital, dando impulso para a atividade terciária e implicando em transformações urbanas (SINGER, *op. cit.*).

O fator que verdadeiramente alavancou o desenvolvimento paulista foi o café⁴, produto que antes era produzido sobretudo na baixada fluminense e passou a se estender por outras regiões como o Vale do Paraíba e o oeste de São Paulo. Inicialmente, o café produzido em São Paulo era exportado pelo porto do Rio de Janeiro, mas, a partir de 1868, com a construção da São Paulo Railway, passou a ser exportado majoritariamente por Santos. São Paulo, portanto, teve sua função de entreposto comercial aumentada, atraindo mais moradores e pressionando o desenvolvimento urbano. Muitos bancos se instalaram na cidade para o financiamento da produção. Além disso, havia a necessidade de se comercializar o café, o que atraiu muitos fazendeiros e contribuiu para o desenvolvimento econômico do município, pois geravam demanda por comércio e serviços (SINGER, *op. cit.*).

Em 1836, São Paulo contava com 21.933 habitantes, e em 1886 com 47.697. A planta de 1881 mostra como a cidade estava organizada e concentrada ao redor do chamado Triângulo, composto pelas ruas XV de Novembro, São Bento e Direita, com poucas áreas desenvolvidas fora deste núcleo. Era este conjunto de ruas que formava o centro cívico e religioso e concentrava a população, o comércio, os serviços e a indústria.

⁴ Saes (2004) lembra que há dois momentos marcantes na historiografia de São Paulo; o primeiro, que vai até o último quartel do século XIX e a consagrou como a 'cidade do café' ou a 'capital dos fazendeiros', e o segundo, no pós 1930 em que passou a ser vista como 'metrópole industrial'.

Figura 1: Demarcação do centro de São Paulo em 1881 com destaque para o Triângulo
 Base: Planta da Cidade de São Paulo levantada pela Companhia Cantareira de Esgotos em 1881.
 Fonte: Secretaria do Estado de Economia e Planejamento, Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC.
 Acervo - Tombo: 1584. Disponível in http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1872.php
 Adaptado pelo autor.

Já no início do século XX, com a crescente soma das exportações do café, estavam lançados os alicerces para a industrialização avançar. A cidade que até o momento circunscrevia-se à área que não abrangia mais do que o seu triângulo seiscentista, aos poucos passou a alcançar um raio de 15 km.

Saes (2004) mostra que desde o final do século XIX a cidade estava se desenvolvendo e se modernizando, em grande parte devido a presença de linhas ferroviárias que impulsionavam outros setores. Recebeu a iluminação a gás, as linhas de bonde, a captação e a distribuição de água. A empresa Light possuía o monopólio dos serviços de telefone, gás, energia elétrica e bondes em 1916.

Houve ainda a instalação de vários bancos⁵, muitos ligados ao capital do café, e em 1911 - 1912 lojas luxuosas estavam instaladas no centro, como a Mappin Store e a Casa Alemã, além de lojas tradicionais que cresceram com a cidade como a Pernambucanas e a Casa Clark. Segundo Saes (2004), o comércio varejista, hotéis, escritórios, agências de comissões e diferentes tipos de serviços que já estavam presentes no centro no contexto da proclamação da república passam a se instalar nos bairros centrais na medida em que a cidade foi se expandindo.

Com os melhoramentos urbanos e com a instalação de bancos que financiaram a implantação de indústrias, um fluxo de moradores ainda maior aportou na capital, que apresentava crescimento desde o final do século. Esse crescimento ocorreu primeiro graças às levas de imigrantes, que totalizaram cerca de 3,8 milhões no Brasil, de 1887 - 1930. No Estado de São Paulo instalaram-se 52,4% destes estrangeiros, responsáveis por inúmeros empreendimentos, tanto no interior do Estado quanto na futura metrópole (FAUSTO, 2001: 155-156).

A população na capital, que em 1890 era de 64.934 habitantes, em 1934 passa para 1.060.120 e, em 1950, para 2.198.096 habitantes. Esses números já sinalizam a dimensão das transformações pelas quais São Paulo passou.

Juntamente com o aumento da população, a expansão da área urbana se acelera. A planta da cidade de São Paulo de 1895 revela o surgimento dos inúmeros loteamentos nas áreas ao redor do centro e em áreas mais distantes, com os quarteirões em forma retangular.

⁵ Banco do Brasil, Banco de Crédito Real de São Paulo, Banco Mercantil de Santos, London & Brazilian Bank, English Bank do Rio de Janeiro, Banco Comercial de São Paulo, Banco da Lavoura e Casa Bancária da Província de São Paulo. Ver Saes, 2004.

Figura 2: Expansão urbana da cidade de São Paulo até 1895

Base: Planta da Cidade de São Paulo de 1895, editada por Hugo Bonvicini.

Fonte: Secretaria do Estado de Economia e Planejamento. Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC. Acervo - Tombo: 1322. Disponível in http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1890.php

A expansão urbana, o aumento do número de habitantes, os melhoramentos urbanos, a oferta de bens e serviços e o afloramento de uma indústria proveniente dos

rendimentos do café impulsionaram a configuração do centro da cidade de São Paulo, que se desenvolvia associada ao ritmo econômico pelo qual passava o país.

No decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII, era o Pátio do Colégio, localizado ao lado do Triângulo, o verdadeiro coração da vila e depois cidade de São Paulo. Dele partiam as principais vias que levavam às saídas da área urbana. A rua Direita conduzia ao Sertão, a rua XV de Novembro levava ao bairro da Luz, a rua do Carmo até o Ipiranga, e o Pátio do Colégio era ligado ao Caminho do Carro que ia até Santo Amaro. No século XVIII, além da função de centro irradiador, acrescentaram-se outras, como as funções administrativa e comercial. Com o crescimento da cidade entre 1870 e 1880, o centro expandiu-se, também impulsionado pelos estrangeiros que se destacaram no comércio e no artesanato. Prova da importância que tiveram foi a instalação da Hospedaria dos Imigrantes em 1888 (MÜLLER, *op. cit.*).

No final do século XIX, o centro de São Paulo começa a perder parcela da função residencial em favor das funções comercial e de serviços. Os sobrados passaram a ser ocupados por lojas nos térreos e a população de renda mais alta passa a preferir os novos bairros residenciais ao redor. Fora do núcleo central, o comércio já se expandia para algumas saídas da cidade, como nas ruas Santo Amaro, Consolação, Sete de Abril, Ladeira de São João, Florêncio de Abreu, Liberdade e do Brás, que mais tarde iriam se tornar vias polarizadoras (MÜLLER, *op. cit.*).

Para o centro se expandir e ultrapassar a geografia acidentada que o enclausurava, tiveram que ser controlados a várzea do rio Tamanduateí e o relevo, o que também permitiu a ampliação de outros bairros. Na década de 1930 São Paulo já contava com mais de 1 milhão de habitantes. A planta da cidade de 1895 demonstra a expansão urbana e o aparecimento de bairros mais afastados do centro que passaram a receber algumas atividades antes ali restritas.

A expansão do centro fez pressão para que as chácaras que estavam ao seu redor fossem desintegradas e loteadas, dando origem aos bairros centrais da Liberdade, Bom Retiro, Pari, Vila Buarque, Santa Cecília, Santa Ifigênia, Bexiga (Bela Vista), Luz, Consolação e Campos Elíseos. As áreas contíguas ao centro que resultaram da urbanização das chácaras passaram a compor, Segundo Müller (1958), uma zona de transição para os bairros que surgiram nas décadas seguintes. A autora caracteriza essas áreas como Zonas Mistas, que são notadamente residenciais, porém possuem funções de centro. Como será demonstrado, o distrito da Liberdade caracteriza-se como uma zona mista, pois apresenta áreas comerciais e de serviços vigorosas em conjunto com a

função residencial, e está localizado entre o centro e a zona sul, possuindo grandes vias de circulação.

O eixo formado pelas ruas da Liberdade e Vergueiro irá se caracterizar com uma grande oferta de bens, serviços e fábricas em seu trajeto, como pode ser verificado com os dados do Guia e Cadastro Comercial da cidade de São Paulo para o ano de 1911 e do Cadastro Industrial de 1965 do IBGE, analisados no capítulo III.

Nesse processo, o centro tradicional que havia se constituído desde o século XVIII, se consolidado, passado por ampliações e aglutinado outras funções como a administrativa, se expande em direção a novas áreas a ele contíguas, onde se instalam o comércio, os serviços, as fábricas e moradias. Os bairros centrais se estruturam com serviços, atividades comerciais e produtivas, mas ainda mantendo a função residencial. Eram áreas próximas do centro e que realizavam a ligação com outros bairros que estavam se organizando em lugares mais distantes.

Também no final do século XIX e início do século XX, a cidade de São Paulo recebeu muitos imigrantes, notadamente europeus – italianos, portugueses e espanhóis, que se acomodaram nos bairros centrais. Esses grupos buscaram se fixar na cidade e, para isso, ocuparam inúmeras profissões, como jardineiros, pedreiros, pintores, motoristas, carpinteiros, vendedores e operários, ou iniciaram pequenos negócios, como botequins, adegas, açougues e quitandas (HALL, 2004:).

Na Liberdade são encontrados nesse contexto majoritariamente italianos e portugueses, que participam da dinâmica imobiliária na passagem para o século XX e iniciam atividades comerciais como bares e botequins. Outros grupos de estrangeiros fazem-se presentes, como os espanhóis e alemães, porém, é a partir da década de 1910 que se assiste à chegada de um grupo que tornaria o bairro da Liberdade referenciado: os japoneses. Poucos anos após estabelecidos, notava-se no bairro da Liberdade algumas pensões de japoneses na rua Conde de Sarzedas. Já a sua participação nas atividades imobiliárias no bairro acontecem apenas a partir da década de 1950.

Do Distrito Sul da Sé ao Distrito da Liberdade

Em 1833, o Distrito da Sé, que formava o centro de São Paulo, foi dividido em duas partes, Distrito Sul e Distrito Norte, por ato da Câmara Municipal (14 de Março de 1833). O bairro da Liberdade se estrutura a partir do desmembramento de chácaras em torno do centro, e inicialmente esteve integrado ao Distrito Sul da Sé. Este distrito possuía grande extensão e era composto pelos bairros de Indianópolis, Jabaquara, Vila

Clementino, Vila Mariana, Cambuci e a própria Liberdade, que seriam desmembrados anos depois (GUIMARÃES, *op. cit.*: 21).

No ano de 1863 o Distrito Sul da Sé passa por nova demarcação, que compreendia:

“Desde a ponte do Picques, intitulada 7 de Abril, pela Ladeira do Dr. Falcão, que vem dar na Rua Direita até o Largo da Sé e daí pela antiga Rua da Fundição até o beco que separa a casa da Marquesa de Santos [...] servindo a dita ladeira e as mencionadas ruas de divisa dos referidos distritos, de maneira que as casas do lado superior dessas ruas e ladeira, pertençam ao Distrito Sul e as do inferior ao do Norte” (GUIMARÃES, 1979: 21).⁶

As primeiras ruas do Distrito Sul da Sé, que mais tarde se tornou o distrito da Liberdade, desenharam-se a partir da fragmentação das seguintes propriedades:

- Chácara da Tabatinguera – que deu origem às ruas Conselheiro Furtado, Conde de Sardezas e Sta. Luzia;
- Chácara da D^a. Alexandrina de Moraes – que deu origem às ruas da Liberdade e Vergueiro;
- Chácara do Sertório - na sua área foram abertas as ruas Pedroso, Maestro Cardim, Alfredo Ellis, Martiniano de Carvalho, Arthur Prado e Paraíso;
- Chácara de Caetano Ferreira Balthar - entre as ruas Américo de Campos e Barão de Iguape, estendendo-se até a rua da Glória;
- Quinta de Francisco Machado - na sua área foram traçadas as ruas da Fábrica – futura rua Sinimbu, e o Largo de São Paulo;
- Chácara Streib – que se localizava entre o Largo da Força e o Largo da Pólvora;
- Chácara do Quebra-Bunda - situava-se entre as ruas Apeninos, Pires da Mota, Nilo e Paraíso;
- Chácara Fagundes – foram oficializadas ruas como Fagundes e Galvão Bueno;
- Chácara de Dona Ana Maria de Almeida Lorena Machado;
- Chácara Moreira;
- Chácara do Barão de Limeira;
- Chácara da Glória (GUIMARÃES, *op. cit.*: 35-41).

⁶ A demarcação de 1863 é alterada pelo governo municipal em 1872, quando integrou ao Distrito Sul os prédios localizados entre as Travessas do Colégio e a Rua da Fundição.

A localização das chácaras que compunham um cinturão ao redor do centro, com destaque para as que deram origem à Liberdade, pode ser observada pelas figuras a seguir:

Figura 3: Localização das chácaras ao redor do centro de São Paulo desde o século XVIII – 1, destaque para a área onde se estruturou o distrito da Liberdade⁷.
Base: Chácaras, sítios e propriedades ao redor de São Paulo desde o século XVIII
Fonte: Arquivo Aguirra – Museu Paulista/USP
Adaptado pelo autor

⁷ Essa ilustração, encontrada no Arquivo Aguirra, do Museu Paulista-USP, foi mantida neste trabalho, pois, apesar do seu título remeter ao mesmo período da figura 4, há algumas diferenças de nomeações das chácaras e suas divisões, o que nos leva a pensar que retratam momentos distintos, com o surgimento de novas propriedades. Além disso, a figura 4 é utilizada em outros trabalhos, enquanto que essa é menos comum.

Figura 4: Localização das chácaras ao redor do centro de São Paulo desde o século XVIII – 2, destaque para as chácaras que deram origem ao distrito da Liberdade⁸
 Base: Chácaras, sítios e propriedades ao redor de São Paulo desde o século XVIII
 Fonte: Arquivo Aguirra – Museu Paulista/USP
 Adaptado pelo autor

⁸ Nem todas as chácaras que deram origem ao distrito da Liberdade estão localizadas na figura. Acreditamos que as chácaras destacadas passaram por divisões e, mais tarde, deram origem às outras chácaras citadas.

Em 1905, pela Lei nº 975 de 20 de Dezembro, o Distrito Sul da Sé passa a chamar-se Liberdade. Neste ato, o Distrito Norte da Sé passa a ser denominado de Sé. Abaixo a reprodução do trecho da página do Diário Oficial do Estado de São Paulo que contém a referida lei, com destaque no parágrafo que trata da denominação do bairro da Liberdade:

LEI N. 975
DE 20 DE DEZEMBRO DE 1905
Muda a denominação de alguns municipios e districtos de paz do Estado

O doutor Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado de S. Paulo,
Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º Ficam substituídas pelas seguintes denominações dos municipios e comarcas abaixo :

- 1) Santa Cruz das Palmeiras, pela de Palmeiras;
- 2) São Paulo dos Agudos, pela de Agudos;
- 3) São João de Capivary, pela de Capivary;
- 4) São João do Rio Claro, pela de Rio Claro;
- 5) São João de Atibaia, pela de Atibaia;
- 6) São João de Cananéia, pela de Cananéia;
- 7) Lavrinhas, na comarca de Faxina, pela de Itaberá.

Artigo 2.º Ficam substituídas, pelas seguintes, as denominações dos districtos de paz abaixo :

- 1) São João da Floresta, no municipio de Lençóes, pela de Tupá;
- 2) São José do Guapiára, no municipio de Capão Bonito, pela de Guapiára;
- 3) São Roque do Taquary, no municipio de Itaporanga, pelo de Taquary;
- 4) Norte da Sé, no municipio de São Paulo, pela de Sé;
- 5) Sul da Sé, no municipio de São Paulo, pela de Liberdade.

Artigo 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.
O secretario de Estado dos Negocios do Interior e da Justiça, assim a faça executar.
Palacio do Governo do Estado de São Paulo, em vinte de Dezembro de mil novecentos e cinco.

JORGE TIBIRIÇA'
J. CARDOSO DE ALMEIDA

Publicada na Directoria do Interior da Secretaria de Estado dos Negocios do Interior e da Justiça, em 20 de Dezembro de 1905, — Carlos Reis, director interino.

Figura 5: Lei nº 975 de 1905 que institui a denominação da Liberdade

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo de 28 de Dezembro de 1905, p. 3137. Disponível in <http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19051228&Caderno=Diario%20Oficial&NumeroPagina=3137> acesso em 25/01/2013

Com os melhoramentos urbanos, a delimitação do Distrito da Liberdade foi ganhando maior precisão até chegar nos contornos atuais. A Lei nº 1.756 de 27 de Dezembro de 1920 define o perímetro do distrito da Liberdade e dá outras providências, como a criação e delimitação de outros bairros. Segundo a lei, o distrito da Liberdade inicia-se na ponte sobre o rio Tamanduateí (onde começa a rua da Móoca), sobe o rio até o início da rua Justo Azambuja (na divisa com o bairro do Cambuci) e rua do

Lavapés, segue a rua Scuvero até as ruas Pires da Mota e Bueno de Andrade até encontrar o rio Cambuci, sobe por este até o fim da rua do Paraíso com as ruas Leoncio de Carvalho e Basílio da Cunha, continuando até a rua do Paraíso. Segue por esta rua até a praça Oswaldo Cruz, daí para a rua 13 de Maio, Largo 13 de Maio e pelos eixos das ruas Martiniano de Carvalho, Humaitá e Brigadeiro Luís Antônio, continuando pela rua Riachuelo, praça Dr. João Mendes, ruas do Teatro e Tabatinguera até a rua Frederico Alvarenga, chegando na ponte do rio Tamanduateí onde teve início⁹.

A demarcação do distrito de 1920 passou por algumas modificações, com a criação do bairro da Aclimação, que está nas terras que compõem o extremo sul do distrito da Liberdade. Esse trabalho adota como perímetro de estudo o bairro da Liberdade, que compreende a área delimitada ao norte pela rua da Tabatinguera, ao oeste pela Avenida Brigadeiro Luís Antônio, ao sul até as proximidades da praça Oswaldo Cruz, a leste/nordeste pelas ruas Pires da Mota e Scuvero, em que segue esta linha para o norte até encontrar a avenida do Estado na altura da rua da Tabatinguera.

Adotamos a demarcação do bairro vigente no período estudado que segue os limites expostos acima, de 1920, área onde há a maior movimentação dos japoneses no período e que concentra a instalação de atividades econômicas. Por isso, usaremos o termo “bairro” ao invés de “distrito”, pois atualmente o distrito da Liberdade é delimitado à oeste pela Avenida 23 de Maio¹⁰, concluída somente na década de 1960, e engloba o bairro da Aclimação. Manteremos “distrito” para citar números de censos e pesquisas que levam em consideração o distrito da Liberdade e não apenas o bairro.

⁹ Algumas dessas ruas podem ter passado por modificações nos seus trajetos, porém, com a descrição fornecida pela lei é possível acompanhar a demarcação do distrito da Liberdade. Ver Lei nº 1.756 de 27 de Dezembro de 1920. Disponível in

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1920/lei%20n.1.756,%20de%2027.12.1920.htm>

¹⁰ O que deixa de fora as áreas compreendidas entre a avenida 23 de maio, construída no final da década de 1960, e a avenida Brigadeiro Luís Antônio.

Figura 6: Perímetro do bairro da Liberdade em 1920

Base: Mapa Topográfico do Município de São Paulo executado pela empresa Sara Brasil, 1930.

Fonte: Arquivo Aguirra - Museu Paulista/USP

Adaptado pelo autor.

Ao analisar o bairro da Liberdade, Renato Mendes destaca sua localização entre dois vales de rios, o Tamanduateí e o Pinheiros. Na década de 1950, seguindo vale do Tamanduateí, nas proximidades do centro até o início da via Anchieta, estão os bairros da Glória, Cambuci, Aclimação, Ipiranga, Alto da Mooca, Vila Prudente, Paraíso, Bela Vista, Vila Mariana, Vila Clementino, Bosque da Saúde, Jabaquara, Indienópolis e Brooklyn Paulista, Consolação, Higienópolis, Cerqueira César, Jardins e Pinheiros, que juntamente com a Liberdade formam a Zona Sul da cidade de São Paulo (MENDES, 1958).

A Liberdade e os demais bairros localizados no vale do Tamanduateí estão em uma das portas da cidade que conduz a Santos e ao litoral. Aí se iniciava o antigo Caminho do Mar, que acompanha o traçado da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, que liga

o planalto paulista ao litoral. O Caminho do Mar descia pelo traçado tortuoso do vale junto às colinas e dá origem ao eixo viário composto pelas ruas da Glória, Lavapés e Independência, que será um dos eixos estruturadores do bairro da Liberdade.

“O antigo caminho de tropas, com seu traçado sinuoso (embora atualmente se apresente alargado, asfaltado e percorrido por linhas de bondes e de ônibus)” é, segundo Mendes (1958:260), “uma verdadeira relíquia de quatrocentos anos, uma vez que desempenhou um papel de importância primordial na vida econômica e social da comunidade paulista, ao fazer a ligação entre São Paulo e Santos.”

Outro eixo viário que terá importância no desenvolvimento da Liberdade tem sua origem no Caminho do Carro, que corresponde ao traçado atual da avenida da Liberdade, rua Vergueiro e da extinta linha de bonde para Santo Amaro.

Segundo Guimarães:

“Na expansão do Distrito Sul da Sé, em meados do século XIX, duas importantes estradas orientaram o desenvolvimento do futuro bairro da Liberdade. Uma é a estrada para Santo Amaro e a outra é a estrada Vergueiro, continuação da rua da Liberdade, ao sudoeste, em direção ao Ribeirão do Ipiranga, até encontrar o Caminho do Mar.”
(GUIMARÃES, *op.cit.*:43)

Essas duas estradas, que passaram a constituir eixos viários, contribuíram para o desenvolvimento do bairro. O Caminho do Carro (Estrada para Santo Amaro) orientou o crescimento da Liberdade para sudoeste. Já para o leste, o Caminho do Mar atraía grande fluxo de transportes, realizando a ligação da capital com Santos. Essas estradas encontravam-se no antigo Largo da Força, hoje praça da Liberdade (GUIMARÃES, *op. cit.*).

Após a construção da São Paulo Railway, o desenvolvimento do bairro passou a acompanhar o trajeto da ferrovia. Anteriormente, ao longo do século XVII, essa área permaneceu semi-despovoadada, o que se nota pela presença da Casa da Pólvora e da Força. Esta última foi transferida da rua Tabatinguera em 1604 e, em 1891, a área próxima passou a ser denominada Praça da Liberdade (DIEGOLI, *op. cit.*:14-15).

No percurso dos dois eixos viários formados a partir de vias tradicionais, outros bairros que compunham o Distrito Sul da Sé foram se estruturando. No eixo formado pelas ruas da Glória, Lavapés e Independência, no final do século XIX, arruamentos foram realizados com traçados retilíneos nos moldes de um tabuleiro de xadrez. Na avenida D. Pedro I, seguinte a rua Independência, estruturaram-se bairros como Ipiranga

O bairro da Glória está situado entre os Caminhos do Carro e do Mar. A denominação do bairro da Glória, que se estendia desde a Praça João Mendes – antigo Largo 7 de Setembro - até o início da rua Lavapés e da Várzea do Glicério, começa a desaparecer aos poucos. Esse bairro foi urbanizado com o loteamento do antigo Cemitério dos Aflitos, entre as ruas Galvão Bueno, dos Estudantes e da Glória, e é incorporado à Liberdade.

PLANTA
DOS
TERREÇOS DO BAIRRO
DA
GLÓRIA

um pouco de terreno e todos os terrenos
de propriedade do Estado
de propriedade do Estado
de propriedade do Estado
de propriedade do Estado

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22

14-2500

14-904

Fonte: Arquivo Aguirra – Museu Paulista/USP

32

A seguir, a figura do loteamento da Chácara da Glória auxilia a ver os inúmeros lotes criados e identifica seus respectivos proprietários. Destaca-se o nome de Demétrio Costa Nascimento com glebas junto a Estrada Vergueiro.

Figura 8: Planta de loteamento da Chácara da Glória – 1894

Fonte: Arquivo Aguirra – Museu Paulista/USP

Elaborado por Rene Henroz

Por fim, o bairro do Cambuci está ligado à antiga Chácara da Glória, e fica entre os cursos dos rios Cambuci, Tamanduateí e Ipiranga. Foi loteado e arruado em fins do século XIX. O bairro da Aclimação, ao sul da Liberdade, corresponde ao antigo Sítio do Tapanhoim, caracterizada por Mendes (1958) como um bairro de classe média de função predominantemente residencial.

A atuação do poder público para a urbanização do distrito da Liberdade

No contexto do final do século XIX, o poder público atuou fortemente na urbanização da Liberdade, ainda denominado de Distrito Sul da Sé. Em 1874 foram declaradas de utilidade pública as terras que margeavam o rio Tamanduateí, da rua Tabatinguera – ao norte - até as proximidades da rua Lavapés – ao sul -, para efetuar o prolongamento da antiga Estrada de Santos (Caminho do Mar) até a rua da Mooca¹¹, estruturando essa importante via de fluxo.

¹¹ Informações constantes em ficha referente à rua do Glycerio no Arquivo Aguirra do Museu Paulista da USP.

Figura 9: Declaração de utilidade pública de terras adjacentes ao rio Tamanduateí.
Fonte: Ficha da rua Glycerio no Arquivo Aguirra - Museu Paulista/USP

De 1893 até 1939, a câmara municipal e a prefeitura realizaram inúmeras obras na Liberdade - calçamentos, abertura de ruas, anexações e desapropriações - todas feitas na forma de leis aprovadas pelo poder legislativo. Desde o ano de 1907 grandes dotações orçamentárias foram destinadas para as desapropriações e para a sua estruturação (GUIMARÃES, *op. cit.*).

Em 1903, foram declarados de utilidade pública os terrenos entre as ruas da Glória e Tamandaré, para efetuar ligação da rua Conselheiro Furtado na chácara de Anna Maria de Almeida Lorena Machado - lei nº 685 de 07/11/1903¹². Em 1908, foi aprovada a lei nº 1.132 que dá a denominação de Conde de São Joaquim para a rua que parte da rua Humaytá vai até a rua Jaceguay¹³. Há ainda outros atos em 1902 e 1904 de interesse público que demonstram seu desenvolvimento:

“Arrematação de prédio nº 7 em 04/06/1902. Proprietários Frederico Ernesto Fitchner e Graciana Maria dos Passos, arrematado pela Câmara Municipal de São Paulo. Lei Municipal nº 594 de 06/08/1902.”

“Os números 5, 9, 11, 13, 15, 17, 19 e 19A são declarados de utilidade pública os prédios para alargamento da rua. Lei Municipal nº 725 de 25/03/1904¹⁴.”

Em 1928 a Câmara Municipal decreta:

¹² Informação retirada das fichas da rua Conselheiro Furtado, do Arquivo Aguirra, em pesquisa realizada entre Agosto de 2010 e Março de 2011 no Museu Paulista da USP.

¹³ Informação retirada das fichas da rua Conde de São Joaquim do Arquivo Aguirra.

¹⁴ Informação retirada das fichas da rua da Liberdade do Arquivo Aguirra.

“Lei nº 3.135 de 25/01/1928. Aprova os alinhamentos da rua Liberdade, rua Rodrigo Silva e imediações e dá outras providências. A Câmara decretou em 14/01/1928 e o prefeito promulga. [...] Artigo 2º: ficam declaradas de utilidade pública para serem incorporadas ao domínio do município, as áreas de terreno que se tornem necessárias aos alinhamentos estabelecidos por esta lei, podendo o prefeito realizar a respectiva aquisição por via de desapropriação judicial ou por meio de acordos com quem de direito¹⁵.”

Em 1931:

“Acto nº 139 de 11/04/1931. O Largo Affonso de Freitas passa a denominar-se Praça da Liberdade¹⁶.”

As figuras abaixo mostram os prédios servidos pelo sistema de esgoto no bairro. Nesse momento, 1894, as vias demonstradas correspondem à rua da Liberdade e a algumas travessas para o setor oeste, como a rua Jaceguay na folha 1 e a rua Humaytá na folha 2, próximas ao ribeirão.

Figura 10: Cadastro de prédios servidos de esgoto no bairro da Liberdade em 1894 – folha 1
Elaborado pela Repartição Técnica de Água e Esgotos.

Fonte: Arquivo Aguirra – Museu Paulista/USP

¹⁵ Informação retirada das fichas da rua da Liberdade do Arquivo Aguirra.

¹⁶ Informação retirada das fichas da Praça da Liberdade do Arquivo Aguirra.

Figura 11: Cadastro de prédios servidos de esgoto no bairro da Liberdade em 1894 – folha 2
Elaborado pela Repartição Technica de Água e Esgotos.
Fonte: Arquivo Aguirra – Museu Paulista/USP

Para acompanhar o desenvolvimento da Liberdade é preciso lembrar que em 1889 o então Distrito Sul da Sé estava urbanizado, mas apresentava alguns vazios entre as ruas Santo Amaro e Liberdade. Por volta de 1890, houve o desmembramento da chácara de Dona Mariana de Barros Fagundes, seguido de outros, permitindo a oficialização de muitas vias como a rua Fagundes, a Avenida Liberdade e a rua Galvão Bueno. Do mesmo período datam as ruas Conselheiro Furtado, Tamandaré e Conde de Sarzedas (DIEGOLI, *op. cit.*:17). Dez anos mais tarde o bairro aceleraria o processo de urbanização amparado pela Câmara Municipal através da feitura de leis para modificações em sua estrutura, como o alargamento e o calçamento de ruas, desapropriações, melhoramentos em vias e praças etc. (GUIMARÃES, *op. cit.*).

Com o pedido de demolição da Casa da Pólvora, em 1873, foi aberto o Largo da Pólvora e, a partir daí, o desenvolvimento do bairro ganhou força. Esse processo acompanhou o contexto da proclamação da República, no qual muitos senhores, os proprietários das chácaras nos bairros centrais, mandaram arruar e abrir loteamentos em suas terras (GUIMARÃES, *op.cit.*). A Liberdade, que está contígua ao centro, fazia divisa com os futuros bairros da zona sul e sudoeste – Paraíso, Vila Clementino, Vila Mariana, Jabaquara, Saúde e Santo Amaro, o que favoreceu a sua urbanização e a fixação de moradores que se aproveitaram da proximidade com a Sé, além do fato de possuir a emergência de importantes vias de circulação.

Outros fatos impulsionaram o desenvolvimento do bairro, como, por exemplo, a instalação do curso de direito no centro, ainda no século XIX, o que atraiu muitos estudantes, sobretudo para as ruas da Liberdade, dos Estudantes, Glória, Conselheiro Furtado e São Joaquim. Os imigrantes europeus (italianos, espanhóis e portugueses), que se instalaram no bairro no fim do século XIX e início do século XX, fixaram-se nas principais vias de acesso e iniciaram importante comércio varejista. Já os japoneses chegaram em São Paulo na primeira década do século XX e, tão logo se estabeleceram, pequenas pensões e restaurantes eram observados sobre sua responsabilidade nos porões da rua Conde de Sarzedas. As contribuições dos estrangeiros para o desenvolvimento do bairro serão analisadas em capítulo à parte.

Com o crescimento e a urbanização da Liberdade houve um aumento notável do número de moradias. O quadro abaixo traz o número de prédios por distritos na primeira década do século XX. A Liberdade apresenta crescimento entre 1911 e 1918.

Quadro 1: Número de prédios por distrito de São Paulo em 1911 - 1918

<i>Distritos</i>	<i>1911</i>	<i>1918</i>	<i>Crescimento</i>
<i>Liberdade</i>	4.160	5.185	1.025
<i>Sé</i>	1.128	1.434	306
<i>Sta. Ifigênia</i>	5.874	4.827	-1.047
<i>Consolação</i>	5.885	4.719	-1.166
<i>Brás</i>	8.058	5.365	-2.693
<i>Mooca</i>	-	7.183	-
<i>Sta. Cecília</i>	5.670	6.216	546
<i>Bom Retiro</i>	-	2.836	-
<i>Bela vista</i>	-	3.874	-
<i>Belenzinho</i>	2.120	5.370	3.250
<i>Vila Mariana</i>	1.478	3.403	1.925
<i>Cambucci</i>	165	1.390	1.225
<i>Lapa</i>	-	2.221	-
<i>Santana</i>	651	1.707	1.056
<i>Penha</i>	353	478	125
Total	35.542	56.208	20.666

Fonte: Azevedo, 1958:129

Em 1911 a Liberdade estava atrás dos distritos do Brás, Consolação, Santa Ifigênia e Santa Cecília, na quinta posição. Entre o período retratado apresenta crescimento de 1.025 prédios, enquanto que Brás, Consolação e Santa Ifigênia apresentam crescimento negativo, e Santa Cecília um crescimento menor. Em 1918 o distrito da Liberdade estava atrás da Móoca, Santa Cecília, Brás e Belenzinho.

A figura abaixo mostra o crescimento da área urbanizada da cidade de São Paulo. O primeiro recorte mostra a urbanização até 1881, quando a Liberdade, então Distrito Sul da Sé, ainda não estava urbanizada. De 1882 a 1914 é visível grande urbanização; de 1915 à 1929, apenas uma porção do sudeste do distrito não estava urbanizada. No final da década de 1940, o distrito estava completamente urbanizado. Nesse período, como será demonstrado no capítulo III à frente, as atividades econômicas encontravam-se disseminadas pelo distrito. Nessa altura os japoneses também haviam se consolidado em diferentes ramos de atividades, tornando-se inclusive proprietários de imóveis.

Figura 12: Área urbanizada do distrito da Liberdade até 1962

Bases: Área Urbanizada de 1882/1914; Área Urbanizada de 1915/1929; Área urbanizada de 1930/1949; Área Urbanizada de 1950/1962.

Fonte: EMPLASA/Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA - disponível in

http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/urb-1890-1900.jpg

http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/urb-1920.jpg

http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/urb-1940.jpg

http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/urb-1950-1960.jpg

Adaptado pelo autor

O desenvolvimento de áreas mais distantes da porção norte do distrito (mais adensada) indica que estava em crescimento. Na década de 1920 o setor a oeste da av. da Liberdade havia concluído o processo de arruamento de vias como a Condessa de São Joaquim e Conde de São Joaquim; próximo ao Glicério ainda podiam ser notados alguns vazios provocados pela várzea do Tamanduateí. O setor sul, entre as ruas Pedroso e Apeninos, também estava estruturado, com o traçado de algumas vias melhor

definidos. Villaça (2001) mostra que a Liberdade foi favorecida pela urbanização devido às dificuldades topográficas para a expansão da cidade em outras direções.

Na Liberdade, nos anos 1920, a negociação de casas era grande¹⁷; os tipos de domicílios predominantes eram o térreo e aqueles que apresentavam dois pavimentos. Prédios mais altos – de quatro, cinco ou mais pavimentos - estavam concentrados na Sé. O próximo quadro mostra o número de domicílios na Liberdade e nos bairros centrais.

Quadro 2: Número de domicílios nos bairros centrais por pavimentos em 1920.

<i>Distritos</i>	<i>Total de Domicílios</i>	<i>Térreos</i>	<i>Assobradados</i>	<i>2 pavimentos</i>	<i>3 pavimentos</i>	<i>4 pavimentos</i>	<i>5 pavimentos</i>	<i>mais de 5 pavimentos</i>	<i>Prédios Ocupados</i>	<i>Prédios Desocupados</i>
<i>Liberdade</i>	4.479	3.363	370	723	22	1	-	-	4.395	84
<i>Sé</i>	2.025	866	93	757	201	72	28	8	1.963	62
<i>Bela Vista</i>	4.310	2.919	582	747	60	2	-	-	4.234	76
<i>Bom Retiro</i>	3.017	2.701	18	289	9	-	-	-	2.970	47
<i>Brás</i>	8.831	8.395	128	307	1	-	-	-	8.789	42
<i>Cambuci</i>	1.840	1.748	2	90	-	-	-	-	1.808	32
<i>Consolação</i>	5.492	4.314	412	729	33	4	-	-	5.389	103
<i>Pari</i>										
<i>República</i>										
<i>Sta. Cecília</i>	5.392	4.422	326	619	22	3	-	-	5.288	104
<i>Sta. Ifigênia</i>	4.965	3.976	157	781	37	11	2	1	4.849	116
<i>Total</i>	40.351	32.704	2088	5042	385	93	30	9	39.685	666

Fonte: Censo IBGE 1920.

Além do avanço da urbanização e do crescimento do bairro, houve o aumento da população e da densidade demográfica. Somados a esses fatos, moradias do tipo cortiço e prédios com uso misto de funções começaram a ser mais comuns (BRUNO, 1954:1324). No trabalho de Lagenest (1962), o distrito da Liberdade aparece décadas mais tarde – 1960 - com mais de 50% da população habitando cortiços, assim como outros bairros centrais como Consolação, Cambuci, Bela Vista, Brás e Santa Cecília.

O quadro abaixo mostra a evolução da população no bairro da Liberdade e nos outros bairros centrais:

¹⁷ Como pode ser verificado com os dados das transações imobiliárias na Liberdade, fornecidos pelo Arquivo Aguirra do Museu Paulista da USP no Índice do Cartório do Terceiro Tabellião – Livro dos Outorgados (1884-1893) e Livro dos Outorgantes (1884-1893), e nas fichas cadastrais por rua, transações de 1827-1940.

Quadro 3: População da área central de São Paulo

DISTRITO	1920	1934	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
<i>S</i>									
<i>Liberdade</i>	38860	39726	43795	43473	55951	59753	82472	76245	61850
<i>B. Vista</i>	44668	43861	47440	45657	57906	61117	85416	71825	63142
<i>B. Retiro</i>	29804	28449	27617	23043	26494	25650	47588	36136	26571
<i>Brás</i>	67074	82955	80914	68138	64061	54497	38630	33536	24229
<i>Cambuci</i>	17233	29183	37841	46034	49970	48497	44851	37069	28621
<i>Consolação</i>	46130	30299	32858	35718	51771	62114	77338	66590	54305
<i>Pari</i>	-	36675	37738	41079	46227	30747	26968	21299	14522
<i>República</i>	-	-	-	-	-	-	60999	57797	47458
<i>Sta. Cecília</i>	45712	31096	36542	39264	60586	67826	94542	85829	71110
<i>Sta. Ifigênia</i>	41407	43623	41555	39367	47318	39119	-	-	-
<i>Sé</i>	10967	11469	10331	9482	8892	8667	32962	27186	20107
<i>Total</i>	341855	377336	396631	391255	469176	457987	591766	513512	411 915
<i>São Paulo</i>	579033	1060120	1337644	2198096	3781446	5924615	8493226	9610659	10398576

Fonte: Censos do IBGE 1920, 1934, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000.

De 1920 até a década de 1950 a Liberdade apresentou incremento de 4.613 habitantes, pequeno se comparado ao crescimento de 1950 até 1960 de 12.478. A população continua crescendo até 1980, quando os números começam a diminuir. Com exceção do Brás e da Sé, que decresceram em população de 1950 para 1960, os outros bairros centrais apresentaram crescimento. Feldman (2004:44) aponta a Lei Municipal 5.961/1957 responsável por inviabilizar a construção de apartamentos de pequeno porte no centro e nos bairros centrais, o que inclui a Liberdade. Essa medida ajuda a mudar o tipo de domicílio presente, atraindo a construção de grandes prédios, o que também resulta em incremento populacional.

A dinâmica imobiliária nas principais vias da Liberdade do final do século XIX até a década de 1940.

Para falar da constituição e do desenvolvimento da Liberdade é interessante pontuar os principais atores e as transações imobiliárias que se destacaram desde o final do século XIX até quase a metade do século XX. Esse trabalho foi possível graças aos arquivos da coleção João Batista Aguirra e do Cartório do Primeiro Oficial de São Paulo.

Os movimentos no bairro são analisados através das vias mais importantes, identificando períodos, proprietários, transações imobiliárias e atividades de destaque.

São elas: avenida da Liberdade e rua Vergueiro (eixo viário formado a partir do Caminho do Carro), ruas Conselheiro Furtado e Galvão Bueno (que possuem ligação com o centro de São Paulo), rua da Glória (que compõe o eixo viário formado a partir do Caminho do Mar) e rua Conde de Sarzedas, importante via de concentração dos japoneses.

Os dados referentes às transações imobiliárias encontrados no Arquivo Aguirra, no Museu Paulista da USP, ajudam a perceber esses movimentos. Os registros mostram transações de venda de casas, terrenos e chácaras desde a década de 1870, quando se inicia o desmembramento de chácaras e seu loteamento. Nas duas décadas seguintes já figuram outras transações, como a divisão de casas, a venda de sobrados, as permutas, as hipotecas, os arrendamentos e as doações de imóveis. Há outras categorias, como a venda de benfeitorias e de negócios, açougues, armazéns e padarias, bem como a práticas de sublocação de casas.

Nas ruas da Liberdade, Conselheiro Furtado e Galvão Bueno, que partem do centro, prevalecem as transações relacionadas às edificações, como: vendas, hipotecas e arrendamentos de casas. A negociação com casas e sobrados no final do século XIX sugere uma urbanização avançada. Já na rua da Glória, até a década de 1890, é grande o número das negociações com terrenos, e nos anos seguintes crescem as transações com edificações. Na rua Conde de Sarzedas, de topografia íngreme, são as vendas de terrenos que se destacaram até 1910 junto com as hipotecas de casas, o que significa que também havia edificações negociadas nessa via.

A situação fundiária de cada uma dessas vias ajuda a caracterizar como estava o bairro da Liberdade. Abaixo, a figura que destaca a localização da avenida Liberdade e rua Vergueiro, e as ruas Conselheiro Furtado, Conde de Sarzedas, Galvão Bueno, Glória e Lavapés, que revelam-se importantes vias do bairro.

Figura 13: Localização das ruas da Glória, Lavapés, Conde de Sarzedas, Conselheiro Furtado, Galvão Bueno, Vergueiro e Avenida da Liberdade

Base: São Paulo - Projeção hiperbolóide com rede kilométrica. Editora Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1952.

Disponível on line in http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1952.jpg

Adaptado pelo autor

A dinâmica imobiliária na avenida da Liberdade e as ruas Conselheiro Furtado, Conde de Sarzedas, Galvão Bueno, Glória e Vergueiro.

A atual avenida da Liberdade (ou rua da Liberdade até 1967) é um dos principais caminhos do distrito. Sua denominação ocorreu quando Clara Emília de Lara Keller requereu judicialmente a permuta de uma casa situada à rua Esperança, por outra nas

proximidades da Pólvora. O requerimento foi despachado e, em 1871, a casa da Pólvora passou a localizar-se na rua da Liberdade, em decorrência dos efeitos favoráveis do despacho. Em 1882, o inventário de João Antonio Fagundes Mariano citava sete casas na rua da Liberdade (GUIMARÃES, *op. cit.*:69).

A avenida inicia-se na praça João Mendes, passa pela praça da Liberdade e segue na direção sul até terminar no entroncamento do Viaduto Pedroso com a rua Vergueiro, local em que começa a ser demarcado o bairro do Paraíso. No início do seu trajeto, ao norte - próximo à praça da Liberdade, antes denominado Largo da Forca - cruza com as ruas dos Estudantes, Américo de Campos, Barão de Iguape, Fagundes, São Joaquim e Pirapitinguy, do lado leste. Do lado oeste, cruza com as ruas que ficam entre o seu traçado e as avenidas 23 de Maio e Brigadeiro Luís Antônio, como Jaceguay, Condessa de São Joaquim e Pedroso, que marca o início da rua Vergueiro. Abriga casas comerciais, restaurantes, bares, estabelecimentos de ensino, academias, templos religiosos e clubes, dentre outras atividades.

O primeiro registro de uma venda de chácara nessa via data de 1879 e o último em 1922¹⁸. Acompanhou, portanto, a venda de chácaras na área central que deu origem a outros bairros, concentradas no final do século XIX. Logo que estabelecida o poder público efetuou melhorias em sua extensão.

Quadro 4: Leis aprovadas para o melhoramento da rua da Liberdade

<i>Leis nº</i>	<i>Ano</i>	<i>Objetivos</i>
261	1896	calçamento da rua
520	1901	arrematamento do prédio nº 3 pela prefeitura para alargamento da rua da Liberdade
594	1902	arrematamento do prédio nº 7 pela prefeitura
725	1904	declaração de utilidade pública dos prédios nºs 1, 5, 9, 11, 13, 15, 17, 19 e 19-A na rua da Liberdade
831	1905	alargamento dos passeios da rua Liberdade
1207	1909	autorização de venda de terrenos na rua da Liberdade
1218	1909	autorização de venda do prédio nº 20 na rua da Liberdade
1650	1913	permuta de terrenos e prédios da rua Onze de Agosto nºs 14 e 16 com o terreno da rua da Liberdade nº 1

Fonte: Guimarães, 1979.

O período que compreende os registros para a rua da Liberdade para a venda de casas e terrenos vai de 1827 até a década de 1940. Em 1827, aparece Anna Josepha

¹⁸ Informações encontradas no Arquivo Aguirra do Museu Paulista da USP no Índice do Cartório do Terceiro Tabellião – Livro dos Outorgados (1884-1893) e Livro dos Outorgantes (1884-1893), e nas fichas cadastrais por rua, transações de 1827-1940.

Sacramento que vendeu terreno para o padre Manoel H. Bernardes – na ficha dessa transação ainda aparecia a denominação de ‘Caminho do Carro para Santo Amaro’.

O próximo registro a aparecer data de 1874, momento em que se inicia o crescimento da venda de casas e de terrenos e a multiplicação dos proprietários. Entre 1870 e 1890 observa-se uma explosão da venda de casas e terrenos. No ano de 1887, há o registro de uma casa vendida junto com um terreno, com as dimensões de 20,70 metros de frente por 83 metros de frente ao fundo. Abaixo, a planta de um lote na rua da Liberdade para o ano de 1892.

Figura 14: Planta do lote n.º 30 na rua da Liberdade – 1892.

Fonte: 2º Tabelionato, Arquivo Aguirra – Museu Paulista/USP

Prevalecem na rua da Liberdade, de 1884 – 1940, as transações com edificações. Embora também seja grande a venda de terrenos, principalmente no final do século XIX, a venda, hipoteca e arrendamento de casas é maior. Também são observadas vendas de negócios como padarias, açougues e relojoarias, além de doações, permutas e divisões de casas no final do século XIX. Isso indica que havia muitas construções nessa via e um elevado grau de ocupação.

Em relação à propriedade fundiária, dentre os proprietários encontrados merecem destaque: Felício Antonio Mariano Fagundes – proprietário da Chácara

Fagundes, Arthur Mariano Fagundes¹⁹ e Maria Augusta Fagundes com treze vendas; Godofredo José Furtado, com quatro transações; Domingos Luis Costa, com cinco transações; Ambrosio Conceição Oliveira, com quatro vendas; Francisco Antonio Pedroso, com 8 vendas; e, por fim, Francisco Oliveira Campos, com quatro transações. Estes são os proprietários, que dentre um total de mais de 148, aparecem com quatro ou mais propriedades (terrenos ou casas), o que nos permite afirmar que a concentração fundiária é reduzida ao longo dessa via.

Pode-se afirmar que, no final do século XIX, principalmente a partir de 1870, a rua da Liberdade estava em processo avançado de ocupação.

A rua Vergueiro - anteriormente Estrada Vergueiro - compunha juntamente com a avenida Liberdade o antigo Caminho do Carro para Santo Amaro e possuem estreita ligação com o centro da cidade. Como continuação da avenida da Liberdade, a partir da rua Pedroso, segue um trecho paralelo à avenida 23 de Maio, passa nas imediações do bairro da Aclimação, ao sul, e faz a ligação com o bairro do Paraíso até as imediações da Vila Mariana e do Sacomã. Trata-se, portanto, de uma via tradicional e bastante movimentada, que com o crescimento da cidade também passou a cruzar com outras vias importantes, além de possuir em seu trajeto algumas estações de metrô.

Tanto a rua da Liberdade quanto a Estrada Vergueiro apresentaram as chácaras que as compunham sendo vendidas nas décadas de 1880 e 1890. Uma venda importante foi a chácara de Alexandrina Maria Moraes²⁰ para Nestor Nothmann em 1883, localizada no início da rua Vergueiro. Essa foi uma das vendas pioneiras que deu origem aos primeiros traçados do distrito. A parte da propriedade que restou foi passada para os três filhos de Alexandrina em 1886: João Vieira de Moraes, Francisco José Bastos²¹ e Emília Augusta de Moraes Pedroso. Com a venda e a divisão dessa propriedade, no entroncamento dos bairros da Liberdade e Paraíso, o local foi arruado e depois construída a ligação das ruas da Liberdade e Santo Amaro. Também houve a venda da chácara de Custódio da Costa Nascimento, provável herdeiro de Demétrio da Costa Nascimento - proprietário da Chácara do Quebra-Bunda -, para Manoel Corrêa

¹⁹ O nome de Alfredo Antônio Mariano Fagundes apareceu com uma venda de casa no ano de 1885 na rua Barão de Iguape. No mesmo ano, Arthur Mariano Fagundes também realizou uma venda de casa na rua Barão de Iguape. São os herdeiros da Chácara Fagundes.

²⁰ Antes de ser adquirida por Alexandrina Maria de Moraes, essa propriedade pertencera ao Dr. João Sertório. Ver Guimarães 1979.

²¹ O nome de Francisco José Bastos aparece nas transações referentes à rua da Liberdade com uma venda de chácara em 1882. Essa família, pelas indicações alcançadas, deve ter sido detentora de propriedades consideráveis nas imediações do antigo Caminho do Carro.

Dias, em 1887. Entre as transações com chácaras figuraram sobrenomes conhecidos da história paulistana como Nothmann e Klabin.

Nas fichas do Arquivo Aguirra foram encontrados alguns inventários de chácaras e casas. No ano de 1886 constava:

“Chácara de Alexandrina Maria Moraes e inventariantes Jose Vieira Moraes, Maria Alexandrina, Emygdio A. Moraes. A chácara foi avaliada em 50000\$000 contos de réis. Os herdeiros ficaram: um com 25000\$000 contos de réis, outro com 7900\$000 e o último com 17100\$000²².”

Em outras fichas foram encontrados:

“Edital de praça de chácara nº 114 no ano de 1892. Promovente – a requerimento dos interessados na herança de D. Catharina Pizzond²³, e o penhorado Catharina Pizzond. As medidas são 46 x 120 metros e possui uma casa de tijolos edificada e diversas benfeitorias. O valor da transação é de 15000\$000. Diário Oficial de 26/04/1892.”

“Edital de praça de casa nº 96 em 21/07/1892. Promovente João Antonio Moraes e o penhorado da herança de Gertrudes Maria de Moraes. Está avaliada em quatro contos de réis 4000\$000. Diário Oficial de 26/06/1892.”

“Edital de praça de terreno s/n em 21/07/1892. Promovente João Antonio Moraes e o inventariante Gertrudes Maria Moraes. Avaliado em 2000\$000.”

“Edital de praça de casa nº 74 em 06/10/1897. Promovente Manoel Teixeira da Silva e o penhorado Alberto Alves Amorim. A casa foi avaliada em 5400\$000. Diário Oficial de 09/10/1897²⁴.”

No início do século, o poder público apresentou projetos para o seu melhoramento.

Quadro 5: Leis aprovadas para o melhoramento da rua Vergueiro

<i>Leis nº</i>	<i>Ano</i>	<i>Objetivos</i>
468	1900	autoriza o calçamento no trecho compreendido entre as ruas São Joaquim e Pedroso
1464	1911	autoriza o calçamento dessa via
281	1923	aprova plano de abertura de avenida que liga essa via à avenida Jardim Aclimação

Fonte: Guimarães, 1979.

As transações com casas e terrenos na rua Vergueiro começaram na década de 1870, quando figurou o nome de Felício Antonio Mariano Fagundes,²⁵ que vendeu três

²² Ficha da rua Vergueiro.

²³ Em outra ficha aparece Perroud e não Pizzond.

²⁴ Fichas do Arquivo Aguirra referentes à rua Vergueiro.

terrenos. Desde o final da década de 1880 há a venda de casas nessa via, juntamente com as negociações com terrenos.

Os proprietários que apresentam as maiores quantidades de negociações são: Antonio Alvares Leite Penteado, com três vendas e uma divisão de terreno; Carlos e Carolina Ablas, com cinco vendas de terrenos; Custódio Costa Nascimento, com nove vendas de terrenos e uma chácara; Pangeluppe Nicodemo, com seis negociações; Henrique Knippel, que aparece como credor em seis negociações; José Antonio Mariano, que faz dez arrendamentos de casas; Manoel Correa Dias, com quatro vendas de terrenos. Dentre os 202 proprietários que participaram da dinâmica imobiliária nesta via, estes são aqueles que realizaram pelo menos quatro vendas, ou seja, a concentração fundiária era reduzida.

Abaixo, um esquema que contém os terrenos situados na rua Vergueiro e São Joaquim, pertencentes a Joaquim Eugênio de Lima, que nos registros do Aguirra apresentou propriedades nas ruas da Liberdade e Santo Amaro. Repare na regularidade dos terrenos, provalmente loteados um pouco mais tarde, após a ocupação das áreas mais distantes da Sé.

²⁵ Acredita-se um dos primeiros proprietários da chácara Fagundes, antes de seu desmembramento em 1890, quando era propriedade de Mariana de Barros Fagundes. As fichas do Arquivo Aguirra dizem que dois dos terrenos vendidos faziam divisa com a propriedade de Christiano Rolland.

Figura 15: Terrenos na rua Vergueiro pertencentes à Joaquim Eugênio de Lima s/d²⁶
 Fonte: Arquivo Aguirra – Museu Paulista/USP

A principal diferença dessa via em relação à rua da Liberdade foi a maior longevidade nas negociações. Isso se deve provavelmente a uma ocupação mais tardia

²⁶ Embora na figura indique 'Terrenos sitos a R. da Liberdade', o esquema permite notar que a localização correta é na rua Vergueiro e São Joaquim, prolongamento da rua da Liberdade.

da rua Vergueiro, na medida em que era mais afastada da área central. Também foram encontradas vendas de sobrados, permutas e divisões de terrenos em sua extensão.

No quadro a seguir constam valores da cobrança de impostos de alguns terrenos localizados na rua Vergueiro para o ano de 1933, além de fornecer suas medidas²⁷.

Quadro 6: Cobrança de Impostos na rua Vergueiro por terreno - 1933

<i>Nº</i>	<i>Proprietário</i>	<i>Tamanho (m²)</i>	<i>Valor</i>
100	A. Teixeira	150	7500\$000
61	Deolinda C. Ramos Bueno	260	18000\$000
158	João A. P	280	14000\$000
516	João L. Ferreira	228	16000\$000
441	Antonio Cantanella	880	53500\$000
89	Jose A. U.	3640	273000\$000
125	Vicente Casabino	200	15000\$000
538	C. Petit	926	61000\$000
538	Oswaldo Petit	5382	15500\$000
533	Gustavo Weiss	294	12000\$000
426	Umberto P.	336	18500\$000

Fonte: Fichas da rua Vergueiro do Arquivo Aguirra – Museu Paulista/USP

O traçado da rua Conselheiro Furtado no ano de 1930 iniciava-se na rua Conde do Pinhal, e na face leste, no sentido norte – sul, dava entrada para as ruas Conde de Sarzedas, Santa Luzia, Estudantes, São Paulo, Barão de Iguape, Glória, Tamandaré e Tenente Octávio Gomes, com o término na rua Pires da Motta, nas imediações da Aclimação. Na face oeste entrava ainda para as ruas São Joaquim – que se liga à Conselheiro com um trecho pela rua da Glória – e senador Felício dos Santos. Por estar disposta por quase toda a extensão norte-sul do bairro, possuir ligação com o centro e cruzar com outras ruas importantes, a rua Conselheiro Furtado apresenta um grande movimento comercial e de serviços. Também constituiu-se em uma via muito procurada pela população japonesa.

Segundo o trabalho de Guimarães (*op. cit.*), a Chácara Tabatinguera, de propriedade de Francisco de Assis Lorena, quando loteada e arruada, deu origem a esta via. Em ficha da Conselheiro Furtado encontrou-se:

“Avaliação de terreno lote 3 de propriedade do Coronel Francisco de Assis Lorena. O valor é de 46000\$000. Pagamento a herdeira D. Anna Maria de Almeida Lorena Machado o valor de 39600\$000, ao herdeiro Dr. Luiz Rodrigues Ferreira o valor de 1600\$000, a herdeira D. Leonor Alexandrina Lorena Ferreira o valor de 3200\$000 e ao herdeiro Jose

²⁷ Fichas da rua Vergueiro do Arquivo Aguirra.

Rodrigues de Lorena o valor de 1600\$000. Cartório do 1º ofício civil em 1888.”

O quadro traz as leis que trataram da preocupação do poder público em estruturar essa via e os processos pelos quais passou.

Quadro 7: Leis aprovadas para o melhoramento da rua Conselheiro Furtado

<i>Leis nº</i>	<i>Ano</i>	<i>Objetivos</i>
580	1902	determina melhoramentos na via entre as ruas dos Estudantes e Barão de Iguape
648	1903	autoriza o calçamento da rua
685	1903	declara de utilidade pública o terreno entre as ruas da Glória e Tamandaré para ligação da Conselheiro Furtado
994	1907	autoriza o serviço de recalçamento da rua, que volta a ser recalçada em 1914, por força da lei nº 1815, de 23/09/1914, entre as ruas Pires da Motta e Tamandaré
1973	1916	autoriza o assentamento de guias e respectivo calçamento a paralelepípedos entre as ruas Barão de Iguape e da Glória

Fonte: Guimarães, 1979

Na Conselheiro Furtado, tal como acontece com outras vias que fazem a ligação com o centro da cidade, a negociação de construções faz-se presente desde o final do século XIX. A venda de terrenos acontece até o ano de 1894, quando passa a figurar majoritariamente hipotecas, vendas e arrendamentos de casas. Nos anos de 1884 e 1892 foram encontradas duas vendas de sobrado. Doações de casas também fizeram parte dos registros nessa via, geralmente entre familiares.

Alguns proprietários de imóveis destacam-se, como: Nicolau Gomes Pereira,²⁸ com a venda de quatro terrenos; Inácio Mendonça Uchoa, com dez terrenos vendidos; e Possidônio Ignácio Neves²⁹, com a venda de onze terrenos. Essa via possui uma baixa concentração fundiária, pois dentre os 82 proprietários com mais de quatro vendas, destacam-se três, porém, possuíam imóveis em outras vias do bairro.

Como exemplo, um dos terrenos negociados por Inácio Mendonça Uchoa teve o valor de Cr\$2000,00, com as medidas de 7 x 24 metros; em 1917 e 1918, dois terrenos vendidos por Inácio mediam e custavam respectivamente 12 x 80 metros e Cr\$1500,00, e 25 x 97,3 metros e Cr\$5000,00³⁰.

²⁸ Também efetuou vendas nas ruas da Glória, Vergueiro e Barão de Iguape.

²⁹ Também efetuou vendas na rua da Glória.

³⁰ Os valores foram mantidos como encontrados nas fichas do Arquivo Aguirra, inclusive com os símbolos monetários que os acompanhavam.

A rua Conde de Sarzedas, importante reduto dos orientais a partir da primeira década do século XX, foi aberta nas dependências da antiga chácara da Tabatinguera, de propriedade de Francisco de Assis Lorena³¹ no final do oitocentos, que deu origem às ruas Conselheiro Furtado e Santa Luzia.

A Conde é uma ladeira que fica na parte nordeste do bairro e liga a baixada do Glicério com a rua Conselheiro Furtado, na proximidade com a rua Conde do Pinhal, junto à Sé. A parte baixa atraiu os primeiros imigrantes japoneses pelo menor preço do aluguel nos porões das casas. Anos depois das primeiras fixações, algumas pensões e restaurantes japoneses já eram observados (HANDA, 1987). O seu traçado foi alterado quando foram construídas as linhas metroviárias que passam pela Liberdade.

Foi ano a ano de 1887 que os terrenos que compunham a chácara de Anna Maria de Almeida Lorena Machado, localizada na área do que hoje é a rua Conde de Sarzedas, apareceram nos registros do Arquivo Aguirra. O Sr. Joaquim Domingues de Oliveira Belleza vendeu um terreno neste mesmo ano, o qual, segundo informações levantadas, localizava-se nas dependências da referida chácara – é o primeiro registro para essa rua. Ainda foi encontrado um registro que diz que Anna Maria de Almeida Lorena Machado tornou-se proprietária de terras situadas na Conde de Sarzedas entre 1890 e 1892. Em 1894, a rua recebeu as primeiras sarjetas e em 1910 recebeu o calçamento (GUIMARÃES, *op. cit.*: 76).

Quadro 8: Leis aprovadas para o melhoramento da rua Conde de Sarzedas

<i>Leis nº</i>	<i>Ano</i>	<i>Objetivos</i>
1334	1910	autoriza a regularização do leito da rua para seu prolongamento até a rua Glicério
Resolução 111	1918	aprova acordo feito com Possidônio Ignácio das Neves para permuta de área de terreno situada na extremidade da rua dos Estudantes por outro do patrimônio municipal, situado à rua Conde de Sarzedas
1319	1910	autoriza o calçamento da rua

Fonte: Guimarães, 1979.

A Conde de Sarzedas apresenta grande venda de terrenos até 1909, mas, antes disso, hipotecas e vendas de casas também acontecem³². Após esse período, as transações que envolvem construções prevalecem. Mesmo apresentando topografia

³¹ Filho do Conde de Sarzedas, Bernardo José de Lorena, que foi governador da província de São Paulo. Os registros apontam que D. Anna Maria é herdeira de Francisco de Assis Lorena. Ver Guimarães (*op. cit.*)

³² Registros do Arquivo Aguirra referentes aos livros dos Outorgados de 1884-1893, 1893-1903, 1904-1914, e 1913-1925. Também foram pesquisados os registros nas fichas por ruas, no mesmo acervo.

íngreme, a Conde de Sarzedas, devido à sua proximidade com o centro de São Paulo, apresenta ocupação na passagem do século XIX para o século XX.

Na década de 1880 aconteceram divisões de terrenos efetuadas por Francisco Assis Lorena em 1888 - lotes 3 e 5 -, em que o primeiro foi dividido com Leonor Ferreira Machado e outros herdeiros. O terreno

“media 80 metros e contava com casa e dependências; a parte que ficou com Leonor contava com 40 metros de terreno, metade da casa e dependências no valor de 20000\$000; 10000\$000 de pagamento ao herdeiro Luiz Rodrigues Ferreira, com 20 metros de terreno; 10000\$000 de pagamento ao herdeiro Jose Rodrigues de Lorena.”

O segundo lote, que fazia fundos com a rua dos Estudantes, teve sua divisão feita da seguinte maneira:

“pagamento à herdeira Anna Maria de Almeida Lorena Machado, 71 metros do terreno no valor de 21945\$000; pagamento à herdeira Leonor A. de Lorena Ferreira³³, 58 metros do terreno no valor de 17452\$000; pagamento ao herdeiro Luiz Rodrigues Ferreira, 29 metros do terreno por 8726\$250; pagamento ao herdeiro Jose Rodrigues de Lorena Ferreira, 29 metros do terreno no valor de 8726\$250³⁴.”

Nas fichas catalográficas pode-se acompanhar um edital de venda de casa para o ano de 1895, e o trecho de um inventário de casa para o ano de 1897.

“Edital de praça de uma casa à rua Conde de Sarzedas nº 9 em 21/07/1895, registrado no cartório de ofício e publicado no Diário Oficial de 30/07/1895, folha 14233. Espólio da falecida D. Jesuina Branco de Oliveira vai a praça o requerimento do inventariante capitão Antonio do Carmo Branco, a saber: Uma casa sita a rua Conde de Sarzedas nº 9, medindo 7 metros de frente por 27 metros e 60 centímetros de frente ao fundo, com 2 janelas e uma porta de frente, contendo 8 cômodos, inclusive corredor, tendo nos sete cômodos um com janela que dá para o terreno de Possidônio Ignácio com dependência de um tanque cimentado para lavagem de roupas; banheiro e latrina com um quintal e portão para o largo Conde de Sarzedas e escada de tijolos nos fundos, dividindo por um lado com a propriedade do menor Alexandre Salles e pelo fundo com terreno de Possidônio Ignácio e avaliado pela quantia de 25000\$000.”

³³ Há uma ficha do Arquivo Aguirra que traz um inventário de terreno para o ano de 1901 de propriedade de Leonor de Lorena Ferreira medindo 85 metros sobre área de várzea alagadiça.

³⁴ Informações retiradas das fichas por ruas do Arquivo Aguirra em pesquisa realizada no período de Agosto de 2010 a Março de 2011, no Museu Paulista da USP. Ficha da rua Conde de Sarzedas.

“Inventário de casa de Aurélio Joaquim L. Fernandes no valor de 7000\$000 no ano de 1897. Registrado no cartório do terceiro ofício³⁵.”

Em outra ficha da rua Conde de Sarzedas é encontrada a avaliação de uma casa do tipo sobrado na altura do número 17, de propriedade de Antonio Bento de Paiva Azevedo, no ano de 1913, avaliada em 32000\$000 contos de réis, medindo 9,40 x 21,60 de frente ao fundo³⁶. Isso mostra que a Conde de Sarzedas estava se desenvolvendo, inclusive com casas do tipo sobrado.

Pode-se dizer que a concentração fundiária na rua Conde de Sarzedas é baixa. Destacam-se Possidônio Ignácio Neves, com três negociações; Terzo Franciscone, com três transações com casas; Francisco de Assis Lorena e Anna Maria Almeida Lorena Machado, com quatro transações com terrenos, dentre 25 proprietários de imóveis nessa via.

Por volta de 1850 havia uma barranqueira próxima à Praça João Mendes que continuava pela chamada “Baixada da Glória”, junto ao entroncamento da Galvão Bueno. Mais à frente no tempo, em 1870, nessa área seria demarcado o Sítio do Tapanhoim, entre os córregos do Lavapés e do Cambuci. A partir dessa localização, mais tarde partiriam ruas como Glicério, Bueno de Andrade, Pires da Motta, São Joaquim, Tamandaré e Galvão Bueno. Esse processo culminou com o desmembramento da chácara de Mariana de Barros Fagundes por volta de 1890 - seguido de outros - com a abertura da rua Galvão Bueno³⁷ (GUIMARÃES, *op. cit.*). Essa rua irá caracterizar-se por receber os orientais com a expansão do bairro da Liberdade, após a Segunda Guerra Mundial³⁸.

A rua Galvão Bueno é reconhecida pela concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços. Inicia-se na Praça da Liberdade e está disposta no sentido norte-sul, seguindo paralelamente a rua da Glória até a altura da rua Barão de Iguape. No seu trajeto, além de partir da Praça da Liberdade junto à avenida, cruza com as ruas dos Estudantes ao norte, São Paulo, Barão de Iguape, Fagundes e São Joaquim, quando finalmente desemboca na rua Tamandaré, mais ao sul. Abriga um shopping popular, o

³⁵ Fichas da rua Conde de Sarzedas do Arquivo Aguirra.

³⁶ O conteúdo constante nas fichas e nos livros, ambos pertencentes ao Arquivo Aguirra, trazem informações que complementam-se, pois a movimentação imobiliária foi um pouco mais além do que os registros encontrados somente nos livros.

³⁷ Foi encontrada uma ficha do Arquivo Aguirra que registrava que as plantas de 1881 e 1884 traziam a rua Galvão Bueno com o nome de Estudantes; registrava ainda o prolongamento da Galvão Bueno entre as ruas Barão de Iguape e São Joaquim.

³⁸ Algumas obras apontam a construção do Cine Niterói em 1953 como o marco da concentração dos orientais nessa área. Ver Negawa (2000); Handa (1987); Kishimoto (2009).

Sogo Plaza Shopping; no seu percurso é possível observar restaurantes, lojas, bares e todo tipo de empreendimento oriental.

A Galvão apresenta grande venda de terrenos na década de 1880. Posteriormente, são as transações com construções que se evidenciam. Acontecem hipotecas, arrendamentos e vendas de casas. Entre as demais transações figuraram vendas de açougues e prédios assobradados.

O aparecimento de arrendamentos de casas do tipo sobrado e a venda de negócios como açougues mostram que a Galvão Bueno apresentava atividades estruturadas e ocupação avançada nesse contexto. Esta rua, somada às vias Conde de Sarzedas, Conselheiro Furtado, Estudantes, da Glória e Liberdade, está localizada muito próxima da Sé.

Dentre os 59 proprietários nessa via, destacam-se com mais de quatro vendas: o Bispo Diocesano, com quatro terrenos vendidos; João Baptista Lucats, com cinco negociações com casas; e Francisco Peixoto Gomide, com quatro transações envolvendo construções, o que revela um quadro de baixa concentração fundiária.

Alguns editais ajudam a ilustrar o período, as transações e as construções presentes:

“Edital de praça de casa à rua Galvão Bueno nº 76, em 25/07/1895, registrado no Cartório de Ofício Luiz Augusto Ferreira. O Promovente Eduardo Prestes e herdeiros do Marquez e da Marqueza de Três Rios. O Penhorado: viúva e herdeiros do finado Dr. Felício Ribeiro dos Santos Camargo. Uma casa com um portão de ferro e duas janelas de frente, onde mede 6 metros e 65, dividindo lado direito com a casa nº 78, também penhorada, do lado esquerdo com propriedade do Dr. João Escobar e pelos fundos com propriedade de Antonio Streib, tendo a casa 5 cômodos avaliada em 10000\$000. Diário oficial de 06/07/1895.”

“Galvão Bueno: edital de praça das casas de nº 95 e 97 no ano de 1932. Promovente – Dr. Antonio de Sá e penhorado Antonio Domingos Salviano. Medidas de 5 x 40 metros o nº 97 com o valor de 18000\$000 e de 4 x 40 metros o nº 95 com o valor de 17000\$000. Cartório do 2º ofício.”

“Edital de praça de sobrado nº 155 no ano de 1902. Promovente – João Augusto de Mendonça e o penhorado Francisco Vieira da Silva. Cartório do 4º tabelião³⁹.”

A rua da Glória, que está traçada em partes do que foi o Caminho do Mar, estende-se no sentido norte-sul; tem início na avenida da Liberdade, tangencia o Largo

³⁹ Fichas do Arquivo Aguirra para a rua Galvão Bueno.

Sete de Setembro e segue para o sul até cruzar com a rua Barão de Iguape, quando então faz um arco para leste, direção que guarda o seu trecho final ao encontrar com a rua do Lavapés.

Essa rua concentra as vendas de terrenos até a década de 1890, quando as vendas, hipotecas e arrendamentos de casas passam a prevalecer. Também são observadas transações com sobrados, mostrando que no final do século XIX e início do XX a rua estava com muitos prédios construídos.

Os proprietários que se destacam nas transações são: Antonio Bento Souza e Castro, com quatro negociações; Antonio Pereira Mello, com três doações e uma venda de casas; Bispado Diocesano, com quatro vendas de terrenos; Francisco Antonio Shittini, com quatro negociações entre casas e sobrados; Francisco Tobias Oliveira, com seis transações com casas; Manoel Joaquim Oliveira, com quatro vendas de terrenos; Nicolau Gomes Pereira, com quinze terrenos vendidos; e Paulo Bourruol, com quatro negociações com casas. Entre os mais de 103 proprietários de imóveis na rua da Glória, estes se destacam com mais de quatro transações, o que permite afirmar que há uma baixa concentração fundiária.

Para ter um panorama sobre os processos pelos quais passou o bairro deve-se analisar outras vias que apresentaram algum destaque nas transações imobiliárias. A saber as ruas dos Estudantes, Tabatinguera e São Paulo. A venda de chácaras nessas vias, igualmente às outras, ocorreu no final do século XIX.

Na década de 1870 aconteceram algumas vendas de terrenos na rua dos Estudantes. Nos dez anos seguintes a venda de terrenos continua, mas já são observadas as transações com construções. Abaixo, alguns editais de vendas:

“Edital de praça de casa na Rua dos Estudantes, situada em frente ao Largo da Liberdade, em 25 junho de 1876. Promovente Alexandre Monteiro Silva Roland. Avaliada em 3500\$000.”

“Edital de praça de casa na rua dos Estudantes em 16 de setembro de 1876, registrado no Cartório do 2º ofício. Inventário do espólio de Alexandre Monteiro Rolland.”

“Edital de praça de casa na Rua dos Estudantes em 21 de janeiro de 1884, registrado no Cartório do 2º ofício. Inventário do espólio de Domingos Caetano Ferreira⁴⁰.”

⁴⁰ Fichas do Arquivo Aguirra para a rua dos Estudantes.

O período de 1900 a 1910 apresentou as ruas São Paulo e Tabatinguera com a venda de casas em alta. Enfatizam-se as operações como a venda de chalets e sobrados, a prática de sublocações e divisões de casas. Essas transações mostram que essas vias, no final do século XIX e início do século XX, estavam em processo de ocupação e com uma movimentação reveladora de dinamismo e heterogeneidades.

Também houve divisões de casas e de terrenos em outras vias (Glicério, Bonita, Apeninos e Pedroso), assim como vendas de sobrados, permutas e doações, que aconteceram no final do século XIX e na primeira década do século XX.

Observando os registros para todas as vias pesquisadas, são revelados alguns proprietários que concentraram terras no bairro em diferentes vias: Antônio Gonçalves Silva Batuíra, com mais de trinta registros dentre a venda, arrendamento e hipoteca de casas, terrenos e sobrados; Nicolau Gomes Pereira, com vinte e cinco vendas; Possidônio Ignácio Neves, com vinte e quatro vendas de terrenos e casas; Antonio Bento Souza e Castro, com quinze transações envolvendo casas; Casemiro Souza Guimarães, com dezoito terrenos vendidos; Manoel Correa Dias, com dezenove terrenos; Custódio Costa Nascimento, com aproximadamente doze terrenos negociados; Francisco Antonio Pedroso, com onze negociações entre casas e terrenos; Bispado Diocesano, com doze vendas de terrenos; Ferraz Soares e Cia, com nove terrenos vendidos; João Augusto Garcia, com sete terrenos vendidos; Luiz Rodrigues Ferreira, com nove terrenos vendidos; Aldo Ghio, com a negociação de casas; e o Banco União de São Paulo, com quatro vendas. São pelo menos nove nomes que se destacam como proprietários de imóveis em um quadro de mais de 1.200 proprietários efetuando vendas, hipotecas, arrendamentos e divisões de imóveis. Pode-se concluir que o bairro da Liberdade não apresenta concentração fundiária alta.

Em pesquisa no Arquivo Público do Estado de São Paulo, consultando alguns números do jornal 'O Estado de São Paulo' para os anos após o período que o Arquivo Aguirra abrange, nota-se que as transações imobiliárias continuaram a acontecer. É interessante, ao realizar a análise, ver a oferta de construções como palacetes, prédios e casas, ou ainda terrenos para arranha-céus, armazéns ou pontos comerciais, em que se chama a atenção para as características presentes, ou seja, uma área bem estruturada, com elementos de verticalização e densificação, próprias de um centro urbano. Abaixo estão reproduzidos alguns anúncios imobiliários, sobretudo da década de 1940, em que é possível perceber a ênfase dada para a proximidade com o centro e seus atrativos; a rua Vergueiro também é apontada como próxima do centro.

“Rua da Liberdade – prédio central – vendo no começo, perto do largo, optima residência em terreno de 11,45 pelo preço barato de 110 contos, facilita-se parte. Optimo ponto comercial. Não se atende pelo telefone. Inf. A rua São Bento nº 36, 2º sala 12 com C. Freitas.” (O Estado de São Paulo de 1 de Setembro de 1935 p. 24)

“Casas novas na Liberdade. A rua Fagundes nº 36 a 78, a dois minutos do centro, alugam-se lindas casas de 3 dormitórios, porão habitável, acabamento moderno e esmerado, algumas com garagem. Preço 500\$000. Chaves no lugar.” (O Estado de São Paulo de 20 de Outubro de 1935)

“Palacete na Liberdade. Vende-se todo conforto com 4 dormitórios, 3 salas, garagem e mais dependências em ótimo ponto da Rua Vergueiro muito próximo ao centro. Preço razoável. Tratar no escritório Imobiliário Mattosinho & Cia Ltda. A rua São Bento 181.” (O Estado de São Paulo de 3 de Maio de 1942 p. 16)

“Rua da Glória – esquina com Rua Barão de Iguape nº 314 – Casas antigas, ponto superior para arranha-céus, armazém, bloco para renda – terreno 11,40 X 33 – 165:000\$ - Praça da Sé 54.” (O Estado de São Paulo de 3 de Maio de 1942 p. 16)

“Rua Pirapitingui a 100 metros da Rua Vergueiro, ponto hoje central. Grande prédio, porém antigo – 20 metros de frente por 66 de fundos sendo que depois de 31 metros de fundo estreita. Temos planta – podendo servir para arranha-céu, laboratório, armazém, etc. 145:000\$ mínimo.” (O Estado de São Paulo de 3 de Maio de 1942 p. 16)

“Rua Galvão Bueno junto ao número 733, com 5 faces, 28,50 metros de frente mais ou menos e com área total de 3.202 m.q por 164:606\$500.” (O Estado de São Paulo de 14 de Junho de 1942 p. 14)

De modo geral, as ruas próximas ao centro de São Paulo, contíguas à Sé, apresentaram venda de terrenos, e consecutivamente de casas concentradas no final do século XIX e início do século XX. Nas áreas mais distantes, sobretudo para o sul do bairro, as negociações demoraram um pouco mais para se diversificar. Foram identificados os proprietários atuantes nesse contexto, o que deixa claro o protagonismo dos imigrantes europeus. Sobressaem-se italianos, portugueses e espanhóis, mas em meio a tantos registros também são encontrados imigrantes de outras regiões, como por exemplo os de origem árabe e inglesa.

Com a exposição sobre a estruturação do distrito da Liberdade, a constituição das suas vias e as transações imobiliárias envolvidas, buscou-se tornar claro o seu desenvolvimento desde o início, de modo a preparar o leitor para compreender a fixação dos estrangeiros em seu território, como por exemplo a inserção na economia com suas

atividades. Viu-se que no final do oitocentos e início do novecentos, os imigrantes que prevaleciam no bairro eram de origem europeia. Os japoneses começariam a se instalar por volta de 1908, em uma Liberdade já estruturada e urbanizada, e por isso serão analisados em capítulo específico.

Capítulo II – Os japoneses na Liberdade

A imigração japonesa: uma complexa teia de interesses

Os bairros centrais de São Paulo têm entre suas características a função residencial atrelada às funções de comércio, indústria e serviços. São distritos localizados nas imediações da Sé que são parte da dinâmica de expansão do centro que se estrutura na capital a partir do século XIX. Alguns bairros centrais se destacam em ramos específicos como Bom Retiro, Brás e Pari no setor de confecções. A Liberdade, como será visto no capítulo III, reúne uma variada gama de comércio, serviços e atividades produtivas. Este capítulo aborda o grupo dos japoneses que se instalou na Liberdade e mostra as instituições e ações tomadas para promover a fixação no bairro, dando suporte para que pudessem se envolver em diferentes atividades econômicas.

Muitos são os trabalhos que tratam da imigração para o Brasil e para o Estado de São Paulo no contexto da abolição da escravidão. Dentre estes destacam-se os que enfocam os imigrantes japoneses que se instalaram na capital, como Hall (2004), que aborda a chegada dos distintos grupos de estrangeiros na cidade de São Paulo, os locais de fixação e as atividades iniciadas. Em relação aos japoneses, cita o envolvimento com a fabricação e venda de móveis, a abertura de escolas, pensões, bares e restaurantes no bairro da Liberdade, o que os proporcionou uma relativa ascensão; Lesser (2008), que trata da formação da identidade dos japoneses no Brasil e a sua relação com a cidadania buscada, e enfatiza a integração na sociedade brasileira após a Segunda Guerra; já o trabalho de Handa (1987) faz uma narrativa da história do imigrante japonês no Brasil e em São Paulo. Apresenta detalhes da vida nas fazendas de café, no interior do Estado, o deslocamento para a cidade de São Paulo e o estabelecimento no bairro da Liberdade na rua Conde de Sarzedas, incluindo elementos autobiográficos. O autor aborda diferentes períodos, como a década de 1910, com os primeiros japoneses na capital, o período da Segunda Guerra, as dificuldades dos imigrantes e o pós-guerra.

Há também os trabalhos de Negawa (2000), que trata da formação do bairro oriental da Liberdade, em que abarca a fixação dos primeiros japoneses, no início do século XX, e a ocupação posterior de chineses e coreanos nas décadas de 1960 e 1970 até o bairro ser oficialmente caracterizado como reduto dos orientais; a coletânea organizada por Hashimoto (2008), que reúne artigos sobre os cem anos de imigração japonesa para o Brasil, resgata o início das relações entre Brasil e Japão, discute a identidade e a sociabilidade do imigrante e sua inserção na sociedade paulistana, e a

imigração japonesa após a Segunda Guerra; a coletânea organizada por Carneiro e Takeuchi (2010), que apresenta textos sobre a trajetória, o imaginário e a memória dos imigrantes japoneses.

Dentre os trabalhos que se voltam para a imigração japonesa estão os de Sakurai (1998;2000), que discutem o sentido da imigração japonesa e faz uma relação entre as condições sócio-históricas do país de origem e as estratégias de fixação no país de destino, apontando os interesses de Brasil e Japão que estavam em jogo nesse movimento.

Esses trabalhos ajudam a compreender os processos nos quais os japoneses estiveram inseridos, desde os motivos para imigrarem para o Brasil, a passagem pelas fazendas de café no interior do Estado de São Paulo e em outros Estados, as dificuldades encontradas com os tratamentos recebidos no campo, o deslocamento para as cidades do interior e para a cidade de São Paulo, a fixação no bairro da Liberdade e a estruturação da colônia japonesa.

No capítulo, para se referir à população japonesa, serão utilizados como sinônimos os termos ‘nipônico’ e ‘nikkei’, encontrados nos trabalhos referidos acima.

O crescimento de São Paulo ganhou vulto quando o café passou a ser exportado por Santos a partir de 1868. Com o fim da escravidão, o governo necessitava suprir a mão-de-obra, e, para isso, buscou atrair imigrantes. Um número cada vez maior de estrangeiros passou a se estabelecer em São Paulo. Graças ao fluxo de imigrantes, em 1888, foi construída a Hospedaria dos Imigrantes no Brás, para atender aqueles que chegavam.

Do total de 4,8 milhões de imigrantes que entraram no país entre 1820 e 1949, 2,5 milhões se fixaram no Estado de São Paulo. No ano de 1893, os estrangeiros constituíam a maioria da população da capital, cerca de 54,6%. Em 1920 - da população maior de 15 anos -, cerca de 50,2% eram estrangeiros; e em 1934, 67% dos paulistanos eram estrangeiros ou filhos de estrangeiros (HALL, 2004:121). Essa expressiva presença deixa marcas na economia, na configuração da população e nos costumes da capital. O quadro mostra o total e a porcentagem de estrangeiros no Estado e na cidade de São Paulo, o que ajuda a dimensionar a importância dessa presença entre 1920 e 1980.

Quadro 9: População total e estrangeira no Estado e município de São Paulo entre 1920-1980

	Estado de SP			Cidade de São Paulo		
	Total	Estrangeiros	%	Total	Estrangeiros	%
1920	4.592.188	829.851	18	579.033	205.245	35
1940	7.180.316	761.991	11	1.326.261	285.469	22
1950	9.134.423	627.433	7	2.198.096	300.043	14
1960	12.823.806	717.570	6	3.781.446	~~	~~
1970	17.619.784	629.079	4	5.924.615	381.697	6
1980	25.053.601	523.444	2	7.114.258	310.034	4

Fonte: Censos IBGE 1920, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980

Muitos grupos de imigrantes foram para as lavouras no interior do Estado antes de se estabelecerem na cidade, é o caso, por exemplo, dos japoneses e italianos. Em São Paulo, esses grupos se concentraram principalmente nos bairros centrais, que apresentavam mais oportunidades de emprego e melhor localização: os italianos e espanhóis se distribuíam nos bairros do Brás, Bom Retiro, Mooca, Belenzinho e Bela Vista; os portugueses ao longo da Rua Florêncio de Abreu, na Luz; os sírio-libaneses ao longo da Rua 25 de Março e vizinhanças; os judeus no Bom Retiro e Mooca; os armênios na Luz; os húngaros no Brás e Mooca; e os japoneses na Liberdade. “Imigrantes pobres ocuparam o Brás, a Mooca, ampliaram esses bairros e mudaram sua fisionomia, como éarquiconhecido” (FAUSTO, 1997:66).

O trabalho de Araújo (1940:235) reproduz alguns dados populacionais de 1934 da presença dos imigrantes nos distritos de Santa Ifigênia, Sé, Liberdade e Bom Retiro, que se destacam por concentrar a população de imigrantes. Na Liberdade, o percentual de brasileiros é alto – 77,7%, enquanto que na Sé não chega a 63%. Nas escolas municipais, dos 70.000 alunos matriculados, cerca de 55% eram filhos de pais estrangeiros e 45% de pais brasileiros (ARAÚJO, *op. cit.*:229-230).

Quadro 10: Brasileiros e Estrangeiros em Sta. Ifigênia, Sé, Liberdade e Bom Retiro - 1934.

Nacionalidades	Distritos			
	<i>Liberdade</i>	<i>Sé</i>	<i>Bom Retiro</i>	<i>Sta. Ifigênia</i>
<i>Italianos</i>	8,87%	7,24%	11,49%	8,26%
<i>Portugueses</i>	4,62%	5,42%	2,54%	6,42%
<i>Espanhóis</i>	1,33%	1,30%	1,44%	1,51%
<i>Japoneses</i>	2,10%	1,61%	0,07%	0,13%
<i>Alemães</i>	1,18%	1,67%	0,38%	2,43%
<i>Austríacos</i>	0,31%	0,33%	0,28%	0,70%
<i>Húngaros</i>	0,18%	0,34%	0,19%	0,78%
<i>Russos</i>	0,23%	0,29%	2,30%	0,76%
<i>Sírios</i>	0,98%	11,57%	0,21%	2,68%
<i>Outros grupos estrangeiros</i>	2,28%	7,69%	16,58%	6,66%
<i>Não declarados</i>	0,18%	0,05%	0,09%	0,09%
Total de Estrangeiros	22,07%	37,47%	35,48%	30,33%
Total de brasileiros	77,75%	62,48%	64,43%	69,58%

Fonte: Subdivisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais – Recenseamento de 1934 *apud* Araújo, 1940:235.

Os 2,1% da população da Liberdade constituídos por japoneses, no período retratado por Araújo, eram responsáveis por hotéis, pensões, tinturarias, confeitarias, marcenarias, sapatarias, livrarias, farmácias e casas bancárias; estavam concentrados no perímetro das ruas Conde de Sarzedas, Conde do Pinhal, Irmã Simpliciana, Estudantes e Glória (ARAÚJO, *op. cit.*:237)

A imigração dos italianos inicia-se no final do século XIX – 1880, quando os fazendeiros introduziram o processo para substituir a mão-de-obra escrava. Até o ano de 1939, um total de 944 mil italianos entrou no Estado de São Paulo. A presença desses imigrantes fez-se sentir na economia com a criação de inúmeras instituições. Em 1915, sete das quarenta e uma fábricas de tecido de algodão no Estado de São Paulo pertenciam a italianos; entre 1878 e 1974, foram identificadas cerca de 44 sociedades italianas de socorro em São Paulo; até 1940, cerca de 295 periódicos em língua italiana haviam sido publicados (HALL, *op. cit.*:129-131).

O grupo dos portugueses ultrapassou a população de italianos na capital em 1920. Esse grupo entrou no Brasil em maior número entre os anos de 1910 – 1914, os que se estabeleceram em São Paulo se empregaram como pedreiros, pintores, carpinteiros e motoristas, ou abriram pequenos negócios como botequins, armazéns, açougues, adegas e quitandas - serviços com grande demanda. Em 1935, havia 406 fábricas no Estado de São Paulo de propriedade dos portugueses (HALL, *op. cit.*:133).

Os espanhóis vieram para trabalhar nas lavouras e, após sofrerem maus tratos, abandonaram o campo. Na cidade de São Paulo são 4.818 espanhóis em 1893, 24.902 em 1920, 34.517 em 1934, e 35.136 em 1940. Há o registro de cerca de 27 jornais veiculados em língua espanhola e de duas instituições importantes como a Federação Espanhola e a Associação Hispano-Americana para auxiliar os imigrantes. Os espanhóis tiveram grande importância no movimento operário e se estabeleceram principalmente nos bairros do Brás, Belenzinho, Mooca, Cambuci e Bom Retiro (HALL, *op.cit.*:135-136).

Outro grupo de destaque na cidade é o dos judeus. Estes representavam 23 mil em 1950 e estavam concentrados no bairro do Bom Retiro, que passou a reunir coreanos e bolivianos após 1960. Esses imigrantes formaram todos os elementos da cadeia de produção e comércio de confecções, que faz parte da economia do bairro (FELDMAN, 2008).

Na região do Mercado Municipal e na rua São Caetano na Luz, destacam-se os armênios – que prestavam ajuda mútua entre os membros da comunidade de emigrados por meio de empréstimos e adiantamentos (HALL, *op. cit.*). Essas práticas de ajuda entre os membros da colônia também estarão presentes entre o grupo dos nikkeis.

Os sírio-libaneses localizavam-se nas ruas 25 de Março, Cantareira e avenida do Estado. Próximo a este local eram encontradas igrejas ortodoxas, hotéis e restaurantes típicos, escola primária, atacado de fazendas e bijuterias e muitas habitações coletivas. Muito do material comercializado no bairro estava direcionado a essa população. Até mesmo nas rádios locais escutava-se música árabe (ARAÚJO, *op. cit.*:237).

O grupo dos coreanos pode ser encontrado nos bairros da Liberdade e Bom Retiro após a década de 1960. Estima-se que existam mais de mil fábricas de confecções coreanas no bairro do Bom Retiro e outras oitocentas no bairro do Brás na cidade de São Paulo (SHOJI, *op.cit.*:77).

Por fim, o grupo dos chineses habitava São Paulo antes da Segunda Guerra, mas foi na década de 1950 que houve maior afluxo para a capital. Em 1987 o número de chineses e descendentes no Brasil era estimado em 100.000, cerca de 50% destes vivendo no Estado de São Paulo (SHOJI, *op.cit.*:76-77). Atualmente, a Associação Cultural Chinesa do Brasil, o Consulado Chinês e o Centro Social Chinês calculam entre 150-190 mil chineses vivendo no país, sendo que 80-90% deles estão na capital paulista, dividindo o espaço da Liberdade com os japoneses e coreanos (NEGAWA, *op.cit.*:76).

Quadro 11: Grupos de estrangeiros no Estado e município de São Paulo⁴¹

	<i>espanhóis</i>		<i>italianos</i>		<i>portugueses</i>		<i>japoneses</i>		<i>chineses</i>		<i>coreanos</i>	
	<i>estado</i>	<i>município</i>	<i>estado</i>	<i>município</i>	<i>estado</i>	<i>município</i>	<i>estado</i>	<i>município</i>	<i>estado</i>	<i>município</i>	<i>estado</i>	<i>município</i>
1872		36		148		911	~~	~~	~~	~~	~~	~~
1920	171.289	24.902	398.797	91.544	167.198	64.687	24.435	966	~~	~~	~~	~~
1940	121.162	35.156	213.091	73.949	155.251	78.949	128.957	8.923	256	~~	~~	~~
1950	90.368	~~	145.307	~~	139.438	~~	105.311	~~	412	~~	~~	~~
1960	105.423	~~	136.332	~~	205.860	~~	111.094	~~	3.064	~~	~~	~~
1970	84.429	46.563	93.081	56.698	202.330	136.497	109.530	45.731	5.395	~~	2.144	~~
1980	57.369	30.144	60.280	37.799	174.089	109.035	89.361	40.520	4.459	~~	5.879	~~

Fonte: Censos do IBGE 1872, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980

Os imigrantes distribuíram-se por diversas áreas da cidade, sobretudo nos bairros centrais. Iniciaram pequenos negócios, como fábricas e prestação de serviços, e intensificaram o comércio.

Os japoneses na Liberdade, como será demonstrado no capítulo III referente às atividades econômicas desenvolvidas no bairro, contribuíram para a manutenção de um comércio vigoroso e diversificado, aproveitando-se da proximidade com o centro. Pouco tempo depois de estabelecidos, os nikkeis iniciaram pequenos negócios, associações de crédito, escolas, clubes e igrejas. Ainda que de forma menos propagada, também se estabeleceram em outros pontos de São Paulo.

A imigração japonesa foi um movimento articulado, com interesses do Brasil e do Japão, para atender alguns propósitos. As relações oficiais entre Brasil e Japão tiveram início em 1895, quando foi firmado o ‘Tratado de Amizade, Comércio e Navegação’ e a imigração iniciou-se por volta de 1908. De um lado, o governo brasileiro enfrentava problemas para trazer os imigrantes europeus e, de outro, o governo japonês necessitava aliviar as pressões demográficas e econômicas por que passava o país. Sakurai (1998) denomina o movimento dos japoneses para o Brasil de “imigração tutelada”, um processo, segundo a autora, acompanhado de perto pelos governos dos dois países para que atingisse o sucesso. Segundo Tsukamoto (1973:18), o movimento imigratório de japoneses serviu para atender aos interesses do desenvolvimento do novo continente e para satisfazer à demanda da mão-de-obra barata que necessitava.

O início da vinda dos japoneses para o Brasil se insere no contexto de adoção pelo Japão de uma política de envio de trabalhadores para outros países e colonização de terras para se colocar em nível de competitividade internacional. As discussões para

⁴¹ Para o ano de 1872, o censo existente é o organizado pela igreja, que coletava informações de cada paróquia. As paróquias representadas nos números são: Sé, N. S. da Conceição de Sta. Ifigênia, N. S. da Consolação e S. João Baptista e Sr. Bom Jesus de Mattosinhos do Braz. Havia um grupo denominado de ‘orientais’, separado dos japoneses, que registrou 5 integrantes na Paróquia da Sé.

trazer trabalhadores de origem asiática já ocorriam no Brasil desde o século XIX. Isso só não aconteceu neste período pois havia o temor por conflitos raciais (SAKURAI, 1998).

Em 1903, o Brasil tinha os consulados de Kobe e Yokoama, destinados sobretudo à promoção da imigração, e no mesmo ano, o Japão possuía três diplomatas no Brasil (BUENO, 2008:147). Como consequência do estreitamento entre os países, em 1929 o Japão cria o Ministério da Colonização, que centralizava todas as questões relativas a emigração.

A origem geográfica dos imigrantes nikkeis também ajuda a elucidar o movimento efetuado. Com vistas a suprir a mão-de-obra no campo, o Brasil busca imigrantes de províncias agrícolas no Japão.

Assim como os italianos, que vieram para o Brasil provenientes do sul e da região do Vêneto, áreas de dificuldades sócio-econômicas na Itália, os japoneses são provenientes principalmente de áreas agrícolas mais atrasadas. As províncias de onde saíram a maioria dos imigrantes japoneses são: Kumamoto, Kagoshima e Fukuoka na região de Kyushu, e Okayama e Yamaguchi na região de Chugoku, lugares com baixa urbanização (SAKURAI, 2000; 2008). A figura abaixo permite a localização de algumas das províncias.

Figura 16: As regiões e províncias do Japão moderno

Fonte: Baseado em Beasley, 1995 *apud* Sakurai, 2000:130.

Entre 1908 – 1923 entraram no Brasil cerca de 31.414 japoneses (média de 2.152 imigrantes/ano); entre 1924 – 1941 entraram cerca de 137.572 (até 1934, a média foi de 12.011 imigrantes/ano, posteriormente foi de 3.462 imigrantes/ano). Entre 1952 – 1963 desembarcaram cerca de 45.650 japoneses, totalizando 234.636 japoneses no Brasil (SUZUKI, 1969 *apud* SAKURAI, 2000:52). Esses números mostram que foi entre 1924-1934 que se efetuaram as maiores entradas.

Os nikkeis concentraram-se majoritariamente em terras paulistas. Em 1920, totalizavam cerca de 24.435 japoneses no Estado de São Paulo, o que corresponde a 80% do total dos japoneses que entraram no Brasil entre 1908 - 1923. Esse fato parece ser o resultado da política de incentivos do governo paulista⁴², que até 1924 subsidiava a entrada dos japoneses com o interesse na mão-de-obra direcionada para as lavouras.

⁴² O trabalho de Bueno (2008) aponta que entre 1908 - 1914 chegaram ao Estado de São Paulo 14.886 japoneses e entre 1917 - 1920 mais 13.595.

Na capital, nesse mesmo período, a população de japoneses ainda era baixa, pois a maioria permanecia nas fazendas de café no interior.

Entre 1924 – 1941 haviam se fixado 128.957⁴³ nikkeis no Estado de São Paulo – quase 94% dos emigrados. Na capital a concentração aumenta, visto que de menos de 1.000 japoneses em 1920, passa a quase 9.000 duas décadas depois. A partir de 1940, os números no Estado de São Paulo declinaram, sobretudo pelos acontecimentos da Segunda Guerra, quando o governo brasileiro impôs muitas restrições e perseguições aos estrangeiros, inclusive aos japoneses⁴⁴.

O quadro mostra que o número de nikkeis na capital entre 1940 e 1970 aumentou, somente declinando a partir de 1980, quando teve início o movimento *dekassegui* – ida de descendentes japoneses para o Japão em busca de empregos.

Quadro 12: Japoneses no Estado e no Município de São Paulo entre 1920 - 1980⁴⁵

<i>Ano</i>	<i>Estado</i>	<i>Município</i>
1920	24.435	966
1940	128.957	8.923
1950	105.311	-
1960	111.094	-
1970	109.530	45.731
1980	89.361	40.520

Fonte: Censos IBGE 1920, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

Até 1922, segundo Suzuki (1973), as áreas que mais concentravam japoneses no Estado de São Paulo correspondiam às zonas das fazendas de café. A partir de 1948, a cidade de São Paulo e suas cercanias tomam a dianteira da concentração. Esse aumento é o resultado do deslocamento dos nikkeis das fazendas para o meio urbano, em especial para a cidade de São Paulo, em que concentraram-se na Liberdade.

⁴³ É preciso lembrar que quando o Estado paulista cessou os subsídios para a imigração, o governo japonês se viu obrigado a continuar com os incentivos para cumprir seus propósitos de criação de colônias. Ver Sakurai, 2000.

⁴⁴ Em 1941, as relações diplomáticas entre Brasil e Japão foram rompidas. Ver Sakurai, 1998.

⁴⁵ Em nota, Handa afirma que a população de japoneses domiciliados na capital paulista era de pouco mais do que 70.000 pessoas nos anos 1950. Pelos dados apresentados pelo IBGE, talvez este número esteja superestimado. Ver Handa, 1987:762;765.

Quadro 13: Regiões de concentração de imigrantes japoneses entre 1908 e 1958

Região de concentração	Períodos – % do total de japoneses que vivem no Brasil em cada região					
	<u>1908</u>	<u>1922</u>	<u>1923</u>	<u>1947</u>	<u>1948</u>	<u>1958</u>
<i>São Paulo e cercanias</i>	25%	12%	--	--	23%	29%
<i>Região Noroeste</i>	--	21%	35%	22%	--	--
<i>Zona Velha do Café</i>	51%	29%	20%	16%	--	--
<i>Região da Alta Paulista</i>	--	--	15%	19%	--	17%
<i>Norte do Paraná</i>	--	--	--	--	--	18%

Fonte: Suzuki, 1973:229.

A vinda das famílias japonesas para o Brasil era organizada, inicialmente, por diferentes companhias de emigração nipônicas. No ano de 1917 foram fundidas e formaram a Companhia Ultramarina de Empreendimentos, a Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK), empresa estatal controlada diretamente pelo governo japonês (MAEJIMA, 2005:50). Duas outras companhias importantes foram criadas em 1927 e 1928, a Federação das Associações de Província Japonesas – KIRK, e a BRATAC – Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda, criada com capital japonês.⁴⁶

No pós-guerra, com a reconstrução do Japão, surgiram a Nippon Kaigai Ijuu Rengokai e a Nihon Kaigai Iju Shinko Kabushiki Kaisha, novas entidades que coordenavam a imigração. Porém o processo torna-se diferente. Era realizada uma seleção das pessoas interessadas em imigrar em que pesava a qualificação, a origem e a competência para abrirem seus próprios negócios no exterior. Foi nesse contexto, após a guerra, que foram ampliadas e diversificadas as diversas atividades econômicas dos japoneses no bairro da Liberdade. As empresas japonesas que se estabeleceram no Brasil nesse momento são frutos desta atuação (SAKURAI, 2000).

⁴⁶ Outras companhias de colonização atuaram no período, porém, as mais citadas e destacadas foram a KKKK, a KIRK e a BRATAC. Ver Sakurai, 1998.

Figura 17: Anúncio da KKKK
Fonte: Jornal Notícias de São Paulo 01/01/1935

Figura 18: Anúncio da KKKK no interior
Fonte: Jornal Notícias de São Paulo 09/04/1935

Figura 19: Anúncio da Sociedade Colonizadora do Brasil
Fonte: Jornal Notícias de São Paulo 01/01/1940

Essas empresas de colonização, juntamente com o governo japonês, buscaram criar as melhores oportunidades para os imigrantes no Brasil. O papel que desempenhavam estava muito além do traslado das famílias, pois visavam negócios lucrativos. As companhias adquiriram propriedades para os novos colonos até mesmo na Amazônia, que possuía grandes extensões de terras inexploradas.

Durante a Segunda Guerra, as relações entre os dois países ficaram estremecidas em decorrência da postura adotada pelo Brasil de alinhamento às forças aliadas. Medidas restritivas aplicadas a italianos, alemães e japoneses estavam sendo tomadas, como, por exemplo: a proibição do ensino de língua estrangeira a analfabetos em língua portuguesa; a intensificação da fiscalização sobre as instituições estrangeiras e suas publicações; a limitação do número de operários estrangeiros em fábricas e funcionários no comércio. Nesse período, ocorreu o fechamento das escolas japonesas em São Paulo (HANDA, 1987; SAKURAI, 1998:20).

Nesse momento já havia uma organização dos nipônicos em território brasileiro, com associações, escolas e a circulação de jornais próprios - o que contribuiu para a sua fixação e, por certo, amenizou o impacto das medidas cerceadoras, facilitando a reorganização da colônia após a guerra, quando as associações ressurgiram e os jornais voltaram a circular (HANDA, 1987:666).

Os japoneses no interior do Estado de São Paulo

Em 1908, chegaram ao porto de Santos cerca de 781 japoneses no navio Kasatomaru. Desta data em diante, 234.000 nipônicos instalaram-se em todas as partes do país, sobretudo nos estados de São Paulo e Paraná. No início da década de 1990 somavam cerca de 1.200.000 de pessoas – incluindo os descendentes (SAKURAI, 1998), e destes, 800 mil estavam no Estado de São Paulo (LESSER, 2008:24).

Até por volta de 1920, os japoneses que chegavam ao Brasil iam em grande parte rumo às fazendas do interior de São Paulo. Alguns jornais japoneses desse período possuíam sedes localizadas no interior, como o Semanário de São Paulo e o Seishu Shimpô – editados em Bauru, e traziam anúncios de empresas e estabelecimentos localizados em cidades como Araçatuba, Araraquara, Bauru, Bastos, Birigui, Cafelândia, Lins, Promissão, São José do Rio Preto, Pedregulho, Santos e Penápolis no Estado de São Paulo. As figuras dispostas ao longo desse capítulo retratam os tipos de negócios japoneses pelo interior e na cidade de São Paulo.

Figura 20: Jornal editado em Bauru – SP
Fonte: Jornal Semanário de São Paulo 02/03/1923

Figura 21: Estabelecimentos no interior de SP
Fonte: Jornal Semanário de São Paulo 02/03/1923

Figura 22: Encarregado da companhia de colonização no interior de SP
Fonte: Jornal Semanário de São Paulo 21/03/1924

Os primeiros jornais japoneses veiculados no Brasil foram impressos quase completamente em língua japonesa, provavelmente pela difícil assimilação do português pelos imigrantes. No final da década de 1920, os anúncios em língua portuguesa já são mais comuns, embora tenham mantido alguns trechos na escrita da terra natal. Nos jornais encontramos anúncios de estabelecimentos de propriedade dos orientais, de empresas de colonização, oferta de terras para a venda e informações sobre locais frequentados pelos imigrantes. Além de veículos de informação e de constituírem importante atividade econômica, os jornais foram utilizados como meios para organizar e facilitar a vida dos colonos e promover a socialização.

Figura 23: Clube e bar japonês
Fonte: Jornal Semanário de São Paulo 21/03/1924

Figura 24: Casa Bancária Imigratória
Fonte: Jornal Notícias do Brasil 23/10/1940

Os jornais pesquisados trazem atividades dos japoneses, como: hotéis; negócios ligados à agricultura, como armazéns e máquinas de beneficiamento⁴⁷, profissionais

⁴⁷ Lembre-se que os japoneses são oriundos de regiões agrícolas no Japão.

liberais (dentista, médico e engenheiro civil), mas também estúdio fotográfico, marcenarias e loja de automóveis.

No interior ocorreram as primeiras exibições de filmes japoneses que, segundo Handa (1987), eram realizadas em caminhões ambulantes na região oeste entre 1926 e 1927. Em 1929, Masaichi Sato fundava na cidade de Bauru a Empresa Cinematográfica Nipo-Brasileira (Nippaku Shinema-sha) que importava filmes do Japão (KISHIMOTO, 2009). Foi, portanto, no interior que os japoneses se fixaram inicialmente e iniciaram importantes atividades econômicas.

Os anúncios dessa amostra de publicações referem-se às décadas de 1920 e de 1930. Isso indica que de 1908 a 1930, ou seja, desde a chegada dos primeiros grupos, os imigrantes tornaram-se proprietários nos mais variados setores de atividades nas cidades onde se instalaram, constituindo até mesmo uma empresa cinematográfica.

Nos anúncios encontrados com referência a outros Estados, aparecem as cidades de Campo Grande-MS, Miranda-MT e Rio de Janeiro-RJ. Tanto nas cidades do interior do Estado de São Paulo quanto nestes Estados, faziam parte das atividades dos japoneses os negócios ligados à agricultura - armazéns agrícolas, máquinas de beneficiar arroz, café e algodão, moinhos de fubá e compradores de cereais. Além destas, destacam-se atividades como - marcenaria e carpintaria, que como veremos adiante são muito presentes na cidade de São Paulo, além de armazém de secos e molhados, oficina mecânica, estúdio de fotografia, hotéis, bares e até mesmo um banco. Quando os imigrantes passaram a ser selecionados para imigrarem para o Brasil, levando em consideração algumas características como a sua formação, as atividades econômicas no interior foram diversificadas, inclusive encontrando mais japoneses como proprietários.

Esta variedade de negócios sob a direção dos japoneses revela que, nas décadas de 1920 e 1930, muitos deixaram de ser empregados nas fazendas para constituírem negócios próprios. Nesse sentido, destacam-se primeiramente os negócios ligados à agricultura e, em seguida, os serviços urbanos. Saíam das fazendas para as cidades os rapazes solteiros e casais: as mulheres iam trabalhar como empregada doméstica e os homens realizavam outros serviços. O primeiro emprego não era fácil (HANDA, 1987:158).

A partir de 1930, destaca-se a concentração de nikkeis produtores de hortifruti em municípios no entorno da capital. As principais localidades eram Suzano, São Miguel Paulista, Mauá, Mogi das Cruzes, Itapeverica, Mairiporã, e Cotia, dentre outras

(SAITO, 1973). Nesta última, o imigrante atuou primeiramente como agricultor arrendatário para depois tornar-se proprietário (SAKURAI, 2000). Acreditamos que esse processo pode ter se repetido nas demais cidades por onde se fixaram.

Havia uma forte relação dos colonos do interior com a capital paulista, assim como com cidades em outros Estados. Os órgãos criados para a tutela dos imigrantes, sobretudo no que diz respeito à sua fixação e organização na agricultura, como as Companhias de Imigração, proporcionavam essa integração. Além do intercâmbio econômico, havia um intercâmbio cultural em que os filhos dos agricultores do interior iam para a capital e retornavam com novos costumes (HANDA, *op. cit.*).

Com a mudança do perfil dos imigrantes após a guerra, quando eram selecionados aqueles com qualificação maior, formados em escolas técnicas ou faculdades, muitos vieram trabalhar nas indústrias que o Japão começava a abrir no território brasileiro. Este deve ter sido, provavelmente, mais um atrativo para os moradores do campo que se deslocaram para a cidade. Com as mudanças no perfil do imigrante e da própria mentalidade daqueles que já estavam em terras brasileiras, a concentração na cidade de São Paulo aumentou.

A chegada no bairro da Liberdade e a formação da colônia japonesa: de 1908 a 1940

Os estrangeiros que chegaram e se instalaram no bairro da Liberdade contribuíram para a sua configuração e desenvolvimento. Os primeiros grupos a ocuparem-no foram os europeus – italianos, portugueses e espanhóis, que até o ano de 1934, correspondem a cerca de 14,8% da população (ARAÚJO, 1940:235).

Os imigrantes desenvolveram pequenas atividades de comércio e serviços, ou se empregaram como pedreiros, carpinteiros, pintores e motoristas. O Guia e Cadastro Comercial da cidade de São Paulo para o ano de 1911 aponta alguns nomes de imigrantes europeus e suas atividades, como: João de Vincenzo (alfaiataria), Alexandre Venancio Bertoni (barbeiro e cabeleireiro), Carmino La Marque (botequins e bares), Confeitaria Java-Suissa (confeitarias e padarias), Domingos Marzo (fábrica de massas alimentícias), Hbib Elias (fazendas e armazéns a varejo), Concetta Del Giorno (secos e molhados nacionais e importados), Joaquim Camara (secos e molhados nacionais e importados) dentre outros. São atividades buscadas pelos moradores no dia a dia como bares, armazéns e barbearias, mas há também uma fábrica de massas. Por meio desses

ramos é que os imigrantes trataram de se integrar na economia do bairro no início do século XX.

A instalação dos estrangeiros e a constituição dos seus negócios ocorreram no momento do crescimento cafeeiro, da industrialização e da expansão urbana em São Paulo. Os bairros centrais, ao mesmo tempo em que serviam de residência para os grupos de imigrantes que chegavam, pelas facilidades que a localização oferecia, passavam a concentrar também os seus negócios e serviços (ARAÚJO, *op. cit.*). Os estrangeiros participaram desse movimento como empregados ou abrindo pequenos negócios. Não se pode esquecer das estratégias e instituições criadas com o objetivo de ajuda mútua aos membros das colônias. No caso dos japoneses, Taniguti (2011) destaca as *tanomoshi-ko*, que constituíam associações rotativas de crédito dos japoneses, e Handa (*op. cit.*) mostra a importância das escolas e clubes fundados, que desempenharam um papel importante na organização da colônia e contribuíram para acentuar a concentração dos nikkeis.

Foram dez os imigrantes saídos do navio Kasato-Maru em 1908 (que transportou o primeiro grupo para o Brasil) para a Hospedaria dos Imigrantes que se fixaram na cidade de São Paulo. Esse grupo reunia carpinteiros, forjadores, costureiros, um verdureiro e seu ajudante, um rapaz que se empregou no escritório da companhia de emigração, e dois irmãos que emigraram se passando por casal. Esse grupo foi crucial para o futuro adensamento dos nipônicos no bairro da Liberdade, pois foram os primeiros a se empregar e a se estabelecerem nos porões da rua Conde de Sarzedas, via em que as primeiras pensões e restaurantes japoneses foram abertos. Um modo encontrado pelos nikkeis para ajudar seus pares foi empregar outros membros da colônia em seus negócios (HANDA, *op. cit.*).

Com a chegada dos japoneses no bairro, na primeira década do século XX, pequenos negócios começaram a surgir como pensões e restaurantes especializados. Em 1920, alguns profissionais liberais e outras atividades aparecem sob a responsabilidade dos japoneses, inclusive uma igreja como pode ser acompanhado na figura abaixo.

O estabelecimento dos japoneses no interior e na cidade de São Paulo foi impulsionado pelo governo japonês, por meio das companhias de imigração, e por medidas tomadas pelos próprios nikkeis, como a formação de cooperativas de agricultura, associações rotativas de crédito, escolas e clubes. Na década de 1940 havia um clube esportivo japonês instalado na Liberdade, o que revela atividades mais heterogêneas na colônia (HANDA, *op. cit.*).

Figura 25: Comercial Fujisaki

Fonte: Jornal Semanário de São Paulo 21/03/1924

Figura 26: Igreja japonesa

Fonte: Jornal Semanário de São Paulo 14/03/1924

Antes disso, em 1906, alguns japoneses já haviam se fixado na cidade como o encarregado da loja Comercial Fujisaki⁴⁸ (importadora de mantimentos japoneses, aberta no mesmo ano) e seus funcionários, o supervisor de uma fábrica de brinquedos e outros dois prestadores de serviços que conseguiram emprego em hotéis. Mais tarde, no local da casa comercial, um casal japonês abriu uma pensão para receber os imigrantes que fugiam das fazendas. O representante da Companhia Imperial de Emigração também veio residir em São Paulo e montou escritório na rua Rodrigo Silva (próxima ao centro); havia ainda um grupo de japoneses que trabalhava e residia na casa dos patrões, o que facilitou o seu contato com os brasileiros (HANDA, *op. cit.*:152-154).

Esse foi o início da formação da colônia nikkei em São Paulo. Aqueles que se instalaram na capital desde as primeiras viagens que trouxeram imigrantes realizaram ações que facilitaram a fixação de outros, como, por exemplo, a prática de empregar pessoas da mesma nacionalidade.

⁴⁸ No livro de Handa (1987) e na dissertação de mestrado de Negawa (2000) encontra-se Comercial Fujisaki; em Hall (2004) lê-se Comercial Fujisaca. Foi instalada inicialmente na Rua São Bento, depois se mudando para o bairro da Água Branca (Handa, *op. cit.*, p.154).

De 1912 a 1942, os japoneses se concentraram nas proximidades da rua Conde de Sarzedas, pelos aluguéis baratos, pela proximidade com o centro e dos locais de trabalho. Oriundos das fazendas de café, os nikkeis quase não falavam o português e, assim, o contato com outros imigrantes facilitou a instalação na área (NEGAWA, 2000). Mais tarde, na década de 1950, os japoneses não só estavam presentes em outras vias do bairro, como haviam se tornado proprietários de imóveis, como será mostrado em capítulo à parte.

Em 1920, cerca de 966 nipônicos eram encontrados na capital, e destes aproximadamente 300 residiam na rua Conde de Sarzedas, no bairro da Liberdade (HANDA, *op. cit.*). No ano de 1934, compunham cerca de 2,10% da população do distrito e 1,61% dos habitantes da Sé⁴⁹. Aos poucos os japoneses ocuparam outras vias próximas, como Conde do Pinhal, Irmã Simpliciana, Estudantes e Glória, e, mais tarde, também se concentrariam nas ruas da Tabatinguera e São Paulo (ARAÚJO, 1940).

A vida dos japoneses na rua Conde de Sarzedas foi facilitada pelo estabelecimento de nikkeis que iniciaram atividades como a pensão Ueji⁵⁰, em 1914, dirigida por Yazô Ueji, restaurantes e mercearias como a Merceria Seki. Esses estabelecimentos funcionavam quase sempre nos porões das casas, geralmente encontradas na parte baixa da rua, que era uma ladeira. Nessas redondezas os produtos orientais eram facilmente encontrados. Em 1910, uma filial da Companhia de Imigração KKKK foi instalada nessa via (ACAL, 1996).

Os registros das atividades econômicas recolhidos nos jornais japoneses para a década de 1920, sistematizados no capítulo III, confirmam o quadro esboçado de concentração dos nikkeis nas proximidades da rua Conde, onde iniciaram os primeiros negócios.

Em 1932, cerca de 2.000 japoneses residiam na cidade de São Paulo. Nesse período, muitas atividades dos japoneses eram notadas também nas ruas próximas à rua Conde de Sarzedas, como consultórios médicos, dentistas, relojoeiros, corretor, cinema etc, como será demonstrado com os dados dos jornais, como o Catálogo das indústrias do município da capital de 1947 e o Cadastro Industrial de 1965 respectivamente. Abaixo, anúncios de estabelecimentos localizados na rua Conde de Sarzedas e uma

⁴⁹ Este percentual certamente cresceu, pois até o ano de 1940 os japoneses registraram aumento no município de São Paulo.

⁵⁰ A pensão Ueji foi aberta no nº 49, e mais tarde mudou-se para a rua Bonita – atual Tomas de Lima. Ver Handa 1987.

imagem da ladeira em 1937 que mostra alguns prédios assobradados e forte ocupação desta via.

Figura 27: K. Nakaya

Fonte: Jornal Semanário de São Paulo de 06/07/1923

Figura 28: Y. Segui

Fonte: Jornal Semanário de São Paulo de 21/03/1924

Figura 29: Ladeira da rua Conde de Sarzedas em 1937.

Fonte: TAKESHITA (1938). Disponível on line in

<http://www.discovernikkei.org/es/journal/2007/3/17/brazil-nihonjinmachi/> Acesso em 14/05/2012.

Era possível encontrar japoneses nas ruas São Paulo e dos Estudantes – próximas da Conde de Sarzedas e da Sé. Na rua São Paulo havia uma pensão que atendia aos imigrantes da província de Kagoshima, e na rua dos Estudantes uma outra que atendia aos da província de Fukushima – que mais tarde mudaria para a rua Conselheiro Furtado (HANDA, *op.cit.*:155).

Segundo a publicação japonesa ‘Indicador Profissional e Comercial de 1933’, que traz o número de moradores japoneses em cada via do bairro da Liberdade no início da década de 1930, a concentração de nikkeis ocorria nas ruas expostas no quadro a seguir:

Quadro 14: Vias do bairro da Liberdade em que os japoneses se concentravam entre 1931 - 1933⁵¹

Endereço	Número de moradores japoneses identificados na via	Endereço	Número de moradores japoneses identificados na via
R. Conde de Sarzedas	87	R. São Paulo	5
R. Conselheiro Furtado	52	R. Barão de Iguape	3
Av. Brig. Luís Antônio	21	R. Castro Alves	3
R. Liberdade	19	R. Maestro Cardim	3
R. Bonita	19	Tr. da Conde de Sarzedas	3
R. São Joaquim	15	Av. Cdssa de São Joaquim	2
R. Glicério	14	R. Apeninos	2
R. Fagundes	12	R. Lavapés	2
R. Tabatinguera	12	R. Pires da Mota	2
R. Conde do Pinhal	10	R. Siqueira Campos	2
R. Estudantes	9	R. Tamandaré	2
R. Galvão Bueno	7	R. Teixeira Leite	2
R. Vergueiro	7	R. Conde de São Joaquim	1
R. Espírita	5	R. da Glória	1
R. Irmã Simpliciana	5	R. Jaceguay	1

Fonte: Indicador Profissional e Comercial de 1931 – 1933 da colônia japonesa, 1933.

O quadro revela que os japoneses estavam fortemente presentes nas ruas próximas ao centro da cidade de São Paulo. O grupo de ruas com maior presença de japoneses tem ligação direta ou por algum trecho de via com as ruas que compõem o Triângulo. O destaque fica com a rua Conde de Sarzedas, procurada pelos japoneses pelo baixo preço dos porões das casas. Também concentram nikkeis as ruas Conselheiro Furtado, Tabatinguera, Liberdade, Conde do Pinhal, Galvão Bueno, Estudantes e a av. Brig. Luís Antônio - muito próximas à Sé. Um pouco mais distantes estão as ruas São Joaquim, Fagundes e Vergueiro – no sentido sul, e Glicério – no sentido leste, que também apresentam concentração. Podemos dizer que até a década de 1930, a localização dos japoneses era muito próxima dos locais de trabalho, do comércio e dos serviços que se encontravam no centro da capital. A presença em outras vias aumentaria progressivamente nas próximas décadas.

As instituições e negócios criados ajudaram na organização e no estabelecimento dos nipônicos. Foram fundadas a Associação Japonesa – futura Associação dos

⁵¹ Pode ser que mais de um morador esteja localizado no mesmo endereço; isso representa membros de uma mesma família, ou mesmo mais de uma família dividindo o mesmo prédio.

Companheiros, a Escola Primária Taisho⁵², e o Nippon Club, aberto em 1914 com o objetivo de reunir os membros da colônia; em 1920, foi fundado o Mikado Sport Club, nas dependências da escola Taisho. Por volta de 1924, foi fundada a Zaihaku Nipponjin Dôjinkai – Associação de Benevolência Universal dos Japoneses Radicados no Brasil e, no ano seguinte, o internato Seishu Gijuku (ACAL, 1996). Tais associações promoveram o lazer e a confraternização da comunidade, contribuindo para a organização da colônia (TANNO, 2008:68)⁵³.

Nas proximidades da Sé funcionavam a Companhia de Emigração Imperial (localizada na rua Rodrigo Silva entre 1908 e 1909) e o Consulado Geral do Japão (instalado no Largo da Sé de 1915 a 1919).

Também havia a veiculação de alguns jornais japoneses como o Nambei e o Nippak Shinbun, criados em 1916, e o Brasil Jihô, surgido um ano mais tarde, além de revistas e outros periódicos⁵⁴. No ano de 1923, a empresa Nôgio no Tomo começou a veicular uma revista mimeografada de mesmo nome (ACAL, 1996). Essas publicações sugerem uma comunidade ativa e consciente da importância da sua articulação.

“Era, portanto, por meio da língua e dos jornais que a comunidade [...] preservava seus valores e sua estrutura social no Brasil, divulgando atividades de clubes, notícias locais, preços de produtos, anúncios de lojas especializadas; os jornais mantinham ainda uma intensa atividade literária local.” (CYTRYNOWICZ, 2000:164)

As associações fundadas, escolas, clubes, lojas e jornais demonstram como a colônia estava se organizando rapidamente.

⁵² A escola foi criada por volta de 1914-1915 com três alunos inicialmente. Em 1916 mudou-se para a Conde de Sarzedas ao final da ladeira. Em 1919 foi reconhecida como escola oficial particular. Era mantida por uma associação (Handa, 1987:177).

⁵³ A fundação de instituições japonesas nas colônias (escolas, associações, clubes) reflete a tentativa de manter um núcleo familiar, tradicional no Japão, como o culto ao imperador e a hierarquia. Ver Tsukamoto, 1973.

⁵⁴ Handa (1987) aponta que em 1916, Ken-ichirô Hoshina iniciou o jornal semanal mimeografado Nambei, em língua japonesa veiculado por toda a América do Sul. O Brajiru Jihô ou Brasil Jihô era um impresso da KKKK, que possuía sede na rua Conde de Sarzedas. O autor também mostra o Seishu-Shimpô (Notícias de São Paulo) de 1921 - que era editado em Bauru e em 1934 foi transferido para São Paulo -, o Jornal do Japão, lançado em 1932 por Sukenari Onaga, e uma revista mensal denominada Nambei Hyoron de 1923.

Figura 30: Nippaku Cinema Sha

Fonte: Anuário Comemorativo do 25º Aniversário da Imigração Japonesa ao Brasil – 1933

Figura 31: Centro Japonês de Agricultura

Figura 32: Confeitaria Nishinaka

Fonte: Jornal Nippon Shimbun – 14/11/1933

Figura 33: Casa Hase

Fonte: Jornal Notícias de São Paulo de 01/01/1935

Figura 34: Anúncio da Casa Kuniy

Fonte: Jornal Notícias de São Paulo de 01/01/1935

Figura 35: Chamada para anúncios

Fonte: Jornal Notícias do Brasil 24/11/1940

Os anos após 1940 e o esplendor da colônia japonesa

As décadas de 1930 - 1940 foram um período de crescimento e desenvolvimento comercial do bairro. Porém, nos anos durante a Segunda Guerra, a colônia japonesa sofreu algumas restrições. Esse contexto foi marcado pelo nacionalismo e perseguição aos japoneses. Cytrynowcz diz que este grupo foi o que mais sofreu com as políticas

racistas do governo Vargas; segundo o autor, a história da imigração japonesa se divide em duas partes, sendo a primeira anterior à guerra e a segunda no pós-guerra (CYTRYNOWCZ, 2000:140).

Durante a guerra, dentre as medidas restritivas que o governo brasileiro aplicou, destacam-se: a limitação da entrada de imigrantes a 2% do total de ingressantes nos últimos 50 anos⁵⁵, o aumento da fiscalização sobre as instituições e publicações estrangeiras entre 1938 e 1939 e, por fim, no ano de 1942, a ordem de evacuação para os nikkeis residentes próximos à Conde de Sarzedas, o que provocou sua dispersão pela cidade, ainda que para bairros próximos, como Vila Mariana, Aclimação e Saúde. Medida impactante para italianos, alemães e japoneses foi a proibição de compra e venda de propriedades e a nacionalização de todas as empresas estrangeiras, o que pode ter dificultado – mesmo que temporariamente – a ascensão social destes grupos (SAKURAI, 2000;NEGAWA, 2000).

A seguir estão trechos reproduzidos do Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de Março de 1942, que dá a dimensão das medidas restritivas adotadas.

“O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, combinado com o artigo 166, § 2º da Constituição;

[...]

DECRETA:

Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália.

Art. 2º Será transferida para o Banco do Brasil, ou, onde este não tiver agência, para as repartições encarregadas da arrecadação de impostos devidos à União, uma parte de todos os depósitos bancários, ou obrigações de natureza patrimonial superiores a dois contos de réis, de que sejam titulares súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas.

[...]

Art. 4º Os súditos alemães, japoneses e italianos, e quem possuir bens a eles pertencentes comunicarão, dentro de quinze dias após a publicação

⁵⁵ Assim os números ficaram entre 2.500 japoneses entrados em 1938, 1.300 em 1939, até que em 1942 havia cessado a imigração (HANDA,*op.cit.*:710).

desta lei, às repartições incumbidas do recolhimento, a natureza, a qualidade e o valor provável daqueles bens.

Art. 5º A ação ou omissão, dolosa ou culposa, de que resultar diminuição do patrimônio de súdito alemão, japonês ou italiano ou tendente a fraudar os objetivos desta lei, é punida com a pena de 1 a 5 anos de reclusão e multa de 1 a 10 contos de réis, se outra mais grave não couber.” (BRASIL, 1942)⁵⁶

Em tempos de guerra, durante o governo de Getúlio Vargas conhecido como Estado Novo (1937-1945), vigorou a centralização do poder. Nesse período, muitas arbitrariedades foram cometidas pelo governo brasileiro em desfavor das populações dos países inimigos no conflito. Há outros decretos-leis referentes a este contexto, como o nº 10.358 de Agosto de 1942, que declara estado de guerra contra os países do eixo, o nº 4.807 de Outubro de 1942, que cria a comissão de defesa econômica, e o de nº 5.777 de Agosto de 1943, que dispõe sobre as desapropriações e liquidações a serem efetuadas para a defesa econômica do país, nas quais constavam inúmeros negócios japoneses.

No decreto nº 13.753 de Outubro de 1943, que lista várias atividades de estrangeiros a serem liquidadas em diferentes pontos do país (entre associações e empresas) foram encontradas algumas localizadas na cidade de São Paulo em que podem ser notadas atividades dos japoneses: Casa Bratac, Brazcot (cooperativa agrícola), Casa Bancária Brazcot, Casa Bancária Bratac, Sociedade Colonizadora do Brasil, Casa Tozan Ltda., Kaigai Kogio Kabushiki Kaisha (empresa de colonização japonesa), Armazém Kaiko, Konishi & Cia, Ohara Irmão & Cia, dentre outras.

Somente depois de findado o armistício os nipônicos voltaram a se reunir na Liberdade. Nesse retorno, no período de 1953-1975, os japoneses estiveram mais presentes nas proximidades da rua Galvão Bueno e da Praça da Liberdade. Esta nova localização apresentava melhores condições que a área da Conde de Sarzedas, de topografia íngreme e sujeita a inundações (NEGAWA, *op. cit.*). Na década de 1950 as atividades econômicas dos japoneses aparecem com mais força e diversificadas. Nesse período também foram encontradas aquisições imobiliárias no bairro.

⁵⁶ Este decreto-lei encontra-se disponível *on line* no site <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4166-11-marco-1942-414196-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 05/05/2012.

A reorganização da colônia após a guerra mostra a prosperidade dos japoneses, que embora tivessem sofrido algumas restrições no período, parecem não ter deixado de se articular. Em 1941 foi formado o São Paulo Undo Kurabu (Clube Esportivo), em 1942 foi fundada a Associação Católica de Assistência aos Japoneses (Katorikku Nipponjin Kyusaikai) e aos poucos os jornais nikkeis voltaram a circular.

Figura 36: Anúncio da Casa Nakaya⁵⁷
Fonte: Jornal Notícias de São Paulo de 24/01/1940

O Catálogo das indústrias do município da capital de 1947 mostra uma empresa fundada na rua Conde de Sarzedas em 1936 (Kenji Akaboshi – no ramo de instalação em construções) que estava ativa em 1947, não sabendo se permaneceu fechada durante o período de evacuação. Em 1943 e 1945, outros dois estabelecimentos foram abertos na rua Conde (Paulo Nakama – venda de incensos, e Midori Nakama – venda de peixe moído), indo contra o conteúdo dos decretos do governo brasileiro no período e mostrando que talvez as medidas restritivas não tenham sido cumpridas a risca.

Com o restabelecimento da colônia, novas áreas do bairro foram ocupadas pelos japoneses. Dados do Catálogo das Indústrias do município da capital de 1947 mostram a presença de atividades dos japoneses nas ruas Barão de Iguape, Fagundes, Glicério, Humaitá, Tamandaré e Vergueiro, o que permite apontar uma dispersão do grupo pelo bairro.

Os jornais nikkeis voltaram a circular e associações foram criadas. Em 1946, fundou-se o São Paulo Shimbun (primeiro jornal em língua japonesa após a guerra) e o Brasil Jihô foi reeditado; em 1947 foi fundado o Paulista Shimbun; e em 1949 foi iniciado o Diário Nippak. Também em 1947, foi iniciada uma associação de ajuda às

⁵⁷ Repare que não se trata do mesmo endereço aparecido na “Figura 27: K. Nakaya. Pode ser uma filial ou ter mudado de endereço.

vítimas da guerra. Durante a década de 1950 novas atividades foram instaladas no bairro, o que será mostrado no capítulo III (NEGAWA, *op. cit.*).

Figura 37: Jornal Diário Nippak
Fonte: Jornal Diário Nippak de 04/01/1964

Figura 38: Consultórios médicos
Fonte: Jornal Diário Nippak de 03/03/1964

Após 1940 foram criadas as associações de províncias japonesas, que tinham por objetivo incentivar e apoiar os imigrantes. Em 1966, fundou-se a Kenren (Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil) para coordenar as ações entre as associações. Entre suas atribuições estão: dar assistência aos imigrantes, fazer a coleta de informações e do paradeiro dos imigrantes, enviar descendentes ao Japão, recepcionar e atender as missões de solidariedade que visitam o Brasil, dentre outras.

Essas associações ajudam na organização de eventos, na promoção de cursos de formação, na oferta de bolsas de estudo, na confraternização entre os associados e seus familiares, a estreitar amizades, a aumentar o bem-estar e o auxílio mútuo, no aprimoramento da educação cívica, moral e intelectual, na promoção de atividades filantrópicas, assistenciais e sociais etc⁵⁸. Dentre os eventos organizados, destacam-se o Tanabata Matsuri, Shinnenkai – reunião festiva de ano novo, o Yatai Matsuri – Festival Gastronômico, os concertos de música, o Shinbokkai – Encontro da Amizade, o Keiroukai – festa em homenagem aos idosos e as comemorações dos aniversários de fundação das próprias associações de província.

Cada região do Japão tem as suas províncias, e cada província tem a sua associação para atender ao imigrante daquele local. Este é o veículo mais próximo de comunicação com os imigrantes. No quadro estão as associações das regiões de Hokkaido e Tohoku, Kanto, Chubu, Kinki, Chugoku, Shikoku, Kyushu e Okinawa. A maioria das associações está localizada no bairro da Liberdade (total de 20), porém ainda são encontradas 27 associações em outros bairros, como Vila Mariana,

⁵⁸ Informações retiradas do site <http://www.kenren.org.br>. Acesso em 13/05/2012.

Aclimação, Cerqueira Cesar, Cidade Vargas, Paraíso, Saúde, Mirandópolis, Pinheiros e Pacaembu.

Quadro 15: Associações de Províncias dos Japoneses no bairro da Liberdade

Nome	Endereço	nº	Fundação
Hokkaido e Tohoku			
Associação Aomori Kenjin do Brasil	Rua Drº Siqueira Campos	62	
Associação Cultural e Assistencial Iwate Kenjinkai do Brasil	Rua Tomas Gonzaga	95	1958
Associação Miyagi Kenjinkai do Brasil	Rua Fagundes	152	1948
Yamagata Kenjinkai do Brasil	Av. Liberdade	486	1953
Associação Fukushima Kenjin do Brasil	Rua da Gloria	721	
Kanto			
Associação Centro Social Ibaraki do Brasil	Rua Bueno de Andrade	756	
Gunma Kenjinkai do Brasil	Rua São Joaquim	256	
Chubu			
Associação Fukui Kenjinkai	Rua dos Estudantes	15	
Associação Cultural e Recreativa Nagano Kenjin do Brasil	Praça da Liberdade	130	
Guifu Kenjinkai do Brasil	Rua Bueno de Andrade	446	
Associação dos Shizuoka Kenjin do Brasil	Rua Vergueiro	193	1957
Associação Aichi do Brasil	Rua Santa Luzia	74	
Kinki			
Brasil Hyogo Kenjinkai	Rua da Gloria	332	
Chugoku			
Associação Cultural e Recreativa Okayama Kenjin do Brasil	Rua da Gloria	734	
Sociedade Civil Hiroshima Kenjinkai do Brasil	Rua Tamandaré	800	
Associação Assistencial e Cultural Yamaguchi Ken do Brasil	Rua Pirapitingui	72	
Shikoku			
Associação Cultural Ehime Kenjin do Brasil	Rua da Gloria	470	
Kyushu e Okinawa			
Associação Cultural e Recreativa Oita Kenjin do Brasil	Av. Liberdade, sala 205	486	
Associação de Beneficente e Cultural Miyazaki	Av. Liberdade, sala 21-22	486	
Associação Okinawa Kenjin do Brasil	Rua Tomas de Lima	72	

Fonte: Site da Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil (<http://www.kenren.org.br/>) Acesso em 13/05/2012

Além da fundação de jornais, de associações de ajuda às vítimas da guerra, e da formação de uma comissão japonesa para as comemorações do IV centenário da cidade de São Paulo, outra estratégia foi utilizada pelos japoneses para se reestabelecerem no pós-guerra. Nesse momento as *tanomoshi-ko* (associações rotativas de crédito) foram utilizadas pelos nikkeis como um meio de desenvolvimento dos comerciantes japoneses. Em trabalho em desenvolvimento, Taniguti (2011) argumenta que essas associações (um meio de cooperação mútua entre os japoneses) foram fundamentais para manter os negócios na Liberdade, visto que haviam sofrido diversas restrições durante a Segunda Guerra. Mais importante do que apenas para a economia, essa prática enxergada enquanto instituição social integra elementos sociais e histórico-culturais importantes

para a colônia japonesa. Outra prática importante era a dos ‘envelopes’, que reuniam elementos de confiança, gratidão e ajuda financeira entre os praticantes.

A inauguração do Cine Niterói, em 1953, atraiu a fixação de mais japoneses para perto da rua Galvão Bueno (NEGAWA, *op. cit.*: p.43). Aos poucos essa via foi se tornando cheia de estabelecimentos comerciais. Além do Niterói, instalaram-se no bairro o banco Bradesco, e ainda mais 4 cinemas - o que conferiu ao bairro um status de centro de lazer.

Figura 39: Cartaz de Divulgação do Cine Niterói

Fonte: Jornal Diário Nippak de 14/03/1958

Figura 40: Fachada do Cine Jôia fundado em 1952.

Fonte: Site <http://50anosdetextos.com.br/2012/o-esplendor-dos-filmes-japoneses-na-liberdade/>. Acesso em 05/05/2012

Há outras importantes instituições japonesas fundadas nessa década no bairro da Liberdade, como: a Aliança Cultural Brasil – Japão, fundada em 1956, e tem como

intuito fortalecer e estreitar os laços entre os dois países, promover cursos de línguas e atividades culturais; a Beneficência Nipo – Brasileira de São Paulo, fundada em 1959, que atua prestando ajuda aos colonos, desde serviços médicos (como centros de reabilitação psicossocial e hospital) até outras atividades de assistência social como encaminhamento profissional e casas de repouso; e, por fim, a Escola Estadual Presidente Roosevelt, ou Colégio Roosevelt, que desempenhou um papel muito importante na sociabilidade dos japoneses, visto que ali estavam reunidos muitos estudantes descendentes.

Em entrevista concedida, o acadêmico da USP Sedi Hirano relata que estudou nesse colégio, onde teve contato com outros descendentes, inclusive apreciadores da cultura japonesa que eram brasileiros (VASCONCELOS & TANIGUTI, 2011).

No ano de 1948 o nissei Yukishige Tamura foi eleito vereador da cidade de São Paulo e anos mais tarde seria eleito deputado estadual e federal (NEGAWA, 2007). Tamura representa a história de muitos nikkeis, pois é filho de imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil no navio *Ryojun Maru*, no ano de 1910, para trabalharem na agricultura, nasceu em São Paulo, foi morador da Conde de Sarzedas, o início da colônia, e estudante da escola Taisho⁵⁹.

Figura 41: Candidato a vereador pela colônia

Figura 42: Candidato a vereador pela colônia

Fonte: Jornal Paulista 22/09/1959

Na década de 1960 foi fundada a Associação de Confraternização dos Lojistas do Bairro da Liberdade – atual Associação Cultural e Assistencial da Liberdade (ACAL). Esta associação tem o intuito de propagar a cultura japonesa, planejar e

⁵⁹ Ver <http://www.culturajaponesa.com.br/htm/yukishiguetaamura.html>.

realizar eventos para a promoção do bairro. Seu trabalho obteve tanto sucesso e aceitação que continua atuando até os dias de hoje.

Na mesma década de fundação da ACAL, no ano de 1964, houve a fundação da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, que agrega múltiplas funções de auxílio à colônia, inclusive distribuindo bolsas de estudos universitários para os colonos. Houve uma instituição precursora dessa instituição que foi a Sociedade Paulista de Cultura Japonesa, fundada em 1955. Sua sede localizava-se na avenida da Liberdade nº 90. Somente com a transformação em Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa é que passou a se localizar na rua São Joaquim (HANDA, 1987:762-763). Anteriormente à sua fundação, funcionava no mesmo local a escola primária Taisho. No folder de divulgação do Bunkyo percebe-se como as associações de auxílio foram importantes para a colônia:

“Para os imigrantes japoneses, as associações foram importantes referências de atuação. Elas cuidavam das atividades econômicas, da educação, dos eventos sociais, das campanhas preventivas de saúde, da política, do relacionamento com o Japão, enfim, dos momentos cotidianos e especiais da comunidade.” (BUNKYO, s/d).

Também é importante destacar a fundação do Museu Histórico da Imigração Japonesa em 1978, localizado ao lado do prédio da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, na rua São Joaquim. O Bunkyo, a ACAL e o Museu Histórico da Imigração Japonesa são instituições que permanecem nos dias atuais. Promovem eventos, cursos de artes e cultura japonesa, exposições, intercâmbio de estudantes etc. O Museu ainda possui uma ampla biblioteca para o uso da comunidade, destacando-se títulos referentes a história e cultura dos japoneses.

Nas próximas décadas, com a inauguração das estações de metrô da Liberdade (1975) e São Joaquim (1975) e a construção da radial leste-oeste, a Liberdade ganharia novos impulsos.

Algumas figuras foram importantes no processo de fixação dos japoneses e no alavancamento da comunidade nipônica na Liberdade. Os nomes citados nos estudos foram os de Shuhei Uetsuka – da Companhia de Imigração, Takeo Goto da Comercial Fujisaki e Naoya Samejima, que se prestavam a fiadores e escreventes de cartas para o Japão. Também figuraram Seihachi Kimura, um importante carpinteiro, o médico Ryuji

Yamada, Shinzo Miyasaki, professor da escola Taisho, Ken-itiirô Hoshina, fundador do jornal Nambei (HANDA, 1987; NEGAWA, 2000).

A integração dos japoneses na sociedade paulistana é referendada pelo envolvimento dos membros da colônia em universidades e na política local. Além das estratégias desenvolvidas para o desenvolvimento da colônia pelos imigrantes e da atuação das instituições criadas, os japoneses passaram a fazer parte da vida acadêmica e política da cidade, ganhando novos meios de atuação. Dentre as instituições buscadas pelos imigrantes para realizar seus estudos destaca-se a Universidade de São Paulo, que recebeu muitos japoneses. Vários dos nikkeis ingressantes nos cursos superiores da USP acabaram por se tornar professores da instituição (IOKOI, 2009).

Como um fator comum na história de muitos desses japoneses que serão citados, está a passagem pelo Colégio Roosevelt, o que confirma a sua importância enquanto centro de concentração e sociabilidade dos japoneses⁶⁰. O início da relação destes imigrantes com a USP está concentrado no período após os anos 1950, estendendo-se até as décadas de 1980 e 1990. Em depoimentos encontrados, podem-se citar os nomes de: Kohey Uehara – entrou na Poli no ano de 1949; Yassuhiro Okay – ingressou em medicina no ano de 1959, e tornou-se o primeiro professor titular de origem japonesa; Shozo Motoyama e Mikiya Muramatsu – ingressaram em física respectivamente nos anos de 1961 e 1966; Seizi Oga – em 1966 foi contratada como docente da Faculdade de Ciências Farmacêuticas; Emiko Yoshikawa Egry - entrou como auxiliar de ensino na Escola de Enfermagem em 1973; Geny Wakisaka – estudou na escola primária Taisho, entrou na USP em 1971 e doutorou-se em letras em 1987; Gisela Yuka Shimiza – formou-se em 1972, fez mestrado e doutorado; Itiro Suzuki – relata que seu pai foi o primeiro japonês formado em Direito pelo Largo São Francisco, na década de 1930. Itiro, por sua vez, formou-se em 1971 em medicina; Jorge Yamamoto – graduou-se em 1976 e atuou como professor assistente no departamento de geologia e geofísica; Leny Sato – entrou em psicologia no ano de 1978 e atuou como professora (IOKOI, *op. cit.*).

Além destes, há outros relatos encontrados no texto de Iokoi. Vários deles mostram a trajetória efetuada pelas famílias de imigrantes que se repetia: a ida para o

⁶⁰ É interessante lembrar que esse colégio concentrava os filhos da elite paulista. É conhecida a agitação cultural e política que acontecia ali. Isso influenciava quem passava pelo colégio propiciando sólida formação.

interior, o abandono das lavouras, a chegada em São Paulo e o posterior envolvimento com atividades de comércio e a busca por estudo.

Além da concentração no bairro da Liberdade, os japoneses fixaram-se em outros bairros. Também nesses locais foi possível desvendar o início de diferentes atividades. Havia concentração dos nikkeis no bairro de Pinheiros – aproximadamente 200 moradores, na região do mercado municipal, e nas redondezas da estação da Luz (HANDA, *op. cit.*:576). Os anúncios registrados no quadro abaixo mostram a presença de japoneses nos bairros da Consolação e República (próximos à Sé), ainda que não fosse muito expressiva. Pode-se notar uma fábrica de doces (com 3 unidades em diferentes pontos na rua da Consolação) e uma loja de móveis - as atividades com madeira foram muito características entre os japoneses, sobretudo a partir da década de 1940.

Quadro 16: Atividades dos japoneses nos bairros da Consolação e República – década de 1930.

Endereço	Nº	Bairro	Nome estabelecimento	Descrição
R. da Consolação	310	Consolação	Casa Motomu	~~
R. da Consolação	140	Consolação	Casa Motomu	~~
R. Minas Geraes	27	Consolação	Casa Motomu	Fábrica de doces
R. Sta. Ifigênia	11 - 4	República	Casa Tóquio	~~
R. Sta. Ifigênia	11-A	República	Casa Tokio	Loja de Móveis
Caixa Postal 23	~~	República	Masuji Toyoshi	~~

Fonte: Jornal Notícias de São Paulo, Jornal Nippon Shimbun, Anuário Comemorativo do 25º Aniversário da Imigração Japonesa ao Brasil.

O Indicador Profissional e Comercial de 1933 também mostra a localização dos nikkeis em outros pontos da cidade de São Paulo. Os bairros em destaque na publicação, com exceção da Liberdade, são: Pinheiros, com 45 moradores japoneses, muitos localizados na rua dos Pinheiros; República, com 10; Consolação, com 18, sobretudo na rua da Consolação; Lapa, com 9; e Sé, com 12 japoneses. Os bairros de Pinheiros e Vila Mariana já eram locais escolhidos para moradia pelos japoneses na década de 1930, de acordo com as fontes.

Foi nos bairros de Vila Mariana, Ipiranga, Cambuci, Sé e Moóca que os japoneses realizaram as primeiras aquisições imobiliárias na década de 1920⁶¹, na maioria, compra de terrenos. Porém, também foram encontradas algumas aquisições de prédios. Na década de 1940, as aquisições pelos japoneses destacam-se no bairro de Vila Mariana. Nesse momento as transações com casas e prédios tiveram um ligeiro aumento, aparecendo inclusive a compra de apartamentos. As negociações foram

⁶¹ De acordo com a pesquisa realizada no Cartório do Primeiro Oficial de São Paulo.

realizadas em sua maioria entre japoneses e não japoneses, ou seja, os primeiros estavam comprando de brasileiros (provavelmente descendentes de italianos e portugueses). Além dos bairros centrais, ainda foram encontradas negociações em áreas mais distantes, como os bairros de Pinheiros e Santo Amaro.

O pós-guerra não marca apenas a localização dos japoneses por novas áreas do bairro e em outros bairros, mas também a emergência de uma colônia forte e articulada, com atividades comerciais sendo iniciadas em diferentes pontos do bairro da Liberdade e em outros locais. Há a criação e o restabelecimento de instituições como, por exemplo, as associações de província japonesas e as associações de ajuda às vítimas da guerra. A aquisição de imóveis pelos japoneses, inicialmente em outros bairros, também marca o contexto do pós-guerra. Na Liberdade, a negociação de imóveis acontece após a década de 1940, quando o bairro passa a ter destaque nas atividades de lazer, com os cinemas voltados para a população japonesa. É um contexto de grande crescimento do bairro.

Em 1968, com a construção da Radial Leste-Oeste foi aberto o viaduto Osaka e o prédio Niterói foi transferido. Na inauguração deste viaduto o prefeito da cidade, Paulo Salim Maluf, externou seu desejo de que a Liberdade se tornasse uma referência oriental. Em 1974 teve início a construção do arco de Torii, que marcou a data oficial do nascimento do Bairro Oriental – 9 de novembro. Desde 1975 há a feira oriental que acontece aos domingos na Praça da Liberdade mantendo a característica peculiar do bairro.

A trajetória dos japoneses até a década de 1960 mostra que nesse período estavam amparados por inúmeras instituições de auxílio e promoção das atividades culturais e econômicas da colônia. Tamanha rede de relações proporcionou um grande desenvolvimento econômico com o início de atividades comerciais em vários ramos. Antes de receber a caracterização oficial com lanternas japonesas nas ruas e a construção do arco de Torii, o bairro da Liberdade já possuía intensa movimentação e articulação dessa população. No próximo capítulo serão analisadas as suas atividades comerciais.

Capítulo III – As atividades econômicas dos japoneses no bairro da Liberdade

A primeira década do século XX: as atividades econômicas próximas à Sé

Tal como aconteceu com italianos, espanhóis, judeus e portugueses, que iniciaram pequenos negócios pouco tempo após se estabelecerem na cidade de São Paulo, os japoneses assim o fizeram⁶². O capítulo mostra em quais ramos os japoneses estavam inseridos e em quais localizações do bairro da Liberdade instalaram seus negócios.

Dados do censo do IBGE de 1934 mostram que a Liberdade possuía 39.726 habitantes e, destes, 22% eram estrangeiros (quase 9.000 habitantes) e 2,1% eram japoneses (menos de 900 habitantes). O grupo de japoneses que habitava o bairro iniciou algumas atividades comerciais que começam a ganhar vulto a partir das décadas de 1920 e 1930. Os negócios que até o final da década de 1910 estavam restritos à rua Conde de Sarzedas, como as pensões, passam a ser notados em outras vias do bairro, pois se multiplicam e se diversificam, até que na década de 1950 pode ser notada uma grande variedade de comércio e serviços em diferentes localizações.

Ainda segundo o censo de 1934, o grande percentual de brasileiros no distrito (quase 80%) mostra que, apesar das inegáveis contribuições dos estrangeiros, o bairro foi majoritariamente habitado por brasileiros – ainda que muitos fossem filhos de estrangeiros nascidos no Brasil. Assim, os negócios japoneses estiveram presentes lado a lado aos dos brasileiros. Demonstrar quais eram as demais atividades, além dos negócios japoneses, e onde estavam concentradas também é objetivo deste capítulo.

O bairro da Liberdade caracteriza-se, desde o início do século XX, por uma dinâmica que o qualifica como importante componente da área central. Por situar-se extremamente próximo ao chamado Triângulo, na Sé, a Liberdade concentrou grande diversidade de comércio e serviços, porém sem perder a função residencial. A porção norte do bairro – ou seja, o início da avenida da Liberdade e das ruas da Glória, Conselheiro Furtado, Galvão Bueno, Estudantes e Conde do Pinhal, na divisa com o distrito da Sé – é classificada por Müller (1958) nos anos 1950, como pertencendo ao Centro e à Área Periférica do Centro, enquanto que a porção mais ao sul forma a Zona de Transição – que se estendia até a rua São Joaquim ao sul, e baixada do Glicério a

⁶² Dentre os trabalhos que tratam dos imigrantes e da sua inserção na cidade de São Paulo, utilizamos os de Hall (2004) e Feldman (2008), este último tratou especificamente dos judeus no bairro central do Bom Retiro.

leste. Segundo Müller (1958), com o adensamento do centro de São Paulo, a população busca as áreas próximas para fixar residência, nos bairros centrais. Porém esses bairros também concentram atividades comerciais e de serviços, algumas típicas de centro urbano, como acontece na Liberdade.

Os dados encontrados no Guia e cadastro comercial da cidade de São Paulo para o ano de 1911, no Catálogo das Indústrias do município da capital de 1947 e no Cadastro Industrial de 1965 revelam o trecho inicial do grupo de ruas caracterizadas como pertencentes ao centro por Müller, com atividades similares àquelas encontradas na Sé. As outras áreas do bairro, seja no sentido sul, depois da rua Barão de Iguape até a rua Apeninos nos extremos do bairro, ou para o leste, abarcando a rua do Glicério e as ruas Teixeira Mendes e São João Batista, ou ainda para o oeste da av. da Liberdade, apresentam a concentração de atividades de modo diferenciado e podem ser caracterizadas como as áreas periféricas do centro ou como zonas de transição.

Segundo Müller (*op. cit.*: 131- 135), no final do século XIX e início do XX, era possível encontrar no centro o comércio de varejo e de atacado, ateliers, escritórios de profissionais liberais – dentistas, professores, médicos e advogados - escritórios comerciais, instituições públicas e até mesmo fábricas de chapéus, gelo, vinho e de livros em branco. Os imigrantes europeus participaram dessas atividades com o comércio de macarrão e pescado, pequenas oficinas (italianos), relojarias e oficinas mecânicas (ingleses), cabeleireiros, floristas, bijuteiros e modistas (franceses), farmácias, lojas de calçados e de chapéus e fábricas de cerveja (alemães).

O trabalho de Saes (2004:217-219) mostra que já em 1887 havia uma variedade de bancos no centro de São Paulo, além de armazéns de secos e molhados, açougues, padarias, restaurantes e botequins, hotéis, agências de comissões, fábricas de tecidos de algodão, de fósforos, de móveis, de cerveja, serrarias, manufaturas de ferro, olarias, alfaiatarias, marceneiros, caldeireiros, barbeiros e cabeleireiros, relojoeiros, tipógrafos, ourives, engenheiros, redatores e profissionais liberais.

A proximidade da Liberdade com o centro, com ligação direta de algumas ruas, faz com que sejam encontrados, nas proximidades da Sé, comércio e serviços comuns aos do centro. Já na primeira década do século XX, a porção norte do bairro da Liberdade apresenta a oferta de comércio e serviços que incorpora novas atividades nas décadas de 1930, 1940 e 1950, até que, na metade da década de 1960, apresenta um quadro muito rico de atividades. Essa área passa por um processo de estruturação em que vai agregando novas atividades, características de centro. É neste trecho que os

japoneses concentram suas atividades na década de 1910, ampliam e diversificam seus ramos de atuação, visto que nas décadas de 1920 e 1930 já podem ser notados serviços como hotéis e cinemas.

Antes de partir para a caracterização das atividades econômicas no bairro na primeira década do século XX, é necessário explicar como os dados foram agrupados. Os registros presentes nas publicações estão divididos por ramos de atividades, como por exemplo: ‘fábricas de artigos para uso doméstico’, ‘galvanização’, ‘instrumentos musicais de sopro’, ‘confeção de roupas brancas’, ‘hábitos e uniformes’, ‘chapéus para senhoras’, ‘secos e molhados, nacionais e estrangeiros’ etc. Para que se pudesse fazer uma análise mais fiel, as atividades foram agrupadas pela natureza, como: roupas e acessórios (em que estão incluídas a fabricação de roupas, consertos, meias, acessórios para vestuário – chapéus etc), alimentação (botequins, bares, confeitarias, padarias, fabricação de doces e conservas, balas, massas etc), madeira (fabricação e conserto de móveis, móveis para escritório, carpintarias, serrarias, artigos de madeira etc), metal (serralherias, artigos de metal, móveis de metal etc), fábricas e artigos de uso doméstico (máquinas de costura, fogões, refrigeradores, televisores, abajures e refletores, telefones, consertos de artigos domésticos, etc), fábricas de artigos diversos (máquinas para indústrias, artigos diversos, garrafas, vidros, embalagens de papel e papelão, bandeiras, cruzes e crucifixos, brinquedos, quinquilharias, consertos de motores, instrumentos musicais, tintas e esmaltes, materiais de pintura, brinquedos, artigos de caça e pesca etc), calçados (fabricação e loja, consertos de calçados), construção (materiais para construção, artefatos de cimento, material elétrico etc), gráfica e impressão (materiais para indústria gráfica, papéis para impressão, edição e impressão etc), serviços especiais (associações beneficentes, empresas de colonização, cinemas, escritórios, estabelecimentos de educação, bancos, imobiliárias, agências de viagens e de passagens, hotéis, importadoras), profissionais liberais (médicos, dentistas, advogados etc) dentre outras (conserto de autos, conserto de relógios, produtos químicos, motocicletas, bicicletas, lapidação de pedras preciosas, colchões e travesseiros, lotéricas, charutarias, tapeçarias, placas e letreiros etc).

A porção norte do bairro concentra as ruas da Tabatinguera, Conde de Sarzedas, dos Estudantes, Santa Luzia, São Paulo e os trechos norte das ruas da Glória, Galvão Bueno, Conselheiro Furtado e av. da Liberdade. Esse trecho, que se confunde com a Sé, encontrava-se urbanizado na primeira década do século XX, e foi aí que se instalaram as primeiras atividades econômicas dos grupos que habitavam a Liberdade nesse momento

– italianos, portugueses e descendentes dos imigrantes, e os japoneses (estes, a partir do final da primeira década). Abaixo, a localização dessas vias.

Figura 43: Localização das vias onde se instalaram as primeiras atividades no bairro da Liberdade
Base: São Paulo - Projeção hiperbolóide com rede kilométrica. Editora Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1952.

Disponível on line in http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1952.jpg

Adaptado pelo autor

Na década de 1910, os japoneses estão concentrados na região da rua Conde de Sarzedas, demonstrado no capítulo II. Nesse período era possível encontrar bazares, pensões e mercearias de japoneses. Em 1914 houve a abertura da Pensão Ueji na rua Bonita (depois Tomás de Lima e atual Mituto Mizumoto no nº 111) e da Merceria

Seki. Também podiam ser notadas uma pensão na rua dos Estudantes e uma outra na rua São Paulo (HANDA, *op. cit.*). No Guia e cadastro comercial da cidade de São Paulo para o ano de 1911 há um registro de atividade de japoneses na categoria ‘Bazar de Artigos Japoneses’ que corresponde à Comercial Fujisaki (importadora e exportadora), que naquele momento estava localizada na rua São Bento, no coração do centro.

Além desses estabelecimentos, algumas instituições japonesas haviam sido fundadas no bairro, como: uma filial da empresa de colonização Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha - KKKK, e a escola primária Taisho, na rua Conde de Sarzedas. Havia sido aberto o Consulado Geral do Japão, e os jornais japoneses Nambei e Nippaku Shimbun começaram a circular (ACAL, 1996). Essas instituições contribuíram para a concentração de outras atividades.

Trata-se de um grupo de japoneses ainda pequeno: em 1920 totalizam 300 na rua Conde de Sarzedas. Os nikkeis concentram-se próximos da Sé para usufruir do comércio e serviços oferecidos. Suas atividades econômicas multiplicam-se nas próximas décadas, quando a presença japonesa no bairro aumenta.

Os demais negócios no bairro, dentre as indústrias com fundação mais antiga, ativas na década de 1910, são: uma instaladora de luz, força e gás, desde 1835; uma fábrica de massas alimentícias, desde 1889; uma fábrica de chapéus, fundada em 1894; e uma gráfica, desde 1896. No século XX, eram encontradas uma fábrica de instrumentos musicais, estúdios fotográficos, pastelarias, panificadoras e confeitarias⁶³.

Os outros negócios no bairro da Liberdade são, sobretudo, de italianos e portugueses. Esses foram os primeiros grupos de imigrantes a residirem na Liberdade e a iniciarem as primeiras atividades, como pode ser notado com as informações encontradas no Guia e Cadastro Comercial da cidade de São Paulo para o ano de 1911. Os nomes que aparecem são: Geraldo Nastri, Aldo Ghio, Manuel Pedro, Joaquim Dias, Manuel Freitas, Tucci & Scotti, Bassi dentre outros.

Os europeus, novamente italianos e portugueses, também aparecem como proprietários de imóveis. Entre as figuras que se destacam estão: Custódio da Costa Nascimento, Joaquim Abreu Lima, Joaquim Octávio Nebias, João Manoel Nascimento, Francisco Tobias Oliveira, Francisco Oliveira Campos, Giuseppe Tangari, João Pinto

⁶³ Informações retiradas do Catálogo das Indústrias do Município da Capital de 1947. Os estabelecimentos apontados por esta publicação estavam ativos no ano de 1947.

Almeida, Manoel Correa Dias, Possidônio Ignácio Neves, Casemiro Souza Guimarães, Aldo Ghio etc⁶⁴.

As atividades mais comuns no bairro, de imigrantes italianos, portugueses e brasileiros, estão nos ramos de alimentação, principalmente, armazéns de secos e molhados, bares e botequins. Em menor escala encontram-se atividades que envolvem roupas e acessórios, farmácias, lotéricas, relojoarias, profissionais liberais etc – serviços e produtos similares aos encontrados no centro - e também algumas oficinas, serralherias, fábricas de doces e no setor da construção. Essas atividades estão concentradas nas ruas da Glória, Galvão Bueno, Liberdade, Rodrigo Silva, Conde de Sarzedas e Tabatinguera nos seus trechos iniciais, próximos ao centro. A figura⁶⁵ abaixo revela a concentração dessas atividades:

⁶⁴ Pesquisa realizada no Arquivo Aguirra do Museu Paulista da USP no Índice do Cartório do Terceiro Tabellião – Livro dos Outorgados (1884-1893) e Livro dos Outorgantes (1884-1893), e nas fichas cadastrais por rua, transações de 1827-1940.

⁶⁵ As figuras apresentadas nesse capítulo que mostram as atividades desenvolvidas por japoneses e não-japoneses revelam uma localização aproximada, o que foi possível graças às listas telefônicas que trazem a numeração e altura dos endereços, e ainda informações como os cruzamentos de ruas, facilitando assim o mapeamento das atividades.

Figura 44: Atividades econômicas de imigrantes italianos, portugueses e brasileiros no bairro da Liberdade na década de 1910.

Base: Planta da Cidade de São Paulo, 1916 – Divisão Cadastral da Directoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Fonte: Guia e Cadastro Comercial da cidade de São Paulo para o ano de 1911 e Catálogo das Indústrias do município da capital de 1947.

O que caracteriza o período da primeira década do século XX é a concentração dos estabelecimentos de comércio e serviços no bairro da Liberdade nas ruas próximas à

Sé. Embora se verifiquem profissionais liberais, rolojoarias, barbearias e bens como calçados, roupas e acessórios, o ramo em destaque é o de alimentação. Desse quadro, depreende-se que a estreita ligação do centro com a porção norte do bairro contribui para essa concentração, o que levou Müller (1958) a classificar essa área como pertencente ao centro. Essa concentração segue até a metade da década de 1960, a nossa última fonte de dados, porém apresenta uma dinâmica na diversificação das atividades. Da década de 1910 até 1965, além das atividades como a venda de roupas, calçados, alimentos e barbearias, são instalados bancos, cinemas, fábricas de artigos diversos, gráficas, o que evidencia a transformação pela qual essa área passa.

Por volta de 1870, a área em que está o ditrito da Liberdade passa pelo parcelamento das chácaras que o originaram e pelas primeiras atividades imobiliárias com a venda de terrenos. Em 1920 essa condição muda com a emergência de uma área com traços de centro urbano, principalmente se considerar as ruas na porção norte do bairro, que estão mais próximas da Sé.

Décadas de 1920 e 1930: pulverização e diversificação das atividades econômicas

A diversificação das atividades econômicas próximas da Sé

A década de 1930 é emblemática para a cidade de São Paulo devido ao grande crescimento industrial verificado. Neste período ocorre a canalização das rendas oriundas das fazendas de café para a industrialização, que após 1929 ganhou importância ainda maior. O país estimulava a diversificação dos investimentos e a indústria nacional estava em alta na ótica getulista. Na cidade de São Paulo, os investimentos nos setores energéticos e de transporte ajudaram a propagar o crescimento, como por exemplo o desenvolvimento do Plano de Avenidas e o projeto de abertura da Avenida 23 de Maio, que trouxe desenvolvimento para a área da Liberdade entre as avenidas da Liberdade e Brigadeiro Luís Antônio. Somado a isso, novos imigrantes chegavam, agora para atuarem nas indústrias, e muitos dos que estavam no interior estavam se dirigindo para a capital em busca de emprego e, mais tarde, abrir seu próprio negócio.

Segundo Diegoli (*op. cit.*: 24), em 1928, no distrito da Liberdade, eram encontradas fábricas e oficinas de pequeno e médio porte nos seguintes ramos: artefatos de couro, ferro, bronze e latão; balas, bombons e chocolates; caixas de papelão; calçados; carpintarias; chapéus; cigarros; cordas, cordões, barbantes e fitilhos; espelhos;

ferragens; móveis de madeira; produtos químicos e farmacêuticos; tecidos de malha; tijolos, telhas e ladrilhos; tintas e vernizes; e por fim, tipografias e litografias, o que mostra uma situação bastante diversificada. Percebe-se uma diversificação das atividades no distrito, dado o caráter de área central - conhecida por reunir diferentes comércio, serviços e atividades produtivas. Nas décadas após 1920, o distrito passa a englobar ainda outros ramos de atividades.

A partir da análise dos catálogos e cadastros pesquisados, revela-se a continuidade da concentração de atividades nas vias próximas à Sé (ruas Conde de Sarzedas, Liberdade, São Paulo, Tabatinguera, Barão de Iguape e Glória) que realizam a ligação com o centro. As atividades mais comuns ao redor do centro, que multiplicam-se nesse período são: roupas e acessórios, farmácias, fábricas e consertos de calçados, bares, botequins e secos e molhados.

Junto à multiplicação dessas atividades, o trecho próximo à Sé passa a contar com novos ramos que diversificam o leque dos bens oferecidos, como: fábricas e oficinas de objetos de uso doméstico, fábricas de artigos diversos, serralherias, móveis de madeira, móveis de metal, construção e oficinas gráficas e material para impressão. É importante citar as atividades reunidas no grupo 'outros', que concentra oficinas, relojarias, consertos de autos, recauchutagem, produtos de beleza, tapeçaria etc.

Destacam-se a presença de dois ramos de atividades nesse momento, que ganham maiores proporções no próximo período, após 1940: aquelas relacionadas à madeira (conserto, fabricação e venda de móveis e artigos de madeira em geral) e as atividades de gráfica e material para impressão, que também aparecem em outras áreas do bairro.

Pelos nomes dos proprietários das atividades ou dos estabelecimentos é possível deduzir quem eram, se imigrantes, descendentes ou brasileiros. No Catálogo das Indústrias do município da capital de 1947 encontram-se: Fernando Lancellotti, Domingos Bernini, Collini e Catena & Cia Ltda., Cardoso & Simonini, Francisco Valentini, Guttemberg Feijó, Werner Ostermann, José Sahd, Francisco Ranieri, Teodoro Ditomasso, Vincenzo Bicchichi, Ernesto Frioli, Irmãos Spizzirri, Olga Matuk, João Gianinni, José Xavier Junior, Nicola Perfetto, Saad & Cia, N. Bevilacqua & Filho, Rubens Graziani, Bruno Nacciolini, Fiovaranti Lepore, Antonio Coppola, Francisco di Loro, Mário Boschi dentre outros. Podem ser notados nomes italianos e portugueses, e, em menor escala, de outras procedências, o que revela a convivência de outros grupos na Liberdade.

Dentre os proprietários imobiliários nas ruas próximas à Sé, com mais de três transações imobiliárias, destacam-se portugueses, italianos e descendentes: Alberto Luiz Rodrigues Ferreira, Eduardo Grigoletti, João Baptista Lucats, Manoel Joaquim Silva Pinto, Maria Loreto Silvio e Terzo Franciscone⁶⁶.

São dois processos observados nessa área: a multiplicação das atividades que já existiam e a instalação de novos ramos, o que proporciona a essa área um caráter especial de centro urbano.

A pulverização das atividades pelo bairro e a evidência dos eixos viários Liberdade-Vergueiro e Glória-Lavapés

Ao mesmo tempo em que as atividades se concentram e se diversificam nos trechos de ruas próximos à Sé nas décadas de 1920 e 1930, há uma pulverização das demais atividades comerciais pelo bairro, com destaque para os eixos viários Liberdade-Vergueiro e Glória-Lavapés, os antigos Caminho do Carro e Caminho do Mar, que no passado serviram de rota para fazer chegar os produtos até o centro da cidade.

Apesar de algumas diferenças entre si, esses eixos apresentam uma diversidade no comércio e serviços oferecidos menor do que a diversidade encontrada nas proximidades da Sé. No eixo Liberdade-Vergueiro são encontradas mais atividades de confecções, gráfica e impressão, madeira e outros (que inclui rolojoarias, conserto de autos, bicicletarias, farmácias etc), enquanto que no eixo Glória-Lavapés a diversidade de atividades é ainda maior e são encontradas confecções, fábricas de artigos de uso doméstico, fábricas de artigos diversos, atividades com metal, alimentação, madeira, construção e outros (rolojoarias, conserto de autos, bicicletarias, farmácias etc).

Nas outras áreas do bairro, distantes do centro, aparecem atividades pulverizadas, sem denotar especialização. São encontrados serviços de serralha, conserto de autos, oficina de roupas e de artigos para uso doméstico, alimentação e calçados; também há estúdios de fotografia e lotéricas.

Devem ser destacadas as atividades de construção, calçados, gráfica e impressão (oficinas gráficas, maquinário, impressão e edição de livros, jornais e revistas) e de madeira (artigos de madeira, móveis, serralhas); o setor de metal, que representa as atividades ligadas à metalurgia, galvanoplastia, manipulação e fundição de metais em geral, também começa a se desenvolver no bairro. Os ramos de gráfica e impressão e

⁶⁶ Informações retiradas do Arquivo Aguirra, do Museu Paulista-USP, do Índice do Cartório do Terceiro Tabelião – Livro dos Outorgados (1884-1893) e Livro dos Outorgantes (1884-1893), e nas fichas cadastrais por rua, transações de 1827-1940

madeira, que estão presentes nas proximidades com a Sé, se desenvolvem muito até a metade da década de 1960, sendo encontrados em várias vias do bairro, inclusive com o envolvimento dos japoneses.

Como proprietários de imóveis nas outras áreas do bairro da Liberdade destacam-se os italianos e portugueses⁶⁷. Os nomes comuns nos registros, são: Caetano Roggero, Durvalina Scuvero, Alcides Toledo, Alberto Luiz Rodrigues Ferreira, Florindo Beneducci, Elias Bianchine, Gonçalo Santos Coimbra, João Baptista Leme, Gino Filippini, Manoel Joaquim Silva, Terzo Franciscone, Custódio Ribeiro, Mariano Neves, Rozario Orico e Inácio Mendonça Uchoa⁶⁸.

Antes de apresentar o mapeamento das atividades no bairro da Liberdade no período que compreende às décadas de 1920 e 1930, é necessário um esclarecimento sobre as fontes. Para a década de 1910 havia duas fontes de dados, o Guia e Cadastro Comercial da cidade de São Paulo para o ano de 1911 e o Catálogo das Indústrias do município da capital de 1947. Nesse sentido conseguiu-se para a primeira década do século XX uma representação mais completa dos serviços e atividades econômicas presentes no bairro, na medida em que utilizamos duas fontes distintas. Para o período das décadas de 1920 e 1930, a fonte consultada foi o Catálogo das Indústrias do município da capital de 1947, que mostra as atividades de produção iniciadas a cada ano ainda ativas em 1947. Esse lembrete se faz necessário, pois, ao se analisar e comparar as figuras das atividades econômicas na década de 1910 e deste período (1920-1930), poderia ficar a impressão de que houve um esvaziamento nas atividades, o que não ocorreu. Tanto as deduções por meio dos dados conseguidos nos permitem fazer essa afirmação, quanto elementos encontrados na bibliografia. De acordo com Diegoli (1987:24), era grande a diversidade de atividades no bairro nesse período.

Abaixo, o mapa que retrata as atividades econômicas nas décadas de 1920 e 1930, a multiplicação e a instalação de novas atividades próximas à Sé, a concentração nos eixos viários que compunham os traçados do Caminho do Mar (Glória e Lavapés) e do Caminho do Carro (Liberdade e Vergueiro), e as atividades pulverizadas pelo bairro.

⁶⁷ Os japoneses aparecem nas transações imobiliárias no bairro da Liberdade a partir da década de 1950.

⁶⁸ Informações retiradas do Arquivo Aguirra, do Museu Paulista-USP, do Índice do Cartório do Terceiro Tabelião – Livro dos Outorgados (1884-1893) e Livro dos Outorgantes (1884-1893), e nas fichas cadastrais por rua, transações de 1827-1940

Figura 45: Atividades econômicas de não-japoneses no bairro da Liberdade nas décadas de 1920 e 1930. Base: Mapa Topográfico do Município de São Paulo executado pela empresa Sara Brasil, 1930. Fonte: Catálogo das Indústrias do município da capital de 1947.

O período das décadas de 1920 e 1930 revela a ocupação de vias no interior do distrito, como os eixos Liberdade-Vergueiro e Glória-Lavapés, e a multiplicação e a diversificação de atividades no entorno da Sé. Nas ruas ao sul, que fazem a ligação com outros bairros da cidade, há o início de muitas atividades como oficinas de autos, calçados, roupas, fábricas e oficinas de artigos de uso doméstico.

A concentração dos japoneses nas proximidades da Sé

Entre 1920 e 1930 há uma maior presença de atividades dos japoneses no distrito da Sé. Aí estavam localizadas as sedes das companhias de imigração e colonização, que desempenharam papel importantíssimo no traslado dos imigrantes, e nesse momento possuem um papel de desenvolvimento da colônia, em que realizavam venda de terras e outras oportunidades. O destaque fica para a *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha*, companhia de colonização japonesa das mais tradicionais. Não por acaso, nessa área, existiam escritórios das companhias relacionadas exclusivamente à venda de terras (como a Cia. de Terra Norte do Paraná), que além de realizar negócios com os japoneses (deduzido dos anúncios nos jornais nipônicos), devia focar outros grupos de estrangeiros. Os registros no quadro das atividades voltadas para os japoneses na Sé mostram uma oficina de armas – T. Watanabe e a Comercial Fujisaki. Há três estabelecimentos japoneses cujas atividades não puderam ser identificadas nos anúncios. Por fim, há a Casa Tokio, que se localizava na rua Barão de Itapetininga nº 20, na República, área para onde o centro se expandiu, também próxima da Sé.

Quadro 17: Atividades econômicas dos japoneses nas décadas de 1920 e 1930 na Sé

Endereço	Nº	Distrito	Nome estabelecimento	Descrição
R. Felipe D' Oliveira	3015	Sé	Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha	Empresa de colonização
R. 3 de Dezembro	48	Sé	Cia. de Terra Norte do Paraná	Venda de terras
R. João Briccola	18	Sé	Brasão Olympico	~~
R. Annita Garibaldi	217	Sé	Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda	Empresa de colonização
R. 11 de Agosto	51	Sé	Yozo Ito	~~
Tr. do Quartel	1 - 3 andar	Sé	Edifício	~~
Tr. do Comercio	2	Sé	Empresa California de Colonização	Empresa de colonização
R. Paula Souza	46-B	Sé	Ohara Irmão & Cia	~~
R. do Theatro	18	Sé	T. Watanabe	Oficina de Armas
~~	344	Sé	Fujisaki & Co.	Importadora e exportadora

Fonte: Jornal Semanário de São Paulo, Jornal Notícias de São Paulo, Jornal Nippon Shimbun, Anuário Comemorativo do 25º Aniversário da Imigração Japonesa ao Brasil.

É emblemática a presença de empresas de colonização e de venda de terras nos jornais dos japoneses na Sé, centro de São Paulo. Isso mostra que essas companhias encontravam-se ativas e atuantes, e buscavam o grupo dos japoneses para realizar transações.

No bairro da Liberdade, nas décadas de 1920 e 1930 as atividades dos japoneses continuam concentradas na rua Conde de Sarzedas, ao mesmo tempo em que estão se diversificando com a instalação de novos ramos de atividades.

A imigração dos nikkeis manteve-se forte até os anos 30. Além do perfil dos imigrantes ter se modificado, pois era exigida maior qualificação, estes não mais imigravam para as fazendas, mas sim com uma intenção de terem seus próprios negócios no Brasil (SAKURAI, 1998). Muitos dos que haviam se fixado nas fazendas nesse período já haviam conseguido tornarem-se autônomos, e grande parte havia se dirigido para a cidade de São Paulo buscando melhores condições de vida.

Os japoneses haviam dado início à constituição de uma rede de auxílio que os ajudava a se inserir e articular na sociedade paulistana. Nessa rede podemos encontrar novas instituições e associações, como uma Igreja Japonesa, na rua Conde de Sarzedas nº 23, a Missão Japonesa do Brasil, na rua Galvão Bueno nº 35, o Mikado Sport Club, a Zaihaku Nipponjin Dôjinkai (Associação de Benevolência Universal dos Japoneses Radicados no Brasil), o internato Seishu Gijuku, a Burajiru Takushoku Kumiai (Cooperativa de Colonização do Brasil), e a Associação Goseikai, na rua Conselheiro Furtado. Também havia um albergue para atender os japoneses na alameda Galvão Bueno, e alguns impressos japoneses em circulação, como o jornal Nippon Shimbun e a revista Nôgyo no Tomo (ACAL, 1996).

Além das associações, que deram suporte à população nikkei, mais atividades comerciais foram iniciadas nesse período. Somadas às pensões que já funcionavam na década anterior, está uma importadora de artigos japoneses - K. Nakaya, na rua Conde de Sarzedas, 69.

O Jornal Semanário de São Paulo (nas edições de 1923, 1924 e 1928) traz outros anúncios de atividades nos números 9, 13 e 41 na rua Conde de Sarzedas, em que não foi possível identificar qual o ramo de atuação; na mesma via ainda estavam localizadas a pensão Ueji, o Hotel Tokiwa, o Hotel Ryokan, o restaurante Aoyagui (início em 1934), as clínicas dentárias Murakami e Yamato Kinjô, a Casa Kunii, a Casa Endo, a loja de armas Watanabe, a Casa Hase e a loja Tsunehachirô Endô (NEGAWA, 2007;

ACAL, 1996). Já o Catálogo das Indústrias do município da capital de 1947 mostra um estabelecimento no ramo de móveis de Shika Nakamura, na rua Glicério, 776.

Esse quadro revela a concentração dos japoneses ainda na rua Conde de Sarzedas. A presença japonesa, embora reduzida, estava crescendo e a comunidade se consolidando, como pode ser notado com os serviços, associações e instituições de auxílio funcionando. Handa (*op. cit.*) diz que o número de japoneses residindo nessa rua na década de 1930 havia aumentado para 600.

Em pouco menos de vinte anos, desde que os primeiros japoneses se estabeleceram na capital, atividades variadas passaram a ser apresentadas, como loja de armas, hotéis e restaurantes. O aparecimento de profissionais liberais, como dentistas e médicos, corrobora o desenvolvimento da colônia e a diversificação das atividades dos nikkeis. A manutenção da concentração na rua Conde de Sarzedas mostra que esta ainda era uma localização privilegiada para os nipônicos.

O Indicador Profissional e Comercial de 1931-1933 revela 69 profissões dos japoneses que moravam no bairro da Liberdade nesse período, dentre ocupações como empregados ou como autônomos. Essa fonte ainda traz o endereço de moradia dos nikkeis. O quadro de profissões dos japoneses residentes na Liberdade era: 1 agricultor, 6 alfaiatarias, 1 loja de armamento e munições, 1 atacadista, 8 barbeiros, 3 bazares, 1 calígrafo, 22 carpinteiros, 21 comerciantes, 93 comércios, 1 comissário, 6 confeitarias, 1 confeitoiro, 2 construtores, 2 copeiras, 4 copeiros, 4 cozinheiros, 3 dentistas, 1 desenhista, 1 diretor de colégio, 1 diretor de liga amiga, 1 doméstico, 7 donos de pensões, 2 empregados de consulado, 1 empregado da KKKK, 1 empregado, 2 engenheiros, 1 entalhador, 1 fabricante de brinquedo, 1 fabricante de doce, 1 fabricante de malas, 3 fabricantes de móveis, 3 farmacêuticos, 1 fabricante de tofu, 4 fotógrafos, 1 guarda livro, 6 jornalistas, 1 jardineiro, 1 importador, 13 marceneiros, 2 leiterias, 1 livraria, 1 maternidade, 1 mecânica, 1 material elétrico, 1 médico, 24 motoristas, 6 pintores, 3 pedreiros, 1 operário, 2 músicos, 4 pasteleiros, 4 professores, 1 protético, 1 quitanda, 1 relojoeiro, 1 redator, 1 rádio, 5 restaurantes, 1 repórter, 1 sapateiro, 1 sitiante, 8 secretários de consulado, 1 secretário de liga amiga, 3 secretários da KKKK, 4 tipógrafos, 1 vice-consul e 6 tinturarias⁶⁹.

⁶⁹ Essa publicação traz os endereços tanto dos japoneses que eram empregados assalariados como dos japoneses proprietários de negócios. Em alguns momentos essa distinção, se é empregado ou se é proprietário, fica difícil. Essas atividades não entraram na composição do mapa de atividades dos japoneses para este período pois os endereços trazidos dizem respeito ao local de moradia dos japoneses e não dos seus respectivos negócios.

Os dados do Indicador Profissional e Comercial deixam claro o envolvimento dos japoneses com as atividades de móveis e madeira e o destaque no comércio, ao mesmo tempo em que revelam um grande número de profissões, mostrando a diversidade nas ocupações desempenhadas pelos imigrantes japoneses.

Além da Conde de Sarzedas, nas décadas de 1920 e 1930 os nikkeis já ocupavam outras ruas nas proximidades da Sé, como: Conde do Pinhal, Conselheiro Furtado, Estudantes, Fagundes e Irmã Simpliciana. Nessas vias existiam atividades como confeitaria e casa de correção de câmbios e títulos. Em escala menor, podem ser notadas algumas atividades de nikkeis nas outras áreas do distrito. Abaixo, o mapa mostra as atividades dos japoneses nas décadas de 1920 e 1930 e revela a maior concentração na rua Conde de Sarzedas e nas vias próximas da Sé.

Figura 46: Atividades dos japoneses no bairro da Liberdade nas décadas de 1920 - 1930

Base: Mapa Topográfico do Município de São Paulo executado pela empresa Sara Brasil, 1930.

Fontes: Jornal Notícias de São Paulo, Jornal Nippon Shimbun, Anuário Comemorativo do 25º Aniversário da Imigração Japonesa ao Brasil, Catálogo das Indústrias do município da capital de 1947, Negawa (2007) e Acal (1996).

Quadro 18: Atividades dos japoneses nas décadas de 1920 e 1930 no bairro da Liberdade

Endereço	Nº	Nome estabelecimento	Descrição
R. Barão de Iguape	928	Sugai & Irmãos	Confeitaria
R. Condessa de S. Joaquim	26	Y. Kinjo	Cirurgião Dentista
R. Conde de Sarzedas	17	Dr. Jose Takesita	Médico
R. Conde de Sarzedas	61	Kenji Akaboshi	Instalação de luz, força, gás, telefone
R. Conde de Sarzedas	~~	Casa Endo	~~
R. Conde de Sarzedas	~~	Clínica Dentária Murakami	Dentista
R. Conde de Sarzedas	~~	Casa Hase	~~
R. Conde de Sarzedas	~~	Watanabe	Loja de Armas
R. Conde de Sarzedas	~~	Clínica Dentária Yamato Kinjo	Dentista
R. Conde de Sarzedas	~~	Loja Tsunehachirō Endō	
R. Conde de Sarzedas	~~	Pensão Ueji	Pensão
R. Conde de Sarzedas	~~	Hotel Ryokan	Hotel
R. Conde de Sarzedas	~~	Hotel Tokiwa	
R. Conde de Sarzedas	~~	Restaurante Aoyagui	
R. Conde de Sarzedas	69	K. Nakaya	Importadora, exportadora
R. Conde do Pinhal	9	Nipakku Cinema Sha	Cinema
R. Conde do Pinhal	170-176	~~	~~
R. Conselheiro Furtado	1-A	~~	~~
R. Conselheiro Furtado	93	~~	~~
R. Conselheiro Furtado	81	G. Watanabe	~~
R. Conselheiro Furtado	5	Confeitaria Nishinaka	Confeitaria
R. Estudantes	6	Okubo, Sakagami & Cia	Corretores de câmbio e títulos
R. Estudantes	511	Keiti Murakami	Conservas, condimentos e doces
R. Fagundes	18	Centro Japonês de Agricultura	Atividades de agricultura
R. Glicério	762	Torazo Nagata	Indústria de embalagem
R. Glicério	766	Shika Nakamura	Móveis
R. Irmã Simpliciana	30	S. Hase	~~
R. Irmã Simpliciana	28	Casa Kuniy	~~
R. Irmã Simpliciana	48	~~	Relojoeiro
R. Tamandaré	1023	Masaetsu Hagihara	Artigos de caça e pesca
R. Tomaz de Lima	374	Massanori Hiraguchi	Confecção de Roupas

Fonte: Jornal Notícias de São Paulo, Jornal Nippon Shimbun, Anuário Comemorativo do 25º Aniversário da Imigração Japonesa ao Brasil, Catálogo das Indústrias do município da capital de 1947, Negawa (2007) e Acal (1996).

As atividades imobiliárias dos japoneses fora do bairro da Liberdade entre 1920 e 1930

As negociações imobiliárias realizadas por japoneses, de acordo com os registros encontrados no Arquivo do Indicador Pessoal A-Z do Cartório do Primeiro Oficial de São Paulo, no período que compreende às décadas de 1920 e 1930, revelam que esse grupo está negociando imóveis em bairros como Pinheiros, Bela Vista, Cambuci, Vila Mariana, Ipiranga e Santo Amaro. As negociações são majoritariamente a compra de

terrenos de europeus. Destacamos a compra de terrenos pela Dojiwski Sociedade Japonesa de Beneficência, de Alfredo Antônio Mariano Fagundes no bairro de Vila Mariana, e a compra de três terrenos em Pinheiros por Keitalo Moriya. A família Mariano Fagundes, como visto no capítulo I, foi grande detentora de terras no bairro da Liberdade. Além da compra de terrenos, aparecem algumas transações com compras de prédios e transmissão de casa.

No bairro da Liberdade, os japoneses aparecem nas transações imobiliárias com a compra de terrenos, edifícios e lojas somente a partir da década de 1950, situação que mostra o desenvolvimento desse grupo, sobretudo por se tratar de uma área central em que a disputa pela localização é alta. Nas décadas de 1920 e 1930, as negociações ainda são majoritariamente com terrenos.

De 1940 até 1965 – especialização e expansão das atividades para o sul

A instalação de novas atividades nas proximidades da Sé

Na cidade de São Paulo avança o processo de metropolização e grandes obras são projetadas, como a abertura de avenidas na área central; no bairro da Liberdade há os projetos da Radial Leste-Oeste e da avenida 23 de Maio. Nesse período, haviam se instalado na Liberdade uma infinidade de indústrias, fábricas, comércio e serviços. Segundo Müller (1958) a região viu sua paisagem modificada pelo processo de verticalização ocorrido no centro, que repercute nos bairros centrais com o aumento da densidade populacional.

Entender o processo de verticalização do centro é compreender que a disputa pela localização aumentou, inclusive com o crescimento da população no distrito da Liberdade nesse período, que tem 43.795 habitantes em 1940 e, em 1960, 55.951 habitantes. O crescimento da população no distrito implica no aumento da demanda por comércio e serviços. Nesse momento novos ramos se instalam no distrito e revelam-se a continuidade da concentração e diversificação das atividades nas proximidades da Sé, e a expansão para as ruas do interior do distrito, ao sul.

Nas proximidades do centro, além do adensamento das atividades como roupas e acessórios, calçados, alimentação, relojoarias, construção e farmácias, ramos que estão presentes desde a primeira década do século XX, novas atividades se instalam como bancos, lotéricas, hotéis, fábricas de artigos diversos, fábricas de artigos de uso doméstico, o que reforça a diversidade do comércio e serviços oferecidos.

Na praça da Liberdade, a inauguração da primeira agência bancária do bairro - Banco Bradesco - em 1957, mostra a concentração de mais atividades típicas de centro nas ruas próximas da Sé.⁷⁰

Atividades como confecções e acessórios, calçados, alimentação, gráfica, relojoaria, bicicletaria e farmácia são as mais comuns nessa área. As atividades de gráfica aparecem no distrito a partir da década de 1920, crescem nos anos 1930 e continuam crescendo até os dados de 1965, ocorrendo o mesmo com as atividades com madeira.

O que destaca essa área do restante do distrito não é a sua diversidade, mas sim a presença de alguns serviços que, no período estudado, estão restritos na localidade. Tratam-se de bancos, agências de viagens, cinemas, importadoras, imobiliárias, estabelecimentos de educação e clubes esportivos. Essas atividades não são encontradas nas demais áreas do distrito. Pode-se dizer que essa peculiaridade se deve à ligação com o centro de São Paulo, que dá um caráter especial a essa localização que vem se construindo desde a década de 1910.

Neste período, é possível afirmar que há mais negócios de brasileiros e descendentes dos imigrantes que se instalaram na Liberdade no final do século XIX e início do século XX. Dentre os nomes dos proprietários e das atividades, encontramos: Luciano Levoti, Paulo Abrantes, Lopez & Filho, Coelho & Rodrigues, Paulo Queirós, Davi Lazzari, Alfredo Corla, Danilo Clementi, Nicola Marino, Paulo P. Natucci, Pedro Hack & Cia Ltda, Gaetani & Grossi, Alves & Battiston, Frederico G. Menke, Ribeiro & Santos, Silva Irmão & Cia, Luís Calabrês, José Cirillo, Rodolfo Colombo, Emílio Conde, Abraham Pomerans, Antônio Cecílio Aun, Paulo Barbieri, Joyna Krygier, Silvio José Nunes de Almeida etc.

Diversidade no eixo Liberdade-Vergueiro, especialização no eixo Glória-Lavapés e expansão das atividades econômicas para a porção sul do bairro

A concentração de atividades nos eixos viários Liberdade-Vergueiro e Glória-Lavapés tem início no período que compreende às décadas de 1930 e 1940. Essas tradicionais vias de fluxo tornam-se importantes para a dinâmica da Liberdade, observado pela diversidade das atividades presentes, assim como pela multiplicação do comércio e serviço aí localizados.

⁷⁰ Essa informação foi retirada do trabalho de Negawa (2000), e de pesquisa na internet em site que reúne informações sobre casas bancárias. Ver <http://bancos.toape.com.br/agencias/sp/sao-paulo/> consulta em 10/01/2013

O eixo viário Liberdade-Vergueiro parte do centro de São Paulo, passa pela extensão norte-sul de todo o distrito da Liberdade e leva até os bairros que iniciam a Zona Sul, como Paraíso e Vila Clementino. Nas décadas passadas já concentrava atividades como confecção, gráfica, madeira, relojarias, bicicletarias, e farmácias. Nesse período ocorre a multiplicação dessas atividades e o surgimento de novos ramos como metal, calçados e construção. Esse eixo apresenta uma diversidade de atividades. Na avenida da Liberdade estão reunidas mais atividades de confecções e metal e, ao longo da rua Vergueiro, encontramos mais atividades de gráfica, fábricas de artigos diversos e madeira.

Por sua vez, o eixo Glória-Lavapés, que parte do centro, atravessa o meio do distrito e segue para o leste, no sentido do bairro do Cambuci, concentrava em 1920 e 1930 uma gama variada de atividades, que reunia confecções, fábricas de artigos diversos, fábricas de artigos de uso doméstico, metal, alimentação, madeira, construção, relojarias, farmácias, conserto de autos e bicicletarias. No período das décadas de 1940 e 1960 esse eixo passou a concentrar também as atividades de calçados e gráfica. Na década de 1960, a partir da Praça Almeida Junior no sentido do Cambuci, esse eixo apresenta especialização com as atividades de madeira (fabricação e conserto de móveis e artigos de madeira em geral), e metal (fabricação e conserto de móveis e artigos de metal em geral), que apresentaram crescimento em outras áreas do bairro.

Nas outras áreas, o movimento que ocorre é o de expansão das atividades sobretudo para a porção sul, mas também à leste, no Glicério, e ao oeste da avenida da Liberdade. As atividades nos ramos de gráfica, madeira e metal ganham vulto, e as demais atividades que destacam-se no bairro são: roupas, fábricas de artigos diversos, farmácias, relojarias, conserto de autos e bicicletarias.

Para o sul, nas proximidades do bairro da Aclimação, há muitas atividades pulverizadas nas ruas Pires da Mota, São Joaquim e Bueno de Andrade. As ruas Galvão Bueno e Conselheiro Furtado têm os seus trechos sul mais ocupadas, e a rua Tamandaré, prolongamento da rua Glicério, apresenta uma pequena concentração de relojarias, bicicletarias, farmácias e lotéricas. As atividades encontradas na porção sul são calçados, alimentação, confecções, construção, metal, relojarias, conserto de autos, bicicletarias e farmácias. Essa área está mais afastada do centro e as atividades aí localizadas devem atender à população que mora nas proximidades.

Há um movimento perceptível de instalação de atividades em novas áreas que estavam se urbanizando e adensando como na rua Glicério – à leste – em que se

verificam relojoarias, lotéricas, bicicletarias, conserto de autos e farmácias. No lado oeste, sobretudo nas ruas Jaceguai, Humaitá, Conde e Condessa de São Joaquim e nas proximidades do viaduto Pedroso, encontram-se atividades de confecções, metal, relojoarias, biciletarias e farmácias.

Abaixo os mapas com a concentração das atividades econômicas nas décadas de 1940 e 1960 que revelam o crescimento das atividades com madeira, gráfica e metal.

Figura 47: Atividades econômicas de não-japoneses no bairro da Liberdade na década de 1940.
 Base: Mapa Topográfico do Município de São Paulo executado pela empresa Sara Brasil, 1930.
 Fonte: Catálogo das Indústrias do município da capital de 1947.

Figura 48: Atividades econômicas de não-japoneses no bairro da Liberdade entre 1950-1965.
 Base: Mapa Topográfico do Município de São Paulo executado pela empresa Sara Brasil, 1930.
 Fonte: Cadastro Industrial de 1965 – IBGE, Jornal São Paulo Shimbun, Jornal Diário Nippak.

A área da Liberdade está muito próxima do centro de São Paulo. A estreita ligação entre a Liberdade e a Sé ajuda a entender a diversidade desta área, pontuada por muitos trabalhos. As vias do setor contíguo ao centro fazem parte da área do bairro que mais apresenta comércio e serviços de uso contínuo como roupas, alimentação e calçados. Porém, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, atividades como bancos, imobiliárias, lotéricas, escolas e agências de viagens passam a se concentrar aí, tornando plural a oferta de bens e serviços. Ao mesmo tempo, o interior do bairro assiste ao estabelecimento de atividades que antes estavam concentradas.

O período após 1940 foi muito importante para a colônia japonesa. Durante esse momento o bairro da Liberdade recebeu a instalação de novos serviços dos nikkeis como restaurantes, hotéis, casas bancárias, agências de viagens e cinemas japoneses. Essa década também assistiu a expansão dos negócios ligados ao ramo de gráfica e de madeira, além de ser perceptível a expansão desse grupo para outras ruas do bairro; é importante lembrar que foi nesse período que os nikkeis começaram a comprar imóveis no bairro, consolidando a sua presença.

Os japoneses: diversificação de atividades nas proximidades da Sé e conquista de novas localizações no bairro da Liberdade

A partir da década de 1940, os japoneses conquistam novas localizações no bairro da Liberdade e diversificam o seu quadro de atividades nas proximidades com a Sé como bancos, cinemas, restaurantes e hotéis. É o momento em que se iniciam algumas atividades nas vias mais ao sul. Esse período também é marcado pelo expressivo crescimento de japoneses com as atividades de madeira, já na década de 1940, e de gráfica, principalmente a partir da década de 1950.

Na década de 1940, novas instituições de auxílio e lazer são criadas pelos japoneses, como a Câmara Japonesa do Comércio, o Clube Esportivo São Paulo (São Paulo Undo Kurabu), a Associação Católica de Assistência aos Japoneses (Katorikku Nipponjin Kyusaikai), a Associação de Ajuda às Vítimas da Guerra da Pátria Mãe (Bokoku Sensaisha Kyuendai), e a Associação de Promoção da Cultura da Colônia (Bunja Shinkôkai); ainda nesta década são fundados os primeiros jornais japoneses após a Segunda Guerra, como o Paulista Shimbun, o Dirário Nippak e o São Paulo Shimbun. Em 1950, funda-se a Associação de Cooperação dos Japoneses (que se originou da Comissão japonesa da festa do IV centenário de São Paulo) e o Nippon Kaigai Ijuu Kyôkai Rengôkai (Federação das Associações de Província do Japão). Nas décadas de

1960 e 1970, mais instituições importantes foram constituídas, como a Associação de Confraternização dos Lojistas da Liberdade (ACAL) e a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (ACAL, 1996).

Essas instituições foram importantes no que tange à retomada do crescimento da colônia após os conturbados anos da Segunda Guerra, quando foram impostas aos japoneses algumas restrições, pois formam uma rede de articulações entre os colonos nikkeis. O trabalho de auxílio das instituições somadas às outras práticas dos japoneses, como as *Tanomoshi-ko* (associações rotativas de crédito) e os envelopes, parece ter contribuído para um grande desenvolvimento dos nikkeis nesse período. Negawa (*op. cit.*) menciona que a década de 1940 foi de crescimento da colônia japonesa.

Araújo (*op. cit.*: 237-238) mostra que em 1940, no trecho que inclui as ruas Conde de Sarzedas, Conde do Pinhal, Irmã Simpliciana, Estudantes, Glória, Tabatinguera e São Paulo havia duas pensões - Yashima e Asami, e cinco hotéis - Miyako (desde 1924), Suehiro, Iokiwa, Kiusku e Manpei. Ainda segundo o autor, na década de 1940, dentre as atividades desenvolvidas pelos japoneses estavam: barbearia, tinturaria, quitandas, leiterias, confeitarias, marcenarias, sapatarias, farmácias, livrarias e casas bancárias (ARAÚJO, *op. cit.*:237).

Nas proximidades da Sé, há que destacar o crescimento das atividades de roupas e de alimentação (doces), devendo-se aos japoneses parte na multiplicação dessas atividades. Assim como também são responsáveis pelo crescimento das atividades com madeira e gráfica nas décadas de 1940 e 1950. Os ramos encontrados nos jornais japoneses mostram uma diversificação das atividades pelo bairro e incluem hotéis, importadora e exportadora, cooperativas, clubes esportivos, roupas, móveis e madeira, embalagens, construção, artigos em geral, relojoarias etc.

Ao mesmo tempo em que os japoneses continuam concentrados nas proximidades com a Sé, ocorre a dispersão por outras vias, como a Tomaz de Lima, Barão de Iguape, Tomaz Gonzaga, Fagundes, Tamandaré, Glicério, e Vergueiro - ruas mais distantes do centro, que se localizam ao sul, a oeste e a leste da Praça da Liberdade e da região da Conde de Sarzedas. Abaixo, o quadro e o mapa das atividades dos japoneses na década de 1940, que revelam as atividades próximas da Sé e nas vias mais afastadas, ao sul. No quadro, sublinhamos às atividades com móveis que ganham maior destaque nas décadas seguintes.

Quadro 19: Atividades dos japoneses na década de 1940 no bairro da Liberdade

<i>Endereço</i>	<i>Nº</i>	<i>Nome estabelecimento</i>	<i>Ano de fundação</i>	<i>Observações</i>
Pça. Carlos Gomes	180	Cooperativa Central Nippo-Brasileira	~~	~~
R. B. de Iguape	928	Sugai & Irmãos	1938	Doces
R. B. de Iguape	290	Yuzo Enokibara	1945	Roupas
R. C. de Sarzedas	156	Midori Nakama	1945	Peixe Moído
R. C. de Sarzedas	61	Kenji Akaboshi	1936	Instalação em construções
R. C. de Sarzedas	150	Paulo Nakama	1943	Incenso
R. C. do Pinhal	176	Jisakazu Mizutani	1944	Roupas
R. C. Furtado	70	Sakuro Hase	1943	Relógios
R. C. Furtado	23	Hideto Nishinaka	1941	Doces
R. C. Furtado	1402	Seisaku Kawamura	1943	Brinquedos
R. C. Furtado	9 e 15	Siesol - Sociedade Importadora e Exportadora Sol Ltda	~~	Importadora e exportadora
R. C. Furtado	70	Clube Esportivo	~~	Anúncio em japonês
R. Conde do Pinhal	170	Casa Nakaya	~~	~~
R. Estudantes	427	Yasuno Uchihata	1942	Artigos para construção de túmulos
R. Estudantes	295	Cassoo Miyakawa	1942	<u>Artigos de madeira</u>
R. Estudantes	511	Keiti Murakami	1935	Doces
R. Fagundes	196	Chizuko Kuroishi	1944	Oficinas Gráficas
R. Galvão Bueno	430	Seigui Sato	1943	Impermeabilização de capas
R. Glicério	762	Torazo Nagata	1937	Ind. de embalagem
R. Glicério	776	Shika Nakamura	1923 ou 1928	<u>Móveis</u>
R. Glória	744	Miyoko Kitaoka	1943	Ind. de embalagem
R. Glória	94	Riozo Kida & Filhos	~~	<u>Móveis</u>
R. Glória	117	Kyoto Kato	1941	<u>Conserto de móveis</u>
R. Humaitá	90	Hideo Kubota – Chá do Sul	1942	Chá beneficiado
R. Irmã Simpliciana	102	Casa Hase	~~	Proprietário Sakuro Hase
R. Irmã Simpliciana	35	Morimasa Yokota	1943	Roupas
R. Liberdade	948	Shinnoske Maruno	1943 ou 1948	<u>Móveis</u>
R. Sinimbu	212	Makoto Komaba	1944	Consertos de artigos domésticos
R. Tabatinguera	239	Hotel Nippon	~~	Hotel
R. Tamandaré	230	Manzo Shinohara	1943	<u>Artigos de madeira</u>
R. Tamandaré	1023	Masaetsu Hagihara	1938	Artigos de caça e pesca
R. Tomaz de Lima	374	Massanori Hiraguchi	1934	Roupas
R. Tomaz de Lima	546	Toyojiro Sugai	1944	Brinquedos
R. Tomaz Gonzaga	55	Sakutaro Tati	1941	<u>Consertos de móveis</u>
R. Vergueiro	1764	Harmi Ishikawa	1941	<u>Móveis</u>

Fonte: Jornal Notícias de São Paulo, Anuário Comemorativo do 40º Aniversário da Imigração Japonesa ao Brasil e Catálogo das Indústrias do município da capital de 1947.

Figura 49: Atividades dos japoneses no bairro da Liberdade na década de 1940

Base: Mapa Topográfico do Município de São Paulo executado pela empresa Sara Brasil, 1930.

Fonte: Jornal Notícias de São Paulo, Anuário Comemorativo do 40º Aniversário da Imigração Japonesa ao Brasil e Catálogo das Indústrias do município da capital de 1947.

Na década de 1950, após a Segunda Guerra, além de novas instituições japonesas fundadas, os nikkeis iniciam outros serviços como cinemas e restaurantes, consolidando a Liberdade como referência para o público oriental. São inaugurados quatro cinemas: Cine Niterói, na rua Galvão Bueno, Cine Jóia, na Praça Carlos Gomes, Cine Tóquio, na rua São Joaquim e Cine Nippon, na rua Santa Luzia.

O Guia de restaurantes japoneses de 2010⁷¹ mostra a multiplicação desses estabelecimentos no bairro da Liberdade nas décadas de 1960 e posteriores. Encontramos o registro do que seria o primeiro restaurante japonês, aberto em 1934, o Aoyagui na rua Conde de Sarzedas⁷², porém, Dezem (2008) aponta o Asahi⁷³, aberto em 1945, como o primeiro restaurante. Entre 1950 e 1970, na rua Conselheiro Furtado, funcionou o primeiro restaurante japonês com sushi bar de São Paulo, o Okina Sushi⁷⁴. Antes do surgimento dos restaurantes japoneses, a comida japonesa era servida em casas de pensão de japoneses.

Nas décadas de 1950 – 1960 o desenvolvimento dos nikkeis é revelado pela presença de atividades de maior investimento e complexidade encontradas nos jornais japoneses e no Cadastro Industrial de 1965. São observadas agências de viagens e de passagens (Japan Air Lines e Akatsuki), uma nova importadora e exportadora - SIESOL, e a Daichi Organização Imobiliária Ltda⁷⁵, o que mostra a entrada dos japoneses no setor imobiliário. Isso indica que a colônia havia se transformado e que esse grupo havia conquistado maior espaço na sociedade paulistana. Além dessas atividades, os registros apontam um curso de japonês e português, profissionais liberais, fábricas de artigos diversos e de alimentação, relojoaria, confecções, fábrica de brinquedos, hotel e banco⁷⁶.

Esse período revela o grande envolvimento dos japoneses com as atividades de gráfica e madeira, o que nos leva a afirmar que foram responsáveis em parte pela expansão dessas atividades no bairro.

Desde a década de 1940, os nipônicos estão em um processo de ocupação de novas localizações no bairro da Liberdade. Os japoneses se mantiveram próximos ao

⁷¹ Ver Guia de Restaurantes Japoneses, Editora JBC, 2010.

⁷² Ver ACAL (1996).

⁷³ Atualmente este restaurante está no bairro de Pinheiros.

⁷⁴ Ver <http://joioscope.com/2011/10/kiyomi-o-sushiman-mais-antigo-da-cidade/>;

⁷⁵ Na edição do Jornal São Paulo Shimbun de 23/03/1956 havia o anúncio de mais uma imobiliária localizada na avenida Araci, 177 (Imobiliária Hirata).

⁷⁶ Informações retiradas do Jornal Notícias de São Paulo, do Anuário Comemorativo do 40º Aniversário da Imigração Japonesa ao Brasil e do Catálogo das Indústrias do município da capital de 1947.

centro, região de intenso fluxo de pessoas e, portanto, excelente local para estabelecer negócios próprios, mas também conquistaram ruas como Fagundes, Vergueiro, Maestro Cardim e Siqueira Campos. É um processo duplo que também é verificado com as demais atividades no bairro: nas proximidades com o centro, os japoneses iniciam novas atividades como bancos, consultórios de profissionais liberais, imobiliárias e agências de passagens e, assim, contribuem para a diversificação das atividades nessa área, ao mesmo tempo em que iniciam atividades nas localizações mais ao sul como gráficas, fábricas de artigos diversos e móveis e artigos de madeira.

Abaixo, o mapa e o quadro que mostram as atividades dos japoneses no período que compreende as décadas de 1950 e 1960 e revelam o aumento das atividades com madeira e gráfica. No quadro, sublinhamos as ruas que estão localizadas próximas ao centro e as atividades de gráfica e madeira.

Figura 50: Atividades dos japoneses no bairro da Liberdade nas décadas de 1950 – 1960
 Base: Mapa Topográfico do Município de São Paulo executado pela empresa Sara Brasil, 1930.
 Fonte: Cadastro Industrial de 1965 – IBGE, Jornal São Paulo Shimbun, Jornal Diário Nippak.

Quadro 20: Atividades dos japoneses nas décadas de 1950 – 1960 no bairro da Liberdade

<i>Endereço</i>	<i>Nº</i>	<i>Nome do estabelecimento</i>	<i>Descrição</i>
<u>Av. Liberdade</u>	91	Dra. Akira Noda	Consultório
<u>Av. Liberdade</u>	794F	Keiko Takayama	Artigos Diversos
<u>Lg. Pólvora</u>	141	Tadayuki Anze	Roupas e acessórios
<u>Praça Carlos Gomes</u>	67	Daichi Organização Imobiliária Ltda.	Imobiliária
<u>Praça da Liberdade</u>	10	Dr. Miyuki Imamura	Consultório
<u>Praça da Liberdade</u>	141	Oficina Endo	Estúdio Fotográfico
<u>R. Barão de Iguape</u>	524	Tosigi Saiga	Artigos Diversos
<u>R. Barão de Iguape</u>	746 A	Keizo Arimura	<u>Móveis de madeira</u>
<u>R. Barão de Iguape</u>	103	Sakata e Okuba Ltda.	Artigos Diversos
<u>R. C. de Sarzedas</u>	57	Japan Air Lines	Agência de aviação
<u>R. C. de Sarzedas</u>	30	Curso João Mendes	Curso português e japonês
<u>R. C. de Sarzedas</u>	61	Marcenaria Nissei	<u>Móveis de madeira</u>
<u>R. C. de Sarzedas</u>	30	Kingo Takeda	Artigos para esportes
<u>R. C. do Pinhal</u>	92	Akatsuki	Agência de passagens
<u>R. C. Furtado</u>	23	Hideto Nishinaka e Cia. Ltda.	Conservas de doces de frutas
<u>R. C. Furtado</u>	9	Siesol	Sociedade Importadora e exportadora
<u>R. Carolina Augusta</u>	23	Yasugiro Maruyama	<u>Carpintaria e artigos de madeira</u>
<u>R. Castro Alves</u>	301	~~	~~
<u>R. Espírita</u>	61	Manzo Shinohara	<u>Carpintaria e artigos de madeira</u>
<u>R. Estudantes</u>	134	Hotel Ikeda	Hotel
<u>R. Estudantes</u>	306	Katsuyoshi Nomoto	Artigos de uso doméstico
<u>R. Estudantes</u>	239	Kawagushi e Filho Ltda.	Artigos diversos
<u>R. Estudantes</u>	292	Marcenaria Maeda Ltda.	<u>Carpintaria e artigos de madeira</u>
<u>R. Estudantes</u>	74	Nambei Imp. E Exp. Ltda.	Importadora e Exportadora
<u>R. Fagundes</u>	196	Gráfica Kuroishi Ltda.	<u>Atividades de gráfica</u>
<u>R. Galvão Bueno</u>	45	Impor-Fuji	Importadora e Exportadora
<u>R. Galvão Bueno</u>	45-A	~~	Relojoaria e joalheria
<u>R. Galvão Bueno</u>	170	Nobuyoshi Uchita	Artigos de uso doméstico
<u>R. Galvão Bueno</u>	358	Akira Kajimoyo	Artigos diversos
<u>R. Glória</u>	621	Kida Kaname	<u>Móveis de madeira</u>
<u>R. Glória</u>	739	Kiyohaku Morishita	<u>Móveis de madeira</u>
<u>R. Glória</u>	466	Shigeo Takai	<u>Móveis de madeira</u>
<u>R. Glória</u>	332	Empresa Gráfica Nippak S.A	<u>Atividades de gráfica</u>
<u>R. Lavapés</u>	350	Keizo Yamamoto	<u>Móveis de madeira</u>
<u>R. Lavapés</u>	164	Tokuro Tai	<u>Móveis de madeira</u>
<u>R. Maestro Cardim</u>	1318	Tadayoshi Ito	Artigos de uso doméstico
<u>R. São João Batista</u>	65	Tamura S.A Ind. Eletrônica	Artigos de uso doméstico
<u>R. São Joaquim</u>	43	Tadashi Nitta	Roupas e acessórios
<u>R. São Joaquim</u>	381	Bunkyo	Soc. Bras. de Cultura Japonesa
<u>R. São Paulo</u>	109	K Ogura	<u>Móveis de madeira</u>
<u>R. São Paulo</u>	291	Takiy e Komiyama Ltda.	<u>Atividades de gráfica</u>
<u>R. São Paulo</u>	157	Marcenaria Maeda Ltda.	<u>Carpintaria e artigos de madeira</u>
<u>R. Sinimbu</u>	143	Fusae Tanaka	Brinquedos

<u>R. Sinimbu</u>	274	K Morikoshi e Filho Ltda.	<u>Atividades de gráfica</u>
<u>R. Sinimbu</u>	174	Falchi e Miura Ltda.	<u>Atividades de gráfica</u>
R. Siqueira Campos	602	Cia. Editora Gráfica Teikoku Shoin	<u>Atividades de gráfica</u>
<u>R. Tabatinguera</u>	234	Kanjin Yamashita	~~
<u>R. Tabatinguera</u>	36	Cooperativa Banco Agrícola Sul Oriental Ltda.	Banco
R. Tamandaré	334	Kengo Okeda	<u>Móveis de madeira</u>
R. Tamandaré	120	Marcenaria Sato	<u>Móveis de madeira</u>
R. Tamandaré	800	Suematsu e Cia Ltda.	Produtos de confeitaria
R. Tamandaré	418	Goro Fujikawa	<u>Móveis de madeira</u>
<u>R. Tomas de Lima</u>	263	Empresa Jornalística São Paulo Shimbun	<u>Atividades de gráfica</u>
R. Vergueiro	726	Kurao Kimura	<u>Móveis de madeira</u>
R. Vergueiro	638	Uchidomari e vezu Ltda.	<u>Móveis de madeira</u>

Fonte: Cadastro Industrial do IBGE de 1965, Jornal São Paulo Shimbun e Jornal Diário Nippak

Além do processo descrito sobre as proximidades da Sé, é importante destacar os japoneses na Sé e na República, para onde se expande o centro de São Paulo neste período. A presença japonesa se fazia sentir com a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização – a CAIC, uma loja de móveis, uma agência de viagens, atividades de lapidação de pedras preciosas, uma construtora e incorporadora e uma casa bancária. Ainda na Sé, o jornal São Paulo Shimbun de 12/07/1958 mostrava o escritório dentário do Dr. Yoshio Tsuchida⁷⁷.

Esse quadro revela um grande desenvolvimento dos imigrantes japoneses na cidade de São Paulo em que haviam se consolidado e diversificado os negócios, contando inclusive com atividades de construção e incorporação e casas bancárias.

⁷⁷ Que inclusive trazia a informação sobre a formação do dentista na Universidade de São Paulo, o que denota a procura dos imigrantes e filhos de imigrantes por outras profissões.

Quadro 21: Atividades econômicas dos japoneses no período de 1940 – 1960 na Sé e República

Endereço	Nº	Bairro	Nome do estabelecimento	Descrição
R. Barão de Itapetininga	2075	República	Yoshioka S.A	Construtora e incorporadora
R. Jandaia	122	República	Hirakawa Ltda.	Lapidação de pedras preciosas
Av. Conselheiro Crispiano	69	República	Tunibra	Agência de viagens
Av. Rangel Pestana	1563	Sé	Jayme Kupferminz & Cia	Loja de móveis
R. Líbero Badaró	39	Sé	CAIC	Cia. de Agricultura, Imigração e Colonização
R. Florêncio de Abreu	74/76	Sé	Casa Tozan Lta.	Casa Bancária
R. Antonio Paes	37	Sé	Ohara Irmão & Cia	~~
R. Cantareira	235	Sé	Casa Maeoka	~~

Fonte: Cadastro Industrial IBGE 1965, Jornal Diário Nippak, Jornal São Paulo Shimbun, Jornal Notícias de São Paulo, Anuário Comemorativo do 40º Aniversário da Imigração Japonesa ao Brasil

Os japoneses e as atividades imobiliárias no bairro da Liberdade

De acordo com dados de transações imobiliárias do Cartório do Primeiro Oficial, Arquivo Indicador Pessoal de A-Z, os japoneses, após fixarem-se em São Paulo, somente tornaram-se proprietários de imóveis no bairro da Liberdade nos anos de 1950 e 1960. As preocupações iniciais devem ter sido de outro caráter, como garantir um emprego. A aquisição de um lote, casa ou imóvel de qualquer tipo, demanda tempo e estabilidade.

Até 1950, os registros do Cartório do Primeiro Oficial em que apareceram os nikkeis mostravam-nos em outros bairros como Vila Mariana, Ipiranga e Pinheiros, e em número bastante reduzido. A partir de então, os japoneses aparecem comprando imóveis no bairro da Liberdade (prédios, casas, lojas, apartamentos e terrenos), com destaque para as ruas Galvão Bueno, Conselheiro Furtado e Tomaz Ribeiro de Lima. Também aparecem compras em ruas afastadas como a Coronel Diogo, Bueno de Andrade e Lavapés. As transações efetuadas já não diziam respeito a venda ou compra de terrenos, mas sim de casas, apartamentos e outros prédios. A tarefa do loteamento do distrito, e a posterior venda e passagem dos lotes, foi cumprida pelos primeiros moradores – italianos, portugueses e espanhóis – no final do século XIX.

A seguir, o quadro com a síntese dos dados em que fica claro o início das transações imobiliárias entre os japoneses na Liberdade na década de 1950.

Quadro 22: Transações imobiliárias encontradas para o bairro da Liberdade envolvendo japoneses⁷⁸.

Endereço	Gênero, década e número de transações por década	
R. Barão de Iguape	Compra de terreno	1960 (1)
R. Bueno de Andrade	Compra de prédio	1960 (1)
R. Conde de Sarzedas	Compra de apartamento	1950 (1)
R. Conselheiro Furtado	Compra de terreno	1950 (1)
	Compra de prédio	1950 (2)
	Venda de prédio	1950 (3)
R. da Glória	Compra de apartamento	1950 (1)
	Compra de sala	1960 (1)
R. da Liberdade	Compra de prédio	1920 (1)
R. Espírita	Compra de prédio	1950 (1)
R. dos Estudantes	Compra de apartamento	1950 (1)
R. Fagundes	Compra de prédio	1950 (1)
R. Galvão Bueno	Compra de prédio	1950 (4)
	Compra de apartamento	1960 (1)
R. Lavapés	Venda de casa	1960 (1)
R. Rodrigo Silva	Compra de terreno	1960 (1)
R. São Paulo	Compra de terreno	1950 (1)
	Compra de loja	1950 (1)
	Herança	1960 (1)
R. Siqueira Campos	Compra de sobrado	1960 (1)
R. Tomáz Ribeiro de Lima	Compra de prédio	1950 (3)

Fonte: Cartório do Primeiro Oficial de São Paulo – Indicador Pessoal A - Z

É compreensível que as aquisições de imóveis pelos japoneses tenham figurado décadas mais tarde à sua chegada em São Paulo, sobretudo após 1950. Foi mostrado que os negócios dos nikkeis expandiram-se por esse período, ou seja, a colônia apresentava um crescimento comercial e isso significa prosperidade para seus membros.

Foi após o conturbado período da Segunda Guerra, quando a colônia se reestabeleceu, que os nikkeis demonstraram maior vigor e organização. É preciso reafirmar como importante a fundação do Cine Niterói na Galvão Bueno, que simbolizou um período muito promissor da área como centro de comércio e de lazer. A aquisição de imóveis, concentrados nas ruas próximas à Sé, mostra um passo a mais nas atividades comerciais e no estabelecimento no bairro.

Na Liberdade houve a negociação de imóveis entre japoneses e descendentes de europeus (sobretudo portugueses e italianos); isso não quer dizer que não tenha havido transações entre japoneses, ou ainda o envolvimento de outros estrangeiros. Todo o grupo de ruas encontrado envolvendo transações imobiliárias dos japoneses permanece

⁷⁸ Na frente da indicação da década, entre parêntese, está o número de registros encontrados para aquele tipo de transação.

o mesmo daquele onde os nikkeis moravam nos anos de 1930, revelado pelo Indicador Profissional e Comercial , ou seja, nas ruas próximas à Sé.

É certo que haviam expandido suas atividades comerciais para vias mais distantes do Triângulo, porém, como os primeiros locais de moradia e os primeiros negócios localizavam-se nessa área, deduz-se que apenas efetuaram a aquisição de alguns desses imóveis, ou para moradia ou para instituírem os seus negócios, pois as vias aí localizadas representam a maior diversidade comercial e de serviços do bairro.

Dentre os proprietários de imóveis japoneses, figuram os nomes de: Kaneichi Kato (marceneiro), Sakuro Hase (comerciante), Kymoshi Kamegaye, Katsumi Shimuta, e a empresa de jornais São Paulo Shimbun⁷⁹.

⁷⁹ Informações retiradas no Cartório do Primeiro Oficial, no Arquivo Indicador Pessoal de A-Z.

Conclusões

Existe um senso comum em relação a Liberdade como um bairro oriental com a presença de japoneses, uma ênfase nos seus restaurantes e nos eventos voltados para a população japonesa. As informações sobre os nikkeis no bairro encontradas em outros trabalhos muitas vezes sinalizaram aspectos diferentes, porém faltavam elementos que conseguissem mostrar a relação entre os japoneses e o bairro da Liberdade antes de ser caracterizado oficialmente pelo poder público em novembro de 1974, quando a prefeitura lhe deu uma decoração especial com letreiros em japonês e construiu um portal xintoísta na rua Galvão Bueno. Considerando que o primeiro registro de um restaurante japonês no bairro da Liberdade é de 1934, e a massificação desses estabelecimentos ocorre já a partir da década de 1950, a constatação é a de que antes da caracterização oriental conferida pela prefeitura, os japoneses já haviam se consolidado no bairro.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, após localizarmos dados e fontes, um quadro diferente começou a se esboçar. Fomos surpreendidos pela infinidade de atividades em que os japoneses estiveram envolvidos, o que se somava à grande quantidade de instituições atuando junto aos imigrantes japoneses para prestar-lhes auxílio socioeconômico que já são apontadas em outros trabalhos. Revelou-se que, antes do bairro ser caracterizado como oriental, e antes da chegada de chineses e coreanos, na década de 1960, os japoneses já possuíam uma inserção no bairro que se caracterizava por uma diversidade de atividades econômicas, com destaque para aquelas relacionadas aos setores de madeira e gráfica. Os japoneses estavam concentrados próximos da Sé, mas também presentes em outras localizações no bairro.

Ao buscar informações sobre o bairro da Liberdade e a sua estruturação, algumas constatações começaram a ser recorrentes, sobretudo na observação de mapas e dados encontrados sobre as atividades econômicas instaladas. A Liberdade está localizada muito próxima da Sé, o centro da cidade de São Paulo. Estrutura-se em meio a vias tradicionais de circulação – o Caminho do Carro e o Caminho do Mar -, que no passado faziam chegar até o centro os carregamentos para o abastecimento da cidade, e dessa forma essas vias tornaram-se caminhos com fluxos intensos.

A localização próxima ao centro e entre grandes eixos de circulação parece ter legado ao bairro alguns elementos para se desenvolver e concentrar diferentes atividades. Na sua porção nas proximidades da Sé estão presentes atividades típicas de

centro urbano que foram se estruturando desde o início do século XX e que na década de 1960 consolidam um setor que se distingue do restante do bairro com bancos, hotéis, cinemas e imobiliárias. Os antigos caminhos, que realizavam a ligação do centro com outras cidades, tornaram-se importantes artérias do bairro, pois no período estudado também foram concentrando inúmeras atividades, ocorrendo até mesmo a especialização nas atividades de madeira e metal no trecho próximo ao Cambuci, do eixo Glória-Lavapés.

Ao analisar a dinâmica fundiária no bairro da Liberdade no final do século XIX, revelou-se que não houve grande concentração imobiliária, o que somado aos pequenos negócios iniciados pelos imigrantes europeus, sobretudo italianos e portugueses, mostra um bairro com atividades estruturadas já no início do século XX, o que por certo atraiu os imigrantes japoneses que se instalavam na cidade nesse momento e buscavam áreas mais acessíveis economicamente.

Os japoneses se instalaram no início do século XX no bairro da Liberdade, localizado próximo ao centro, e ocuparam pequenos edifícios e porões de casas com aluguéis a preços acessíveis. Dessa forma estavam próximos a uma grande variedade de comércio e serviços oferecidos na capital.

O que surpreende na pesquisa é a rapidez com que os nikkeis tiram proveito dessa localização. Envolveram-se com inúmeras atividades, no início menos complexas e com menor vulto, como a oferta de refeições nas pensões que funcionavam em porões. Os primeiros negócios montados, ainda na primeira década do século XX, atraíram outros ramos de atividades que foram amparados pelas inúmeras instituições de apoio aos imigrantes criadas. A tutela do governo japonês desde o momento da imigração já é reveladora da preocupação com o desenvolvimento dessa população em terras brasileiras. O desprendimento dos japoneses para o envolvimento com diversas atividades também ficou evidenciado na experiência que fizeram no interior do Estado.

Com o apoio de uma verdadeira rede de instituições de auxílio criadas e com o desenvolvimento de um mercado consumidor na capital, os japoneses parecem acompanhar o movimento de expansão do centro, diversificando e ampliando as suas atividades econômicas, e conquistam novas localizações dentro do bairro da Liberdade.

Com a análise das atividades econômicas no bairro, tanto de japoneses quanto dos imigrantes europeus em um primeiro momento, e depois dos seus descendentes e brasileiros, foi possível chegar a uma periodização que revela a presença dos japoneses em sintonia com o desenvolvimento pelo qual o bairro passa.

O primeiro período, que corresponde à primeira década do século XX, mostra as atividades concentradas ao redor da Sé, próximas ao centro. É nessa localização que os japoneses instalam-se e iniciam as primeiras atividades na rua Conde de Sarzedas. Essa área vai concentrando cada vez mais atividades e destacando-se do restante do distrito com atividades típicas de centro: lojas de roupas e acessórios, bares e botequins, alimentação, profissionais liberais etc.

O segundo período corresponde às décadas de 1920 e 1930, quando algumas atividades aparecem pulverizadas pelo bairro, ao mesmo tempo em que acontece a diversificação das atividades próximas à Sé, com a instalação barbearias, farmácias, alimentação, lojas de roupas e acessórios, relojoarias, construção, calçados etc. Também marca o início da concentração de atividades nos eixos viários Liberdade-Vergueiro e Glória-Lavapés com atividades de confecções, gráfica e impressão, madeira, fábricas de artigos de uso doméstico, fábricas de artigos diversos e outros (relojoarias, conserto de autos, bicicletarias, farmácias etc).

O último período se refere às décadas de 1940 até 1960, em que se evidencia a expansão das atividades econômicas para outras áreas do bairro, sobretudo para o setor sul, e o processo de concentração de atividades nos eixos viários Liberdade-Vergueiro, com atividades de alimentação, roupas e acessórios, gráficas, construção, farmácias etc, e Glória-Lavapés, que apresenta as mesmas atividades e a especialização na oferta de atividades de metal e madeira. Se o conjunto de dados for tomado para todo o bairro, este período revela a multiplicação das atividades com madeira e gráfica.

Nesse período aparecem novas atividades nas proximidades do centro como cinemas, hotéis, restaurantes, imobiliárias, agências de viagens e casas bancárias, inclusive sob a responsabilidade de japoneses. Acreditamos que a década de 1950 seja de grande importância para os nikkeis, pois é o momento em que aparecem com a compra de imóveis no bairro e diversificam as suas atividades, em um período após sofrerem perseguições em decorrência da Segunda Guerra.

Esses foram os processos que desvendamos no desenvolvimento do bairro da Liberdade e que nos permitem afirmar a grande diversidade de atividades presentes que o tornam um importante componente da área central da cidade de São Paulo, principalmente pela sua localização junto ao centro.

Bibliografia

ARAÚJO, Oscar E. Enquistamentos étnicos. *Revista do Arquivo Municipal*. Vol. LXV, p. 227-246. 1940

AZEVEDO, A. de (org). *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. Companhia Editora Nacional, 4v., São Paulo: 1958.

BRUNO, E. S. *Histórias e tradições da cidade de São Paulo*. HUCITEC/ PMSP, São Paulo: 1953.

BUENO, C. O tratado de 1895 e o início das relações Brasil-Japão. *In*: Hashimoto, F; Tanno, J. L; Okamoto, M. S. (orgs). *Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Marcia Yumi (ogs). *Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. 712p.

CAZZOLATO, José Donizete; Os bairros como instância territorial local – contribuição metodológica para o caso de São Paulo. *Dissertação de Mestrado – FFLCH*, 2005. (programa de pós-graduação em geografia humana)

CYTRYNOWICZ, R. Guerra sem guerra. A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a segunda guerra mundial. Edusp, São Paulo: 2000.

DIEGOLI, L. R. (coord.) et al. *Inventário geral do patrimônio ambiental e cultural: Liberdade*. Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria da Cultura - Dep. do Patrimônio Histórico. São Paulo: 1987.

FAUSTO, B. *Negócios e ócios. Histórias da imigração*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *História Concisa do Brasil*. Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, São Paulo: 2001.

FELDMAN, S. São Paulo: Qual centro?. *In*: Schicci, M. C; Benfatti, D. (orgs). *Urbanismo: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*. PUCCAMP/PROURB, Campinas: 2004.

_____, Bom Retiro: permanence of urban fabric and movement of foreigners. In: *13th Biennial International Planning History Society Conference, 2008*. Public versus Private Planning: Themes, Trends and Tensions, v. 01, p.633-643, Chicago: 2008.

GUIMARÃES, L. de B. M. *Série: história dos bairros de São Paulo*. Vol.16 – Liberdade. Prefeitura de São Paulo, Secretaria da Cultura, DPH, São Paulo: 1979.

HALL, Michael. Imigrantes na cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula (org). *História da Cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX*. Ed. Paz e Terra, São Paulo: 2004.

HANDA, T. *O Imigrante japonês*. História de sua vida no Brasil. T.A. Queiroz, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, São Paulo: 1987.

IOKOI, Z. M. G. Encontros e memórias: a inserção dos nikkeis na Universidade de São Paulo e na sociedade brasileira. Entrevistas de Ana L. Casanova, Julio Toledo e Zilda M. G. Iokoi. Disponível on line: http://diversitas.fflch.usp.br/files/active/0/Cap%C3%ADtulo_Zilda_final.pdf Acesso em 17/05/2012

KISHIMOTO, Alexandre. A experiência do cinema japonês no bairro da Liberdade. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP, 2009. (programa de pós-graduação em antropologia social)

LAGENEST, B. H. O. Os cortiços de São Paulo. In: Revista Anhembi, nº 139, vol. XLVII, 1962.

LESSER, J. De nikkei para brasileiro e vice-versa: o papel da etnicidade na luta armada de São Paulo. In: Hashimoto, F; Tanno, J. L; Okamoto, M. S. (orgs). Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

MAEJIMA, W. K. Imigração japonesa no Estado de São Paulo, 1908-1941. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP. São Paulo, 2005.

MANGILI, L. P. *Transformações e permanências no bairro do Bom Retiro, SP (1930-1954)*. Dissertação (mestrado). EESC-USP, São Carlos: 2009.

MENDES, R. da S. Os bairros da zona sul e os bairros ocidentais. *In*. Azevedo, A. (org.) A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana. Companhia Editora Nacional, v. 3, São Paulo: 1958.

MÜLLER, N. L. A área central da cidade. *In*. Azevedo, A. (org.) A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana. Companhia Editora Nacional, v. 3, São Paulo: 1958.

NEGAWA, S. Formação e transformação do bairro oriental: um aspecto da história da imigração asiática da cidade de São Paulo, 1915-2000. Dissertação (mestrado). FFLCH, USP, São Paulo: 2000.

_____. Um bairro japonês no Brasil - Capítulo 3: Rua Conde e arredores — os rumores da guerra. Desassossego em tempos de paz. A restauração da ordem - parte III. Traduzido por Kenji Matsuzaka. 2007 *On line in*: <http://www.discovernikkei.org/es/journal/2007/4/27/brazil-nihonjinmachi/> Acesso em 17/05/2012

PROJETO TEMÁTICO USP/FAPESP. *São Paulo: os estrangeiros e a construção da cidade*. Projeto apresentado por um grupo interdisciplinar de pesquisadores da USP, com financiamento da FAPESP: 2006.

SAES, Flávio. São Paulo republicana: vida econômica. *In*: PORTA, Paula (org.). História da cidade de São Paulo, v.3: a cidade na primeira metade do século XX. São Paulo, Paz e Terra, 2004.

SAITO, H. À margem da contribuição de japoneses na horticultura de São Paulo. *In*: Saito, H.; Maeyama, T. (orgs) Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis, Vozes. São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973.

SAKURAI, C. Imigração japonesa para o Brasil. Um exemplo de imigração tutelada-1908-1941. *In*: XXII Encontro Nacional da ANPOCS. GT 9 Migrações Internacionais. Outubro, Caxambu-MG, 1998.

_____. Imigração tutelada: os japoneses no Brasil. Tese de Doutorado. IFCH-Unicamp. Campinas, SP, 2000.

_____. Os japoneses. 1. Ed.. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

SCHICCI, M. C; BENFATTI, D. (orgs). *Urbanismo: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*. PUCCAMP/PROURB, Campinas: 2004.

SHOJI, R. Reinterpretação do Budismo Chinês e Coreano no Brasil. In: *Revista de Estudos da Religião*, nº 3, 2004, pp. 74-87. ISSN 1677-1222. Disponível on line: [www.pucsp.br/rever/rv3_2004/p_shoji.pdf] visitado em 15/03/2010.

SILVA, L. O. da S. Breve história do centro de São Paulo: sua decadência e reabilitação. In: Schicci, M. C; Benfatti, D. (orgs). *Urbanismo: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*. PUCCAMP/PROURB, Campinas: 2004.

SINGER, P. Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. Editora Nacional, São Paulo: 1968.

SUZUKI, T. Mobilidade geográfica de imigrantes japoneses. In: Saito, H.; Maeyama, T. (orgs) *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis, Vozes. São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973.

TANIGUTI, Gustavo Takeshy. Tanomoshi-ko: associações rotativas de crédito e poupança do bairro da Liberdade, em São Paulo. Anais do II Seminário do Programa de Pós-graduação em Sociologia – Sociedade e Subjetividade. Ufscar, 2011.

TANNO, J. L; Formas de sociabilidade e inserção de imigrantes japoneses e seus descendentes na sociedade paulista 1930-1970. In: Hashimoto, F; Tanno, J. L; Okamoto, M. S. (orgs). *Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

TSUKAMOTO, T. Algumas considerações sobre o processo imigratório. In: Saito, H.; Maeyama, T. (orgs) *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis, Vozes. São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973.

VASCONCELOS, F. T. R. & TANIGUTI, G. T. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.18.1, pp.185-202, 2011.

VILLAÇA, Flavio. *Espaço Intra-urbano no Brasil*. Studio Nobel:FAPESP:Lincon Institut, São Paulo: 2001.

Anuários, documentos e outras publicações

ACAL, Liberdade. Topan Express Editora, São Paulo, 1996.

ANNUÁRIO COMEMORATIVO DO 25º ANIVERSÁRIO DA IMIGRAÇÃO NIPÔNICA AO BRASIL. Editado pelo Seishu Shimpō. São Paulo, 1933.

BUNKYO. Fôlder de divulgação da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social. s/d.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. Catálogo das indústrias do município da capital. São Paulo. Tipografia Brasil. Rothschild Loureiro & Cia. Ltda, 1947.

FUNDAÇÃO IBGE. *CADASTRO INDUSTRIAL – 1965*. Estado de São Paulo: município da capital segundo distritos. Vol. VII, Tomo II. Brasil: 1968.

GUIA DE RESTAURANTES JAPONESES. 2010. Editora JBC. Disponível *on line in*: <http://www.restaurantesjaponeses.com.br/livro/guia-de-restaurantes-japoneses-2010>
Acesso em 17/05/2012

INDICADOR PROFISSIONAL E COMERCIAL de 1931-1933 da colônia japonesa.

KOYAMA, Rokurou. Min yonju nen shi (Anuário Comemorativo do 40º Aniversário da Imigração nipônica ao Brasil). Editado pelo próprio autor e impresso pela Empresa Gráfica Brasileira. São Paulo, 1949.

SÃO PAULO. Guia e Cadastro Commercial da cidade de São Paulo para o anno de 1911. São Paulo: Thomas, 1911.

Jornais

Diário Nippak

Folha de São Paulo

Jornal da Tarde

Jornal do Nikkey

Jornal Nipo-Brasil

Jornal Notícias do Brasil

Jornal Paulista

Nippon Shimbun

Notícias de São Paulo

Referências da Internet

A história da comida japonesa em São Paulo - <http://vejasp.abril.com.br/revista/edicao-2077/a-historia-da-comida-japonesa-em-sao-paulo> Acesso em 17/05/2012

Câmara dos deputados do Brasil - <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4166-11-marco-1942-414196-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 17/05/2012

Federação das Associações de Província do Japão no Brasil - <http://www.kenren.org.br> Acesso em 17/05/2012

Dezem, Rogério. Bairro da Liberdade: símbolo maior dos 100 anos de imigração japonesa no Brasil. (2008) - http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_13548/artigo_sobre_bairro_da_liberdade:simbolo_maior_dos_100_anos_de_imigracao_japonesa_no_brasil Acesso em 17/05/2012

Lei nº 975 de 1905. Diário Oficial do Estado de São Paulo - <http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19051228&Caderno=Diario%20Oficial&NumeroPagina=3137> Acesso em 17/05/2012

Lei nº 1.756 de 27 de Dezembro de 1920. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo – <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1920/lei%20n.1.756,%20de%2027.12.1920.htm> Acesso em 17/05/2012

Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC - http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1890.php Acesso em 17/05/2012

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo (acesso ao mapa de urbanização de 1881 – 1914) http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/urb-1890-1900.jpg Acesso em 17/05/2012

Site Jojoscope - <http://jojoscope.com/2011/10/kiyomi-o-sushiman-mais-antigo-da-cidade/> Acesso em 17/05/2012

Site Cultura Japonesa – <http://www.culturajaponesa.com.br/htm/yukishiguemura.html>
Acesso em 17/05/2012

Site Tôapé - <http://bancos.toape.com.br/agencias/sp/sao-paulo/> Acesso em 17/05/2012

Sanches, Valdir. O esplendor dos filmes japoneses na Liberdade - <http://50anosdetextos.com.br/2012/o-esplendor-dos-filmes-japoneses-na-liberdade/>
Acesso em 17/05/2012

Arquivos e instituições pesquisadas

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Biblioteca do Arquivo Municipal Washington Luís

Associação Comercial e Assistencial da Liberdade - ACAL

Biblioteca da Escola de Engenharia de São Carlos da USP

Biblioteca da Escola Politécnica da USP

Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

Biblioteca da Universidade Federal de São Carlos

Biblioteca do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Cartório do Primeiro Oficial de São Paulo

Centro de Estudos Nipo-brasileiro

Museu do Telefone – arquivo da Fundação Telefônica

Museu Histórico da Imigração Japonesa ao Brasil

Serviço de Documentação Textual e Iconográfica do Museu Paulista/USP